



UNIVERSIDADE DE AVEIRO
Departamento de Línguas e Culturas

O Povo de Aveiro (1882-1941)
subsídios para a história de um jornal

Numero 1

Domingo 29 de Janeiro de 1882

I Anno

O POVO DE AVEIRO

FOLHA DO POVO E PARA O POVO

PREÇO DA ASSINATURA
EM AVEIRO: Anno (1882) 12000 rs.
FORA DE AVEIRO: Anno (1882) 15000 rs.

Publica-se aos Domingos

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES
No numero de 1882: 12000 rs.
No numero de 1883: 15000 rs.

EXPEDIENTE
Pedimos a todos os nossos assignatarios...

Para tornar necessaria a publicação dos artigos...

o povo em geral a maxima gratificação...

corros, fuma de fumaça, e ajeitar...

idôneo em penhor de pagar, porque...

A REAÇÃO

SOBERANIA NACIONAL
A ideia de soberania nacional...

que a soberania nacional é a base...

que a soberania nacional é a base...

que a soberania nacional é a base...

que a soberania nacional é a base...

POLITICO

Danton
A revolução é a principal...

que a revolução é a principal...

que a revolução é a principal...

que a revolução é a principal...

que a revolução é a principal...

PERSPECTIVAS POLITICAS

THEOPHILA BRAGA
Felicitação do 'Necilo'...

que a revolução é a principal...

que a revolução é a principal...

que a revolução é a principal...

que a revolução é a principal...

Universidade de Aveiro
Departamento de Línguas e Culturas

O Povo de Aveiro (1882-1941)
subsídios para a história de um jornal

Dissertação apresentada no âmbito do
Mestrado em Estudos Portugueses

Maria Luísa Saldanha Alcântara

Orientação:
Prof. Doutor Telmo dos Santos Verdelho
Prof. Doutor Luís Machado de Abreu

AGRADECIMENTOS

A elaboração de um trabalho desta natureza, além de uma componente imprescindível de dedicação pessoal, alicerça-se em actos solidários, a que muito fica a dever. A noção de que valeu a pena decorre tanto da possibilidade de superação dos desafios que foram surgindo, quanto do reconhecimento do papel daqueles que, de uma ou outra forma, para isso colaboraram.

Desejo, assim, agradecer ao meu orientador, Prof. Doutor Telmo dos Santos Verdelho, a disponibilidade para ler e formular comentários, que em muito contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

Dirijo, também, o meu agradecimento ao meu co-orientador, Prof. Doutor Luís Machado de Abreu, pela disponibilidade e exigência de rigor, bem como pelas suas sugestões, sem as quais este trabalho teria sido privado de importantes espaços de análise.

Manifesto, ainda, o meu reconhecimento à Dra. Madalena Pinheiro, directora da Biblioteca Municipal de Aveiro, pela sua compreensão ao facilitar-me a consulta do arquivo reservado da Biblioteca, em particular, da colecção de *O Povo de Aveiro*, sem a qual não teria sido possível a realização deste trabalho.

Saliento a disponibilidade do Francisco para partilhar as perplexidades que no dia a dia foram surgindo, bem como o ter-me alertado para a riqueza das «coisas locais», verdadeiro ponto de partida para a realização deste trabalho.

À minha mãe e ao meu pai, a quem tudo devo, dirijo a minha especial afeição.

Dedico este trabalho à Adriana e à Idalina, que, durante estes dois anos, privei de tantos momentos de convívio, confiando que, de alguma forma, possa constituir uma referência positiva nas suas vidas.

Deixo o meu reconhecimento sincero à Margarida e à Vanda, colegas e amigas, pela solidariedade e generosidade manifestadas durante a realização deste trabalho.

Registo, com apreço, a colaboração desinteressada do Dr. Alcino Carvalho, ao proporcionar-me o acesso a documentos do seu arquivo pessoal.

ÍNDICE

Introdução	2
Cronologia comparada	8
Capítulo I - <i>O Povo de Aveiro</i> e a imprensa da época	11
1 - A imprensa da Monarquia para a República	11
2 - Periódicos aveirenses	20
3 - Tábua diacrónica de <i>O Povo de Aveiro</i>	24
Capítulo II - Génese e percurso de <i>O Povo de Aveiro</i>	27
1 - A fundação	28
2 - Períodos de publicação	32
2.1 - Época doutrinária: Janeiro de 1882 a Dezembro de 1894	32
2.2 - Um jornal nacional: Agosto de 1899 a Janeiro de 1911	37
2.3 - O exílio: Outubro de 1912 a Agosto de 1914	43
2.4 - O regresso: Março de 1916 a Setembro de 1926	46
2.5 - Epílogo: Maio de 1927 a Junho de 1941	51
3 - Âmbito da recepção	54
Capítulo III - Componente jornalística	65
1 - A redacção do jornal	65
1.1 - Deontologia	67
1.2 - Estilo jornalístico	69
2 - Colaboração redactorial	73
3 - Homem Cristo, jornalista	80
Capítulo IV - Perfil temático dos períodos de publicação	87
1 - Periodização temática	90
1.1 - Da fundação ao pós 31 de Janeiro	92
1.2 - Os últimos anos da Monarquia	99
1.3 - O exílio	103
1.4 - A Grande Guerra e o final da Primeira República	106
1.5 - Ditadura e Estado Novo	110
2 - Edições especiais	115
Capítulo V - Conteúdos temáticos dominantes	121
1 - República e republicanos	122
2 - A questão clerical	139
3 - Educação e instrução	145
4 - As polémicas	150
4.1 - Padre Fernandes	150
4.2 - Jaime de Magalhães Lima	152
4.3 - Afonso Costa	154
4.4 - Dantas Baracho	156
4.5 - Alfredo Pimenta	158
4.6 - Leonardo Coimbra	161
Conclusões	165
Bibliografia	171
Anexos	176
A - Circular que precede a criação de <i>O Povo de Aveiro</i>	176
B - <i>O Povo de Aveiro</i> : evolução dos preços	178
C - Distribuição geográfica dos leitores de <i>O Povo de Aveiro</i>	179

INTRODUÇÃO

O objecto deste trabalho é o estudo do jornal *O Povo de Aveiro* (1882-1941), periódico republicano com origem local, mais ou menos conhecido e, porventura, pouco reconhecido.

As referências a *O Povo de Aveiro* revelam que as aproximações de que tem sido alvo serviram, até à data, dois propósitos fundamentais: complementar informação acerca de temáticas específicas nele abordadas e documentar aspectos da vida e da obra de Francisco Manuel Homem Cristo, figura marcadamente associada ao seu percurso. Trata-se, em ambos os casos, de uma utilização do jornal como fonte.

Esta constatação torna oportuna a necessidade de fixar referências no âmbito da história do periódico, propriamente dito, quer no que respeita aos contextos em que se inscreve, nomeadamente, a conjuntura sócio-política, o estágio de desenvolvimento da imprensa periódica da época e respectivos constrangimentos económicos, tecnológicos e, mesmo, político-partidários, quer no que concerne aos elementos específicos, definidores da sua individualidade.

É largamente consensual perspectivar a imprensa enquanto repositório precioso da memória cultural de um povo. Na medida em que se desenvolve numa lógica de ligação directa e intensa com a sociedade, constitui-se como «um dos mais fecundos meios de sondar e prospectar os pensamentos, os sentimentos, os gostos dominantes, as determinantes de acção, a atitude mental de uma época»¹. A periodicidade e a sua acção continuada junto do público

¹ José M. Tengarrinha, «Imprensa», Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979. Vol. 3, p. 272.

possibilitam-lhe, ainda, abrir espaços privilegiados de polémica, assumindo, não raro, o papel de contrapoder.

O interesse e a oportunidade da escolha de *O Povo de Aveiro* como objecto de estudo justifica-se, assim, também pelo facto de se tratar de uma publicação que acompanha, com poucas interrupções, quase sessenta dos mais conturbados anos da história recente de Portugal - os últimos trinta da Monarquia Constitucional, a proclamação e precoce extinção da Primeira República, a emergência do Estado Novo.

Por seu turno, Francisco Manuel Homem Cristo (1860-1943) assoma como figura proeminente na época, quer na esfera política, enquanto republicano polémico, panfletário intrépido e parlamentar, quer no campo do ensino, enquanto mentor de memoráveis campanhas de alfabetização no exército português. A própria tiragem, que, segundo o testemunho do jornal, chega a atingir a cifra de trinta e cinco mil exemplares, parece ser expressiva da afirmação de um projecto de abrangência e impacto apreciáveis.

Sem entrar em outras apreciações, porventura de ordem menos objectiva, considera-se manifesta a presença de factores que inscrevem o periódico aveirense como testemunho de uma época e como instrumento significativo do redimensionamento social da cidade de Aveiro. Como observa Ferreira de Castro, num artigo para o *Diário dos Açores*, «nenhum de nós pode ouvir falar em Aveiro sem se recordar do violento panfletário que daquela cidade fez seu refúgio, sua montanha».²

Para além destes aspectos, a possibilidade de valorizar matérias locais como elemento de conhecimento não deixa de constituir motivo de satisfação. Salienta-se, a este propósito, o destaque que alguns especialistas conferem a *O Povo de Aveiro*

² Ferreira de Castro, «Crónicas de Lisboa» - *Diário dos Açores*, 22 Nov.1924. *Apud* Maria Alice Oliveira Lusitano Gonçalves e António Augusto Gonçalves, *Agitada vida de Homem Cristo*. Aveiro: Edição dos autores, 1975, p. 212.

enquanto fonte de informação, em detrimento das obras em livro de Homem Cristo, uma vez que estas carecem dos contextos que integraram e contêm um número significativo de revisões³. Citando, como exemplo, o estudo da correspondência trocada entre Homem Cristo e Galino Marques⁴ a propósito da edição da obra *Notas da minha vida e do meu tempo*, Carlos Braga da Costa conclui que «há fortes razões para crer que em nome da suposta coerência desse derradeiro trabalho, tenham sido omitidas contradições, incongruências e opiniões divergentes sobre factos e personalidades»⁵.

Finalmente, e como lembra Eduardo Cerqueira, não se pode ignorar que a história da imprensa aveirense está «praticamente por tentar». O versado jornalista e publicista faz notar que, «com excepção do minucioso trabalho de Marques Gomes sobre *O Campeão do Vouga* e o seu sucessor *O Campeão das Províncias*, nem há um estudo de conjunto nem qualquer monografia de algum dos outros jornais, ainda que, como *O Povo de Aveiro*, lograssem projecção nacional»⁶.

É significativo, no presente estudo, o facto de o objecto se constituir, simultaneamente, como principal fonte de informação, quer de forma explícita, enquanto texto auto-referencial, quer por via indirecta, oferecendo a matéria a partir da qual se selecciona e constrói a lógica discursiva. Os elementos mais

³ Cfr. Manuel Ferreira Rodrigues, «Homem Cristo e o 1.º de Maio, em Aveiro, 1899-1912», in *Homem Cristo: O homem, a obra e o seu tempo. Comunicações apresentadas no quinquagenário da sua morte*. Aveiro: Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1995, p. 73.

⁴ Autor da revisão tipográfica da obra *Notas da minha vida e do meu tempo* e responsável pelos contactos com o editor.

⁵ Carlos Manuel Braga da Costa, *Percursos de Homem Cristo: Ideologia e política na «República Velha» (1910-1917)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000. Trabalho publicado em 2007.

⁶ Eduardo Cerqueira, *Imprensa e sociedade em Aveiro*. Aveiro: Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1995, p. 10.

expressivos sob o ponto de vista auto-referencial foram localizados nas edições próximas dos momentos de mudança, porventura por suscitarem reflexão e esclarecimentos acerca das alterações em apreço, bem como no início de cada novo ano de publicação e em efemérides, espaços propícios à realização de balanços retrospectivos.

(Re)construir a história de *O Povo de Aveiro* significa, em suma, definir um quadro de referências que englobe as condições de produção e as vicissitudes dos meios existentes, a identificação dos sucessivos proprietários, corpos de administração e direcção e dos vários paradeiros que conheceu, bem como uma ponderação da flutuação dos preços e dos factores que lhe estiveram subjacentes. Supõe equacionar as razões que motivaram, por diversas vezes, a suspensão da publicação do jornal e as sucessivas mudanças de título e subtítulo, apreciar a evolução das formas e dos formatos, definir categorias, fases e tendências. Não obstante a complexidade dos factores envolvidos e a escassez da informação existente, considera-se fundamental a apresentação de um quadro de recepção e a análise de questões ligadas à redacção, designadamente a deontologia, o estilo jornalístico e a importância assumida pelos redactores e colaboradores. É igualmente importante a definição de uma síntese dos principais conteúdos que configuraram os vários períodos de publicação, bem como a discriminação significativa dos números comemorativos, evocações temáticas e suplementos. São, por último, individualizadas matérias que, pelo destaque que lhes é conferido no espaço ideológico do jornal, reclamam uma abordagem mais atenta, designadamente as polémicas de maior destaque mantidas com personalidades da cena local e nacional, as divergências com as figuras dominantes do Partido Republicano Português (PRP), a questão clerical e a problemática da educação e instrução.

Procura-se, cumulativamente, lançar alguma luz sobre a imagem de *O Povo de Aveiro* que, de alguma forma, tem sido ventilada através de apreciações fugazes em obras publicadas, que não remetem para estudos consistentes e fundamentados. Referimo-nos, por exemplo, à classificação do jornal no âmbito da «imprensa sensacionalista», ao facto de ser considerado representativo, tão-somente, da voz individual de Homem Cristo e do seu alcance ser confinado ao da imprensa local.

Os materiais textuais activos, apesar de fundamentais, não excluem, naturalmente, a necessidade de cooperação com as diversas áreas do conhecimento - com destaque para a História - sobretudo para a contextualização das questões que se desenham. A conjugação da especificidade de *O Povo de Aveiro* e das circunstâncias histórico-sociais em que se insere é, justamente, o que permite a percepção dos quase sessenta anos de existência do jornal.

A recolha da informação implicou, naturalmente, um contacto com a totalidade dos números publicados desde a fundação à última edição de *O Povo de Aveiro*. Atendendo à dimensão do material em questão e aos vários constrangimentos surgidos, os levantamentos realizados não são exaustivos, tendo sido seleccionados os dados considerados mais relevantes, com prioridade para elementos relacionados com a história local e que constituem fonte potencial de informação para iniciativas posteriores.

Os resultados que se projectam não ultrapassarão grandemente o universo das possibilidades oferecidas pela própria matéria do jornal, residindo o alcance das expectativas do presente estudo, sobretudo, na possibilidade de construir sentidos através da conjugação de informação originalmente não destacada nem relacionada.

É importante alertar, finalmente, para o valor das colectâneas de *O Povo de Aveiro* existentes na Biblioteca Municipal de Aveiro e na Biblioteca Nacional, por constituírem, com toda a probabilidade, as únicas completas no país⁷.



Com o intuito de tornar a leitura mais perceptível, e considerando que o período em apreço abrange unicamente os séculos XIX e XX, na transcrição de textos procedeu-se à actualização da ortografia e da pontuação.

⁷ A colectânea da Biblioteca Municipal de Aveiro carece dos números publicados entre 15 de Maio de 1905 e 14 de Abril de 1907, que integram, porém, a da Biblioteca Nacional. Estas colectâneas únicas não se encontram microfilmadas, estando, por isso, e apesar dos cuidados a que são votadas, sujeitas a inevitável e irremediável deterioração.

Cronologia comparada

	Contexto Histórico-Social	A Imprensa
1846		• Editado o <i>Boletim de Notícias</i> , primeira folha impressa no distrito de Aveiro
1850	• Legislação contra a liberdade de imprensa («lei da rolha»)	• Fundação do <i>Eco dos Operários</i>
1851	• Início do movimento da Regeneração	• Revogada a «lei da rolha»
1852		• Fundação do <i>Campeão do Vouga</i>
1854		• Fundação de <i>O Comércio do Porto</i>
1856	• Inauguração do telégrafo eléctrico	
1860	• Nascimento de Homem Cristo	• Introdução em Portugal do prelo a vapor, no <i>Comércio do Porto</i>
1861		• Fundação do <i>Distrito de Aveiro</i> , de orientação histórico-progressista
1863		• Introdução em Portugal da rotativa, no <i>Comércio do Porto</i>
1864		• Fundação do <i>Diário de Notícias</i> , primeiro órgão da imprensa de informação em Portugal
1865	• Início da Questão coimbrã	
1871	• <i>Conferências Democráticas do Casino Lisbonense</i>	• Marinoni constrói a rotativa (95.000 páginas por hora)
1873	• Proclamação da República em Espanha	
1876	• Eleito o Directório do PRP	
1880		• Fundação de <i>O Século</i>
1882		• Fundação de <i>O Povo de Aveiro</i>
1884		• Incêndio destrói a tipografia de <i>O Povo de Aveiro</i>
1888	• Comício republicano, em Aveiro, contra as Irmãs de Caridade	• Fundação de <i>O Jornal de Notícias</i>
1889	• Inauguração da estátua de José Estêvão, em Aveiro	
1890	• Ultimato britânico a Portugal	• Medidas repressivas contra a imprensa periódica
1891	• Revolta republicana no Porto	• Suspensão de <i>O Povo de Aveiro</i> por dois meses
1894		• Suspensão de <i>O Povo de Aveiro</i>
1899		• Retomada e edição, como <i>Povo de Aveiro</i>
1900		• Fundação de <i>O Mundo</i>

	Contexto Histórico-Social	A Imprensa
1906	• Governo de João Franco (1906-1908)	
1907		• Novas medidas repressivas contra a liberdade de imprensa
1908	• Regicídio	• Fundação de <i>O Democrata</i> , órgão do PRP do distrito de Aveiro
1909		• Modernização da tipografia: retomado o título <i>O Povo de Aveiro</i>
1910	• Proclamação da República • Governo provisório, dirigido por Teófilo Braga • Prisão de Homem Cristo	• Primeira Lei de Imprensa da República
1911	• Eleição do primeiro presidente da República portuguesa • Reforma do ensino • Lei da separação entre a Igreja e o Estado • Homem Cristo parte para o exílio	• Fundação de <i>A Liberdade</i> , jornal republicano dirigido por Alberto Souto • Suspensão de <i>O Povo de Aveiro</i> , por intimação governamental
1912	• Fundação da <i>Renascença Portuguesa</i> . • Incursões monárquicas	• Limitação à aplicação da Lei de Imprensa • Edição, em Paris, de <i>O Povo de Aveiro no Exílio</i>
1913	• Primeiro governo de Afonso Costa (1913-1914)	• Obrigação do registo de todas as publicações periódicas
1914	• Início da Primeira Grande Guerra	• Fundação da revista <i>Nação Portuguesa</i> , órgão do Integralismo Lusitano
1915	• Revolta em Lisboa contra o governo Pimenta de Castro	• Fundação de <i>A Ideia Nacional</i> , dirigida por Homem Cristo Filho • Fundação da revista <i>Orfeu</i> • Interrupção da publicação de <i>O Povo de Aveiro no Exílio</i>
1916	• Entrada de Portugal na Guerra. • Governo da União Sagrada	• Restrições à liberdade de imprensa • Na sequência de uma amnistia presidencial, é reeditado em Portugal, <i>O de Aveiro</i>
1917	• Revolução bolchevista na Rússia • Golpe de Estado de Sidónio Pais • Prisão de Homem Cristo	• Publicação da revista <i>Portugal Futurista</i> , dirigida por Almada Negreiros • Suspensão de <i>O de Aveiro</i>
1918	• Assassinato de Sidónio Pais • Nova prisão de Homem Cristo	• Impostas restrições adicionais à liberdade de imprensa • <i>O de Aveiro</i> retoma a publicação e é de novo suspenso
1919	• Restauração da Monarquia no Porto	• Reposição da Lei de Imprensa de 1910 • Prosseguimento da publicação de <i>O de Aveiro</i>
1921	• <i>Noite sangrenta</i> • Fundação do <i>Partido Comunista Português</i> • Inauguração da iluminação eléctrica na cidade de Aveiro	• Fundação da revista <i>Seara Nova</i>

	Contexto Histórico-Social	A Imprensa
1925	<ul style="list-style-type: none"> • Homem Cristo é eleito presidente da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro 	
1926	<ul style="list-style-type: none"> • Início da Ditadura Militar • Deportação de dirigentes republicanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento da censura à imprensa • Suspensão de <i>O Povo de Aveiro</i>
1927	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura ao público da Biblioteca Municipal de Aveiro 	<ul style="list-style-type: none"> • Retomada a edição de <i>O Povo de Aveiro</i>
1928	<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração, em Aveiro, do serviço telefónico 	
1931		<ul style="list-style-type: none"> • Fundação do <i>Avante!</i>, órgão do Partido Comunista Português
1932	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro governo de Salazar 	
1933	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição • Início do Estado Novo 	
1939	<ul style="list-style-type: none"> • Início da Segunda Grande Guerra 	
1941		<ul style="list-style-type: none"> • Edição do último número de <i>O Povo de Aveiro</i>
1943	<ul style="list-style-type: none"> • Morte de Homem Cristo 	
1944		<ul style="list-style-type: none"> • Edição de um número avulso de <i>O Povo de Aveiro</i>, em homenagem a Homem Cristo

Capítulo I - O Povo de Aveiro e a imprensa da época

1 - A imprensa da Monarquia para a República

Jdentificado, no seu conjunto, com um florescimento decisivo da imprensa periódica, o século XIX testemunhou, contudo, repetidos avanços e retrocessos na afirmação da acção jornalística ditados, sobretudo, pelas oscilações do poder político.⁸

Obtida a primeira vitória em 1820 e reflectindo a Constituição de 1822 um apurado esforço legislativo no sentido da defesa da liberdade de imprensa⁹, o jornalismo, desde logo, frutificou. Quando, quatro anos depois, D. Pedro fez suspender a Constituição, outorgando uma Carta Constitucional de cariz significativamente mais conservador, o princípio da liberdade de imprensa, apesar de consagrado, foi relegado para um plano secundário¹⁰, o que favoreceu a intensificação da censura e a restrição da circulação dos jornais.

Quando, em 1828, D. Miguel foi aclamado rei, dando início a um período de cerca de seis anos de despotismo, a imprensa foi submetida a nova fase de repressão e a actividade jornalística caiu verticalmente. Só em 1834 foi legalmente abolida a censura, centrando-se as formas de controlo da liberdade de imprensa, de ora em diante, numa repressão dos seus alegados «abusos». A

⁸ Consultar a *Cronologia Comparada* apresentada neste trabalho para uma visão de conjunto dos principais marcos da história da imprensa periódica.

⁹ Para além do seu artigo sétimo, que garante o direito à manifestação de opiniões «sem dependência de censura prévia», a Constituição de 1822 consagra ainda três artigos às questões da liberdade de imprensa. Cfr. Graça Franco, *A censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993, p. 22.

¹⁰ O texto constitucional de 1826 reconhece a liberdade de imprensa apenas no último dos seus artigos, a par com os outros «direitos civis e políticos dos cidadãos». *Idem, ibidem*.

subida ao poder de Passos Manuel, em Setembro de 1836, apesar de marcada por considerável instabilidade governativa - que justificou uma série de medidas de repressão das folhas clandestinas em circulação - consagrou o direito à liberdade de imprensa. As iniciativas legislativas dos setembristas foram, porém, interrompidas com a ascensão de Costa Cabral, cujo governo autoritário suspende as garantias anteriores. Este retrocesso veio a culminar em 1850, com a promulgação da chamada «Lei da Rolha»¹¹, revogada um ano depois pelo movimento da Regeneração, devido ao excesso repressivo em que incorreu.

A fundação de *O Povo de Aveiro*, em 1882, inscreve-se neste período de progressivo desenvolvimento, que durou até 1890, altura em que a Monarquia em crise introduziu novas disposições repressivas. Historicamente, vivia-se o segundo rotativismo partidário¹², que ofereceu contextos favoráveis ao desenvolvimento da imprensa: benefícios directos de uma maior protecção legislativa, melhoria dos transportes, alargamento da instrução pública, crescimento das cidades, apuramento da tecnologia da impressão e, sobretudo, a introdução do sufrágio, que promoveu um aumento significativo do número de portugueses chamados a intervir na vida pública e, conseqüentemente, interessados nos assuntos do estado e da economia da nação. O anterior alargamento da rede de vias de comunicação e dos transportes em geral, reforçado pela generalização do telégrafo, encurtavam distâncias, permitindo uma maior actualidade nos noticiários e um vigor acrescido na circulação das ideias e da informação. Com o incremento da indústria e o aumento da produção nacional de papel, melhoraram também as

¹¹ Esta carta-de-lei, publicada a 3 de Agosto de 1950, tipifica de novo os abusos da liberdade de imprensa e estabelece normas de julgamento dos mesmos, constituindo, segundo o diploma que a revoga: «flagrante violação do parágrafo 3.º do artigo 145.º da Carta Constitucional». Cfr. *Idem*, pp. 30-31.

¹² Forma de organização política em que se alternavam no poder, exclusivamente, dois partidos. Em 1882 ocupava o Governo o Partido Regenerador, conduzido por Fontes Pereira de Melo.

possibilidades de impressão, o que possibilitou que, entre 1880 e 1889, a média anual de criação de periódicos atingisse o número auspicioso de 184 (Aveiro, Braga, Coimbra e Viana do Castelo eram os distritos que maior número de títulos publicavam; os distritos menos dotados eram Beja, Bragança e Castelo Branco)¹³. O tipo de jornal mais generalizado era semanal e de índole política.

Paralelamente, no início da década de 1880, e desde cerca de 1876, era já significativo, nos grandes centros urbanos, o crescimento da militância republicana e do campo de influência dos correspondentes órgãos de comunicação periódica (caso exemplar das tiragens surpreendentes do jornal *O Século*). No meio rural, esta realidade era, porém, extremamente tímida.

A fundação de *O Povo de Aveiro* estabeleceu a introdução do primeiro jornal republicano no distrito, facto assinalado, no número inaugural, através de uma entusiástica mensagem de felicitação de Sebastião de Magalhães Lima, director de *O Século*: «Meus amigos: Cada jornal republicano que se funda é uma bateria a mais assestada contra a monarquia e os seus serventuários egoístas e insaciáveis. Felicito-vos sinceramente por tão nobre empreendimento e, em nome do *Século*, a ele adiro com o supremo entusiasmo de quem vê no governo republicano a única salvação possível aos males constitucionais»¹⁴.

Apesar de, cronologicamente, surgir na época definida por José Tengarrinha como da *organização industrial da imprensa* (iniciada em cerca de 1865, com a fundação do *Diário de Notícias*), *O Povo de Aveiro* viveu ainda um momento de transição, de apropriação gradual das novas condições materiais que conduziriam, por sua vez, a novas formas de pensar o jornalismo. Neste matizado, apesar de colher claramente alguns dos benefícios

¹³ Cfr. José Tengarrinha, *op. cit.*, p. 261.

¹⁴ Sebastião de Magalhães Lima, «Felicitação do *Século*» - *O Povo de Aveiro*, n.º1, 29 Jan.1882, p.1.

oferecidos pela nova política de melhoramentos, a sua postura doutrinária e vincadamente política inscrevia-o na fase anterior - a da *imprensa romântica* ou de *opinião*. Nesta conformidade, afigura-se mais flexível a perspectiva de Nuno Crato, que considera ter sido sobretudo por volta de 1885 que se reuniram em Portugal as condições de ascensão à fase industrial da imprensa, «apesar de Eduardo Coelho ter iniciado vinte anos antes, com o *Diário de Notícias*, a viragem para o novo tipo de jornalismo»¹⁵. Trata-se, tudo indica, de um caso de excepção.

Durante a década de 1880, as inquietações da coroa não deixaram totalmente de se manifestar, designadamente através de alguma perseguição à imprensa republicana, que dirigia ataques frequentes à realeza «pondo-lhe em relevo os defeitos e apontando os seus ridículos à gargalhada pública»¹⁶. A partir de 1890, o descontentamento do país, exacerbado pela questão do Ultimato inglês e pela subsequente crise financeira, levou a que a monarquia em crise erguesse novas defesas, punindo os alegados «abusos», suspendendo e encerrando periódicos e criando dificuldades administrativas várias¹⁷.

Estas tentativas afiguraram-se, no entanto, infrutíferas, mesmo perniciosas, para a Monarquia, uma vez que, os órgãos da imprensa republicana, verdadeiras frentes de oposição ao poder instituído, pareciam reproduzir-se em todos os cantos do país na razão directa das perseguições que a coroa lhes movia.

Essa proliferação, aparentemente auspiciosa, impedia, porém, a viabilidade económica de muitas folhas em circulação, justificando a indignação de *O Povo de Aveiro*, que nela via, não a

¹⁵ Nuno Crato, *Comunicação Social - A Imprensa*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 43.

¹⁶ «Não é mentira, é sofisma» - *O Povo de Aveiro*, n.º 161, 15 Mar. 1885, p.1.

¹⁷ Logo em 1890, o decreto de 29 de Março, ao retirar o júri do julgamento dos abusos da liberdade de imprensa, facilitou a suspensão e a supressão dos periódicos. Cfr. Nuno Crato, *op. cit.*, p. 193.

satisfação de uma necessidade, mas a afirmação de vaidades, de «interesses e ambições de indivíduos ou pequenos grupos», e a qualificava como uma «nuvem de papéis (...) que caíram sobre o país como uma praga (...) ameaçando produzir um verdadeiro eclipse do sol».¹⁸

Apesar desta reserva, a folha aveirense reconhecia, sem ambiguidade, o poder da imprensa enquanto força de intervenção social e política: «(...) um bom ministro conduzia facilmente os povos quando não havia imprensa e quando a sua acção podia ser duradoura, como no tempo do absolutismo. Hoje, se não for auxiliado pelos jornais, soçobra num momento. O nível moral e intelectual de um povo aquilata-se pela imprensa»¹⁹.

Em 1907, a subida ao poder de João Franco veio aumentar a repressão do exercício livre da imprensa através da criação, numa lógica de confiança política, de condições legais para o controlo da actividade jornalística por parte dos governos civis.²⁰ As disposições repressivas deste estadista foram revogadas imediatamente após a implantação da República, a 10 de Outubro de 1910 e, no dia 28 do mesmo mês, foi decretada a primeira Lei de Imprensa da República, que, no essencial, remetia para a lei geral, à qual todos os cidadãos estavam sujeitos.²¹

A inexistência de censura prévia representava, porém, dificuldades de difícil solução, sobretudo relacionadas com a actuação da imprensa monárquica. Segundo Vasco Pulido Valente, a solução encontrada foi a de suprimir *de facto* o que se não podia suprimir *de direito*. Assim, era o «povo indignado» que se

¹⁸ «A crise do jornalismo» - *Povo de Aveiro*, n.º 1046, 01 Maio 1904, p.3.

¹⁹ «A imprensa» - *O de Aveiro*, n.º 77, 09 Set.1917, p.1.

²⁰ Cfr. Nuno Crato, *op. cit.*, p. 194.

²¹ Cfr. Graça Franco, *op. cit.*, p.38.

encarregava, então, de assaltar «o intolerável jornal monárquico ou reaccionário».²²

Em 1912, a instabilidade política provocada pelas incursões monárquicas conduziu à publicação de duas leis que restringiam o anteriormente disposto, permitindo a apreensão de periódicos mediante critérios mais subjectivos. No ano seguinte, perante o aumento das publicações de tipo clandestino, foi determinado que os governadores civis organizassem o registo e inventariação das publicações periódicas por distrito.

A participação de Portugal na Primeira Grande Guerra, a partir de 1916, levou o governo a impor medidas repressivas, que incluíram a apreensão de periódicos e a censura prévia. Perante os protestos da imprensa, a actuação das comissões de censura foi limitada a notícias ou apreciações que interferissem com as questões de defesa nacional, o que fez diminuir consideravelmente o número de cortes.

Apesar do país se encontrar, então, sob o governo da União Sagrada, de que fazia parte Afonso Costa, até então alvo preferencial dos ataques de Homem Cristo, *O de Aveiro* condenou a atitude das gazetas da oposição que aproveitavam «as dificuldades das circunstâncias para conspirar contra o governo», não calando a sua indignação pelo facto de não serem suprimidos jornais como *O Dia*, *O Liberal* ou *A Vanguarda*, cuja propaganda germanófila era «mais do que manifesta».²³

²² «Os chefes radicais (...) designavam as vítimas permissíveis e as alturas em que o “povo” se devia mexer ou ficar quieto. Não significa isto que cada vez que espancava ou prendia um “inimigo da República”, cada vez que “empastelava” um jornal ou profanava uma igreja, o “povo” o fizesse por ordens expressas de Afonso Costa, de França Borges ou dos demagogos de S. Bento. Nem mesmo que recebesse instruções pela cadeia hierárquica do PRP. O *modus operandi* e, largamente, a escolha do momento e dos alvos individuais eram deixados ao arbítrio dos executantes». Vasco Pulido Valente, *A «República Velha» (1910-1917). Ensaio*. Lisboa: Gradiva, 1997, pp. 13-16.

²³ «A imprensa» - *O de Aveiro*, n.º 77, 09 Set.1917, p.1.

Em 1917, após o golpe da Junta Revolucionária presidida por Sidónio Pais, foi demagogicamente decretada a abolição da censura prévia. Esta cedência, aliada à crescente instabilidade política do país, favoreceu a violência dos editoriais contra o governo, que, logo em Abril de 1918, se decidiu pelo restabelecimento da censura. Contrariando o que estava previsto, as restrições prevaleceram após o fim da Guerra.

Esta conjuntura provocou um desgaste evidente na folha aveirense, que declarou que, se «as circunstâncias não fossem muito extraordinárias», suspenderia o jornal «até passar a tirania». À semelhança de outros órgãos da imprensa periódica, apesar de reconhecer a necessidade da censura no período de Guerra, só a admitia em assuntos que «directa e intimamente» com ela se prendiam e não em «assuntos de carácter político, de política corrente, e, principalmente, para pôr a salvo o governo». Acreditava, mesmo, que tal «atentado à liberdade de pensamento» servia apenas para sublinhar a intolerância do governo, pois «cada bocado em branco berra[va] mais alto contra a tirania governativa do que o poderiam fazer os termos que lá estavam (...) E se o leitor não perdoa[va], o autor ainda menos. E assim arranja[va] o governo milhares de inimigos que ainda seriam, na véspera, indiferentes».²⁴

O assassinato de Sidónio Pais, em Dezembro de 1918, agravou as divergências políticas, favorecendo a actuação dos monárquicos, facto com que foi então justificada a conservação da censura. Neutralizada a sublevação monárquica no Porto, em Fevereiro de 1919, voltou, porém, a vigorar a legislação do início da República.

Até 1925 o país foi assolado pelas investidas dos anarquistas e da Legião Vermelha. O cansaço e a insegurança da população permitiram, de certa forma, o avanço das ideologias de direita e a

²⁴ «A censura» - *O de Aveiro*, n.º 102, 28 Abr.1918, p.1.

insinuação da moda fascista. Foi neste contexto que, na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, caiu o governo democrático de António Maria da Silva. Porventura devido ao apoio que quase todas as correntes políticas concederam aos revoltosos, não foi estabelecido, de imediato, qualquer regime de censura à imprensa.

Um mês volvido, a instituição definitiva da ditadura militar veio modificar essa situação. Logo que assumiu o poder, o general Gomes da Costa declarou em entrevista ao *Diário da Tarde*: «Fala-se em censura à Imprensa. Não senhor. Não estou disposto a estabelecê-la. Pelo menos.. pelo menos... enquanto os jornais não me incomodarem»²⁵.

No dia 22 de Junho, a imprensa foi sujeita a um regime de censura prévia, que iria durar até 1974. Tornou-se obrigatório o envio de quatro provas de cada jornal para verificação e foram proibidos os espaços em branco. Pela primeira vez foi publicada a frase «Este número foi visado pela Comissão de Censura». Se, com Gomes da Costa, se afigurava possível negociar o fim da censura, o seu afastamento, em Julho de 1926, marcou um período de nítido aumento da repressão, com Óscar Carmona à frente do governo.

A situação vivida pela imprensa neste período foi referida nos seguintes termos em *O de Aveiro*: «A censura (...) excede tudo quanto, no país e fora do país, contra a liberdade de imprensa se tem visto. (...) nem consente que se ataquem os monárquicos além de certos limites. E nem mesmo a bambochata anterior ao 28 de Maio (...) contra a qual esse movimento foi dirigido. É o cúmulo!»²⁶.

No início da década de 1930, o Estado Novo começou lentamente a tomar forma, estabilizando a situação do regime e tornando mais eficiente a neutralização da oposição e o próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de repressão.

²⁵ *Apud* Alberto Arons de Carvalho, *A censura e as leis de imprensa*. Lisboa: Seara Nova, 1973, p. 34.

²⁶ «A censura» - *O de Aveiro*, n.º 450, 05 Set.1926, p.2.

A subida de Salazar à presidência do Conselho de Ministros, em 1932, intensificou e imprimiu uma maior organização às tendências anteriores.

A Constituição de 1933 legitimou o regime de censura prévia, preenchendo o vazio legal existente desde 1926. Proibida a oposição organizada, que se refugiava em formas clandestinas, o regime passou a ser apoiado pela União Nacional, que enformou o modelo autoritário de Estado através do enquadramento exclusivo da actividade política. A criação do Secretariado da Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro, contribuiu de forma significativa para a difusão da ideologia fascista. As comissões de censura, até então subordinadas ao Ministério da Guerra, passaram a depender do Ministério do Interior, que submetia o conteúdo dos jornais (incluindo anúncios, fotografias e o boletim meteorológico) a rigorosa verificação prévia.

Do que foi exposto, ressalta, com bastante nitidez, que o historial dos avanços e recuos na legislação que regulava a liberdade de imprensa acompanhou de perto as mudanças de regime político. Se este era de inspiração mais repressiva, «as medidas coercivas e limitadoras da liberdade de expressão apareciam de imediato»; se tomava forma mais liberal, «a censura era celeremente abolida».²⁷ Este facto parece-nos, em si mesmo, suficiente para que seja reconhecido à comunicação periódica de então um poder notável no conjunto das instituições sociais.

²⁷ Daniel Pires, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1900-1940)*. Lisboa: Grifo, 1996, p.21.

2 - Periódicos aveirenses

A primeira folha de carácter informativo impressa em Aveiro data de 1843, não obstante funcionar no Governo Civil, desde 1835, uma oficina tipográfica (prelo de madeira). Até à fundação de *O Povo de Aveiro*, em 1882, cinco novas tipografias foram abertas: de Roque Coelho (1840, prelo de madeira), do *Campeão das Províncias* (1852, sucessivamente, prelo de madeira, prelo de ferro e, em 1880, máquina de impressão «de roda»), do *Imparcial* (1856), do *Distrito de Aveiro* (1861) e da *Imprensa Aveirense* (1881, prelo mecânico).²⁸

Até 1943, «e sem dúvida com diversas omissões», foram enumeradas cento e três publicações periódicas saídas de prelos aveirenses, com redacção na cidade e no concelho.²⁹ Sendo fastidioso e, porventura, pouco oportuno, proceder a um levantamento exaustivo das mesmas, será porém elucidativa a apresentação de um breve apontamento que destaque os títulos mais significativos desde o seu despertar, em meados do século dezanove, até à década de quarenta deste século, altura em que findou a publicação de *O Povo de Aveiro*.

1846 - Fundado o *Boletim de Notícias* (Outubro), primeira folha impressa de carácter informativo no distrito de Aveiro. Órgão

²⁸ Cfr. Rangel de Quadros, «Imprensa e jomais» (1835-1901), *Aveiro: Apontamentos históricos*. Aveiro, s.d., Vol. VIII, pp. 59-62. Segundo este autor, Aveiro é uma das primeiras terras do país com oficinas tipográficas, «ainda que de acanhadas proporções e de pouca beleza nos trabalhos».

²⁹ Eduardo Cerqueira, *op. cit.*, n.º 5. A cifra a que faz referência é reportada a um artigo de António Zagalo dos Santos, publicado no volume IX do *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

oficial, de orientação setembrista³⁰, publicado sob a decisão do Governador Civil de então, e da responsabilidade redactorial de José Pereira de Carvalho e Silva. Durou apenas até Dezembro do mesmo ano.

1852 - Fundado, por Manuel Firmino de Almeida Maia, *O Campeão do Vouga*, o primeiro jornal aveirense propriamente dito. De orientação regeneradora, subintitulado «jornal político, literário e comercial», beneficiou, num período inicial, da adesão de nomes como José Luciano de Castro, José Maria de Almeida Teixeira de Queirós (pai de Eça de Queirós), e da simpatia de figuras como José Estêvão e Mendes Leite. Em 1859, tomou a designação de *Campeão das Províncias*, passando a sua direcção, sucessivamente, para Firmino de Vilhena e Manuel de Vilhena, respectivamente filho e neto do fundador. A edição do jornal manteve-se, com apreciável tiragem, até 26 de Janeiro de 1924.

1855 - Fundado, por José Luciano de Castro e José Eduardo de Almeida Vilhena, o *Aurora*, subintitulado «jornal literário e religioso». Durou apenas meio ano.

1856 - Fundado *O Imparcial*, periódico de tendência cartista. Durou até Outubro de 1858.

1861 - Fundado o *Distrito de Aveiro*, de orientação histórico-progressista. O seu principal redactor foi, numa primeira fase, Bento de Magalhães. Em 1872, António Augusto de Sousa Maia adquiriu a propriedade do jornal, vindo a sua direcção a ser confiada, em 1907, a Mário

³⁰ Segundo José Tengarrinha, o *Boletim de Notícias*, fundado durante o governo repressivo de Costa Cabral, foi um jornal oposicionista com ligação à causa patuleia. Apesar de «ilegais», jornais como este não podiam ser considerados clandestinos, pois eram órgãos de âmbito oficial. José M. Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, pp. 170-172.

- Duarte. Em 1916, sob a direcção de Luís Mesquita de Carvalho, afirmou-se como órgão do Partido Evolucionista.
- 1882 - Fundado *O Povo de Aveiro*, primeiro periódico republicano aveirense, objecto de estudo do presente trabalho.
- 1883 - Fundados o *Jornal Académico*, jornal de estudantes, e *A Locomotiva*, órgão dos empregados dos Caminhos de Ferro Portugueses, dirigido por Carlos Faria. A publicação deste último não chegou a ultrapassar os cinquenta e nove números.
- 1884 - Fundado o *Arquivo Fotográfico*, dirigido por Marques Gomes e Marques Abreu, primeira publicação aveirense a apresentar gravuras em fototipia. Editou apenas oito números.
- 1885 - Fundado, por Joaquim de Melo Freitas, o periódico *A Época*, que durou até finais de 1888, marcando lugar quer do ponto de vista literário quer na defesa dos interesses regionais. No mesmo período, foi editado *O Parlamento*, jornal de tendência progressista, que contou como redactor Fernando de Vilhena.
- 1888-1898 - Neste período, saíram a público inúmeros jornais e revistas, de reduzida projecção e escassa duração, entre os quais *O Boémio*, *O Artista*, *A Correspondência* (redigido por funcionários telégrafo-postais), *Revista Florestal*, *A Mocidade* e *O Neófito*, ambos da responsabilidade de estudantes, *Ovos Moles e Mexilhões* e *Le Portugal Philatélique*, ambos dirigidos por Mário Duarte.
- 1890 - Fundado, por Fernando de Vilhena, *A Beira Mar*, periódico de tendência progressista, que surgiu com um papel influente na opinião pública aveirense. Durou até 1910, sob a direcção de Jaime Duarte Silva.
- 1894 - Fundado o *Vitalidade*, sob a direcção de Acácio João Rosa. Até 1896, apenas se publicaram dois números; a partir dessa data foi editado com regularidade, pelo menos até 1910.

Alcançou grande prestígio na opinião pública aveirense por haver reunido um notável grupo de redactores, entre outros, Jaime de Magalhães Lima, Padre Manuel Rodrigues Vieira, D. João Evangelista de Lima Vidal.

- 1905 - Fundado *O Galito*, a primeira revista com características clubistas de Aveiro, sob a direcção de Francisco Ferreira da Encarnação e tendo como redactor literário Alberto Souto.
- 1908 - Fundado *O Democrata*, órgão semanal do PRP do Distrito de Aveiro, sob a direcção de André dos Reis e contando com Albano Coutinho como redactor. Durou quatro décadas, encontrando-se nos últimos anos sob a direcção de Arnaldo Ribeiro.
- 1911 - No ano que se segue à implantação da República, oito novos títulos foram fundados; de todos, apenas *A Liberdade*, jornal republicano dirigido por Alberto Souto, teve continuidade.
- 1912 - Fundado o semanário *A Voz do Povo*, órgão da Associação dos Operários da Construção Civil e Artes Correlativas.
- 1913 - Fundado o *Arauto Escolar*, órgão do professorado. Não chegou a durar um ano.
- 1915 - Fundada a revista bissetimanal, de feição monárquica, *A Ideia Nacional*, dirigida por Homem Cristo Filho. Durou apenas cerca de um ano.
- 1916 - Fundado *A Razão*, órgão do PRP, sob a direcção de Alberto Ruela. Editou apenas alguns números.
- 1926 - Fundada a revista *Labor*, sob a direcção de José Pereira Tavares e Álvaro Sampaio, dedicada aos problemas do ensino e extensão cultural. Publicou-se até 1940.
- 1930 - Fundado o semanário católico *Correio do Vouga*, sob a direcção do Padre Alírio de Melo e de Querubim Vale Guimarães.

- 1935 - Fundada a revista trimestral o *Arquivo do Distrito de Aveiro*, sob a direcção de António Gomes da Rocha Madaíl, Francisco Ferreira Neves e José Pereira Tavares. Publicou documentos e estudos relativos ao Distrito.
- 1935 - Iniciou a sua publicação *A Voz Académica*, propriedade da Associação Escolar do Liceu de José Estêvão, sob a direcção de Mário Sacramento. Durou até 1936.

3 - Tábua diacrónica de *O Povo de Aveiro*

Ao longo dos quase sessenta anos da sua existência, *O Povo de Aveiro* conheceu vários períodos de publicação delimitados, quase sempre, por conflitos externos ligados ao poder político. Por imposição legal decorrente de antagonismos diversos, ou por deliberação própria, o jornal recebeu diversas designações além de *O Povo de Aveiro*, designadamente, *Povo de Aveiro*, *O Povo de Aveiro no Exílio* e *O de Aveiro*. Foram ainda frequentes as alterações dos corpos de direcção e administração, que asseguraram a edição do jornal muitas vezes em contextos que exigiam uma hábil adaptação aos imperativos económicos e comerciais.

Com o objectivo de fornecer uma visão global destes e doutros indicadores, preparatória da abordagem subsequente dos diferentes capítulos, apresenta-se, em seguida, uma síntese da evolução de *O Povo de Aveiro* nos seus vários períodos de publicação.

I Período				
Edição	Direcção e Administração	Título	Subtítulo	Instalações
29 Jan. 1882	Artur Pais, António Mourão	<i>O Povo de Aveiro</i>	<i>Folha do Povo e para o Povo</i>	Rua Direita
10 Maio 1882	Empresa: Manuel H. Cristo, Fernando H. Cristo, António P. Leão, Francisco Graça, Sebastião de Magalhães Lima			
07 Ago. 1883	Francisco H. Cristo, António Mourão, João Peixinho, Bernardo Maia, Anselmo Ferreira	Incêndio destrói a tipografia		
09 Nov. 1884				
07 Dez. 1884	Manuel H. Cristo			<i>Campeão das Províncias</i>
28 Dez. 1884				Rua da Alfândega
26 Mar. 1889				Rua Espírito Santo
08 Fev. 1891	Suspensão pelo Governador Civil			
12 Abr. 1891	Retoma a publicação em regime bissemanal			
21 Fev. 1892	Interrompe por decisão própria na sequência do 31 de Janeiro de 1891			
11 Set. 1892	Retoma a publicação			
06 Dez. 1894	Suspensão na sequência de denúncias de «Escândalos e Fraudes no Município de Lisboa»			

II Período				
Edição	Direcção e Administração	Título	Subtítulo	Instalações
20 Ago. 1899	João Pinto Evangelista (editor)	<i>Povo de Aveiro</i>	<i>Semanário Republicano</i>	Rua de S. Martinho
10 Ago. 1902	Manuel H. Cristo (editor)			
14 Abr. 1907	Manuel B. Torres (director / proprietário)			
08 Set. 1907	Manuel H. Cristo (director / proprietário)			
29 Nov. 1908				Rua de Arnelas
14 Mar. 1909	(avença)			
29 Ago. 1909	Francisco H. Cristo (director / proprietário)	<i>O Povo de Aveiro</i>	-	
23 Out. 1910	Suspensão a publicação: prisão de Homem Cristo			
13 Nov. 1910	Retoma a publicação			
15 Jan. 1911	Manuel Homem Cristo (editor)			
22 Jan. 1911	Suspensão a publicação por intimação governamental.			

III Período				
Edição	Direcção e Administração	Título	Subtítulo	Instalações
14 Out. 1912	Francisco H. Cristo (director / proprietário)	<i>O Povo de Aveiro no Exílio</i>	-	Paris
30 Abr. 1913	Suspensão a publicação por dificuldades materiais			
08 Jan. 1914	Retoma a publicação			
08 Ago. 1914	Suspensão a publicação por constrangimentos decorrentes da Guerra			
09 Maio 1915	Francisco H. Cristo (proprietário / director); António C. Rocha (editor)	<i>O Povo de Aveiro</i>	<i>Semanário Independente</i>	Rua de Arnelas
16 Maio 1915	Interrompe a publicação			

IV Período				
Edição	Direcção e Administração	Título	Subtítulo	Instalações
12 Mar. 1916	António C. Rocha (director / proprietário / editor); Francisco H. Cristo (redactor efectivo)	<i>O de Aveiro</i>	-	
17 Set. 1916	Francisco H. Cristo (director / proprietário / editor)		<i>Semanário independente</i>	
30 Dez. 1917	Suspende a publicação: prisão de Homem Cristo			
24 Fev. 1918	Retoma a publicação			
13 Out. 1918	Suspende a publicação: prisão de Homem Cristo			
09 Fev. 1919	Retoma a publicação.			Praça Luís Cipriano
14 Mar. 1920	Interrompe a publicação: constrangimentos materiais e desalento			
15 Ago. 1920	Retoma a publicação.		<i>Órgão da semana</i>	Rua José Estêvão / Tip. Nacional
23 Abr. 1922				Rua da Sé
18 Abr. 1926	Interrompe a publicação: doença de Homem Cristo			
05 Set. 1926	Retoma a publicação, de imediato suspensa por decisão governamental			

V Período				
Edição	Direcção e Administração	Título	Subtítulo	Instalações
01 Maio 1927	Francisco H. Cristo (proprietário / director / administrador); Fernando H. Cristo (redactor principal / editor)	<i>O Povo de Aveiro</i>	-	Rua Capitão Sousa Pizarro
24 Jun. 1928				
21 Abr. 1929	Francisco H. Cristo (proprietário / director / editor)			
27 Jul. 1930				
14 Maio 1939				
06 Ago. 1939	Francisco H. Cristo (proprietário / director / editor); Henrique Nascimento (administrador)		Imp. Universal Tip. Nacional	
29 Jun. 1941	Publicação do último número			

Capítulo II - Génese e percurso de *O Povo de Aveiro*

A importância dos jornais como meio colectivo de cultura aumentou, de forma significativa, com a Regeneração. Não obstante a multiplicação do número de títulos então em circulação, estes eram geralmente efémeros, visto nem sempre existir viabilidade para a sua continuidade e, na maioria dos casos, os índices de vendas serem exíguos.³¹

Na origem dessas dificuldades avultava a própria profusão de jornais publicados, não sendo rara, mesmo em pequenas localidades, a existência de títulos distintos representativos do mesmo partido político - isto no país da Europa com maior número de analfabetos. Dividido o público (à partida já seleccionado), poucas eram as folhas que conseguiam resistir. Por outro lado, na ânsia de sobrevivência, perdiam autonomia, cedendo à pressão de grupos e interesses e traindo, não raro, a prossecução de um projecto original.

As contrariedades agravavam-se, geralmente, com a supressão de verbas coincidente com o fim de campanhas eleitorais ou com divergências dentro dos próprios partidos políticos, sendo vários os casos de jornais que não resistiam ao equilíbrio precário do mercado específico em que se movimentavam.

Num plano distinto, emergiam constrangimentos adicionais, decorrentes do facto da *imprensa de opinião*, no seu conjunto, ser gradualmente preterida em benefício da chamada *imprensa de informação*, conotada com uma ideia moderna de jornalismo, de feição positivista, em que a demanda da verdade passava por uma transposição, que se pretendia neutra, do real. Esta suposta

³¹ Em contrapartida, no mesmo período, em países como a Inglaterra ou a França circulavam menos títulos, mas com tiragens muito superiores.

neutralidade informativa - em voga, em Portugal, desde a publicação, em 1864, do *Diário de Notícias*, que no seu número-programa afirma ser um jornal que «não discute política, nem sustenta polémica» - constituía factor essencial de aspiração à grande tiragem uma vez que, ao contrário dos jornais politicamente conotados, não restringia, à partida, o público leitor. Como consequência directa dessa desigualdade, os órgãos da imprensa de informação conseguiam vender-se por cerca de 10 réis, valor que contrastava decisivamente com os cerca de 40 réis em que se encontrava fixada a venda dos jornais de opinião. Atendendo ao poder de compra da população, qualquer destes preços era, ainda assim, relativamente elevado, o que significa que os periódicos seriam adquiridos com regularidade apenas por uma classe relativamente abastada, ao nível da média burguesia.

Publicado, quase sem interrupções, durante seis décadas, *O Povo de Aveiro* pode, pois, ser avaliado como caso ímpar de sobrevivência, ainda porque, à data da publicação do seu primeiro número, apenas se editavam na região jornais de tendência monárquica. Será, assim, plausível admitir que a conquista de uma nova vertente de recepção terá exigido um esforço suplementar de afirmação inicial, «uma energia verdadeiramente rara»³².

1 - A fundação

A 29 de Janeiro de 1882, com um artigo de capa assinado por Teófilo Braga, «Soberania Nacional», e outro, «Felicitação do Século», por Sebastião de Magalhães Lima, «surge

³² Francisco Manuel Homem Cristo, *Notas da Minha Vida e do Meu Tempo*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.^a, s.d. [1936], vol. III, p. 25.

para a luta» o semanário republicano O Povo de Aveiro, subtintulado Folha do Povo e para o Povo. Conforme prática habitual em início de publicação, o lançamento do jornal foi anunciado através da divulgação prévia de uma circular, assinada por Manuel Homem Cristo e Artur Pais.³³

A publicação do primeiro número encontrava-se, porém, prevista para o princípio do mês, sendo o atraso atribuído a demora na chegada do material tipográfico.³⁴ Para além deste breve apontamento, que tem o mérito de colocar em evidência, desde logo, a questão da dependência de um projecto de comunicação em relação aos factores materiais e tecnológicos que lhe estão subjacentes, é exígua a informação relativa aos processos tipográficos de O Povo de Aveiro.

Sabe-se, porém, que a tipografia foi adquirida, completamente nova, no Porto, com dinheiro emprestado por José Gonçalves Moreira, capitão da marinha mercante³⁵. Quando, em 1884, um incêndio destruiu as instalações do jornal³⁶, apenas se



³³ Cfr. texto integral da referida circular no Anexo A deste trabalho.

³⁴ Cfr. «Expediente» - O Povo de Aveiro, n.º 1, 29 Jan. 1882, p.1.

³⁵ Francisco Manuel Homem Cristo, op. cit., p. 27.

³⁶ Consultar parágrafo 2.1 deste capítulo para informação adicional acerca deste incêndio.

salvaram alguns objectos, entre os quais, o prelo, que veio a ser montado, com material tipográfico novo, na Rua da Alfândega³⁷. Apesar de prevista para servir em exclusividade *O Povo de Aveiro*, a tipografia foi, algumas vezes, utilizada para a impressão de outras folhas, nomeadamente, a *Gazeta Aveirense* (1892), o *Oportunista* (1896-97) e o *Jornal de Aveiro* (1898).³⁸

Não obstante a escassez de referências, o aspecto físico da folha³⁹ e a sua dinâmica de vendas⁴⁰ permitem entrever alguma preocupação com a actualização dos procedimentos tipográficos e que, muito provavelmente, a impressão se realizava com o prelo a vapor, relativamente generalizado em Portugal desde a sua introdução, cerca de vinte anos antes⁴¹.

A figura fundadora de *O Povo de Aveiro* é geralmente identificada com Francisco Manuel Homem Cristo. Se o termo *fundador* for entendido como relativo a alguém ligado ao semanário no momento da sua constituição, poderá aceitar-se a generalização, visto ser possível comprovar o vínculo do jornalista ao periódico, por exemplo, em afirmações ulteriores feitas pelo próprio: «logo no seu quarto número, de 19 de Fevereiro desse ano de 1882, se lia, em correspondência de Lisboa, escrita por mim

³⁷ Os vários parapeiros do jornal são indicados no capítulo I - 3 deste trabalho.

³⁸ Cfr. Rangel de Quadros, *op. cit.*, pp. 59-62.

³⁹ O jornal foi, desde o início, composto em formato *in-fólio* (folhas de impressão dobradas em duas) o que representava uma evolução relativamente ao pequeno formato *in-4º* (folhas de impressão dobradas em quatro), na medida em que permitia a organização da página em várias colunas, mediante o processo do *chouriço* (encadeamento de notícias). Inicialmente, os textos apareciam quase sempre sem título, separados entre si apenas por um pequeno traço.

⁴⁰ Cfr. parágrafo 3 deste capítulo para informação acerca da recepção do jornal.

⁴¹ Esta possibilidade parece plausível atendendo a que a *Imprensa Aveirense* dispunha, desde 1882, de um «prelo mecânico», com capacidade para a extracção de 2000 exemplares por hora. Apesar de o *Comércio do Porto* ter adoptado, já em 1863, as máquinas de impressão cilíndricas e as rotativas, o facto de o próprio *Diário de Notícias* apenas seguir este exemplo em 1890, afasta a possibilidade da sua existência, em 1882, na tipografia de um jornal, em certo sentido, de segunda grandeza.

(...)»⁴². Identificada, *a posteriori*, a autoria de um artigo não assinado, estabelece-se que, na altura da fundação, Homem Cristo era redactor de *O Povo de Aveiro*, operando como seu correspondente na capital do país.

Por outro lado, se o termo *fundador* for tomado em sentido mais preciso, torna-se importante questionar, através de um exame atento das referências originais, a legitimidade da referida generalização, que se terá porventura instalado devido à notoriedade que, em dada altura, sobrepôs a figura do jornalista aveirense à dos reais fundadores do periódico. Senão, veja-se o que diz o próprio Homem Cristo: «O primeiro número do *Povo de Aveiro* (...) saiu na Rua Direita, à Costeira (...) Estava o jornal a cargo de Artur Pais e de António Augusto Mourão (...) quando entre eles surgiu uma desinteligência por causa do número dedicado ao centenário do Marquês de Pombal [8 de Maio de 1882]. (...) António Mourão opôs-se e Artur Pais saiu. (...) A 10, passados dois dias, constituiu-se uma Empresa para explorar o jornal, composta por meu irmão Manuel, meu irmão Fernando; António Ponce Leão Barbosa, [Sebastião de] Magalhães Lima e Francisco Rodrigues da Graça, a que se juntavam, a 7 de Agosto do ano seguinte o autor destas linhas, António Augusto Mourão, João Simões Peixinho, Bernardo da Cruz Maia e Anselmo Ferreira. (...) Esta Empresa veio a dissolver-se passado algum tempo, ficando todo o activo e passivo a meu cargo e de meu irmão Manuel»⁴³.

Manifestamente, Francisco Manuel Homem Cristo apenas assumiu responsabilidade perante *O Povo de Aveiro* em Agosto de 1883, ou seja, um ano e oito meses após a sua fundação. Atenta-se nesta questão (trata-se, afinal, de pouco mais de ano e meio em quase sessenta de vida do jornal) por um imperativo de rigor

⁴² Francisco Manuel Homem Cristo, *op. cit.*, p. 23.

⁴³ *Idem*, p. 26.

histórico, mas sem qualquer intuito de contestar a influência marcante do jornalista na construção da identidade de *O Povo de Aveiro*, muito menos no alargamento do seu campo de influência.

Apesar de determinado o vínculo de Homem Cristo à direcção do periódico, chama-se a atenção para o facto de ser apenas em Agosto de 1909 que, pela primeira vez, o seu nome figura como o de proprietário e director. Antes disso, essa formalização era irrealizável visto o jornalista não residir em Aveiro: pela lei, o editor do jornal tinha de viver na localidade.

2 - Períodos de publicação

2.1 - Época doutrinária: Janeiro de 1882 a Dezembro de 1894

A sobrevivência económica do jornal pressupunha, necessariamente, a conquista de um mercado seguro de leitores. Se, actualmente, os mecanismos de comercialização se encontram detalhadamente previstos, em finais do século passado este processo implicava um enorme esforço e empenhamento individual, nomeadamente, na angariação de assinantes, no controlo da distribuição, na promoção de preços competitivos e na verificação do pagamento das assinaturas, que não dispensava a notificação persistente dos assinantes em dívida.

Após a divulgação da circular de lançamento, as primeiras edições de *O Povo de Aveiro* foram expedidas a um grande número de leitores, com sugestão de assinatura. Apesar de representar uma garantia financeira fundamental, a mobilização de assinantes implicava o recurso ao sistema de distribuição assegurado

pelos correios⁴⁴ (realizado com portes reduzidos desde a publicação da lei de 15 de Fevereiro de 1876), que era pouco eficiente e gerava inúmeros protestos. Para além disso, na cidade de Aveiro recorria-se à distribuição directa, realizada por «um empregado pago pela redacção».⁴⁵

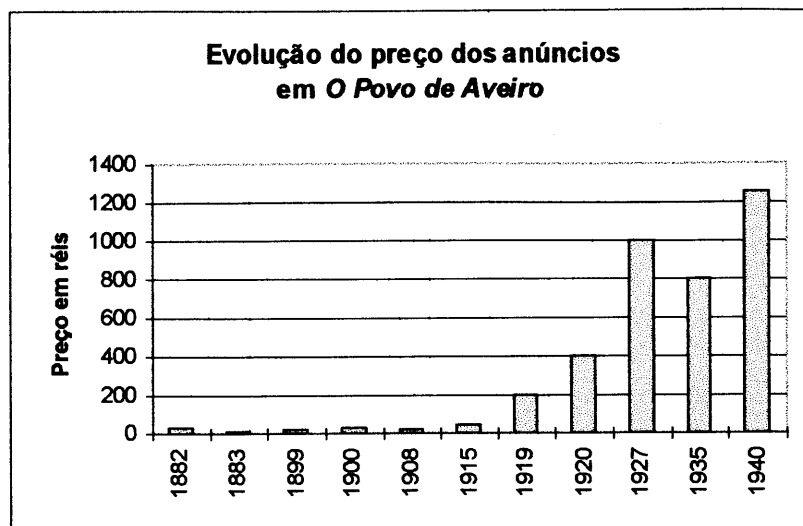
O preço de capa de *O Povo de Aveiro* era relativamente acessível se comparado com o de outros órgãos da imprensa de opinião: o seu número avulso vendia-se, em 1882, por 30 réis, podendo descer a 20 réis se adquirido sob assinatura. Cerca de um ano e meio após o início da publicação, baixou de 30 para 20 réis, aproximando-se do preço dos órgãos da imprensa de informação.

Este quadro, aparentemente auspicioso, não pode ser atribuído a um factor isolado. Se indicia a ocorrência de níveis favoráveis de adesão por parte dos leitores, é também fundamental o facto de ter sido possível, desde o primeiro número, inserir publicidade em cerca de um quarto do espaço total do jornal (normalmente a última página)⁴⁶. Com poucas excepções, os anúncios foram assegurados até ao final da sua publicação, reflectindo o preço da sua inserção as flutuações económicas conjunturais.

⁴⁴ *O Povo de Aveiro* era expedido por correio, exigindo o recurso a «pessoal certo, como que especializado na corografia postal», uma vez que era remetido às «aldeias mais recônditas». Cfr. Eduardo Cerqueira, *op. cit.*, N.º 6, p. 95.

⁴⁵ Cfr. Autos de corpo de delito (A: Jaime de Magalhães Lima, R: João Pinto Evangelista), Comarca de Aveiro - 1902. N.º 132, Maço n.º 9.

⁴⁶ *O Povo de Aveiro* anunciava uma gama muito diversificada de produtos, entre outros, máquinas de costura, equipamentos, géneros agrícolas, medicamentos, suplementos alimentares, produtos de beleza, estabelecimentos comerciais, fábricas, casas para arrendar, espectáculos, lotaria, livros e, mesmo, transporte marítimo para o Brasil. Não cabendo, no espaço do presente trabalho, proceder a uma análise exaustiva sobre esta matéria, alerta-se, porém, para a contribuição que poderá ter para estudos sobre a região de Aveiro, designadamente no âmbito económico e social. José Tengarrinha (*História da imprensa periódica portuguesa*, p. 225) chama ainda a atenção para o facto de o estudo das formas de atrair o público através do anúncio constituir um indicador dos gostos dominantes, das sensibilidades e da estrutura mental de determinadas camadas sociais nas diversas épocas.



Importa, igualmente, considerar os benefícios advindos do meio sócio-económico em que *O Povo de Aveiro* era produzido, designadamente o facto de um trabalhador rural auferir, na altura, cerca de 80 réis por dia e um operário de Lisboa entre 300 a 400 réis.⁴⁷

Apesar do conjunto destes factores apontar para uma consolidação efectiva do projecto jornalístico, a administração debatia-se, constantemente, com a existência de um número apreciável de assinaturas em dívida, fosse porque os preços se revelavam, apesar de tudo, elevados, atendendo ao poder de compra de muitos leitores, fosse por motivos de outra ordem. A prática sistemática do «calote» era, aliás, entendida pela administração do jornal, não como uma questão meramente financeira, mas como reflexo do desprezo do país por quem «maneja[va] honradamente uma pena».

Numa tentativa de resolver esse constrangimento, eram publicados diversos avisos, que oscilavam entre o apelo genérico e a publicação dos nomes dos assinantes em dívida, sem exclusão

⁴⁷ Aveiro não é referido como cidade porque se entende que, apesar de o ser administrativamente, do ponto de vista económico possuía, na altura, configuração eminentemente rural.

das admoestações: «uma empresa (...) que necessita suplantar grandes dificuldades para poder sustentar e defender na província com todo o desassombro o credo republicano, tem direito a esperar dos seus assinantes a protecção de que vive e que julga ter-lhes merecido».⁴⁸

Como já foi referido, nos primeiros anos foram frequentes as alterações na composição dos órgãos de direcção e administração de *O Povo de Aveiro*.⁴⁹ Tendo sido assegurado, nos quatro primeiros meses, por Artur Pais e António Mourão⁵⁰, em Maio de 1882 o jornal encontrava-se sob a responsabilidade de uma empresa, que associou, em momentos sucessivos, um total de dez individualidades. Do conjunto, eram republicanos assumidos os três irmãos Cristo, António Ponce Leão Barbosa, António Augusto Mourão, Francisco Rodrigues da Graça e Sebastião de Magalhães Lima; os três restantes membros eram pessoas amigas que apoiavam o projecto. Note-se que a posição de Francisco Homem Cristo durante todo este período era referida como a de *colaborador, redactor e director político*.

No início de Novembro de 1884, a tipografia de *O Povo de Aveiro* foi totalmente devorada por um incêndio.⁵¹ Menos de um mês volvido, o jornal retomou a publicação, sob a direcção exclusiva de Manuel Homem Cristo, nas oficinas do *Campeão das Províncias*⁵².

⁴⁸ *O Povo de Aveiro*, n.º 146, 09 Nov.1884, p.1.

⁴⁹ Salienta-se, aqui, a dificuldade de estabelecer um quadro rigoroso e completo dos nomes que, sucessivamente, asseguraram a direcção, edição ou mesmo a existência financeira do periódico, por não ser norma, na altura, a apresentação da respectiva ficha técnica. Foi possível superar alguns vazios de informação a partir de indicações dispersas no próprio jornal e de referências encontradas em obras posteriores de Homem Cristo.

⁵⁰ António Augusto Mourão vem a falecer em Outubro de 1887, facto amplamente assinalado, na edição n.º 297, de 16 Out.1887, de *O Povo de Aveiro*.

⁵¹ Para pormenores acerca do incêndio, consultar o Suplemento do n.º 146 de *O Povo de Aveiro*, de 09 de Novembro de 1884.

⁵² Fundado em 1852, por Manuel Firmino de Almeida Maia, o *Campeão das Províncias* apresentou-se como um periódico aveirense proeminente, de orientação regeneradora. Cfr. capítulo I - 2 deste trabalho, para mais informação acerca deste periódico.

Reconhecido pela solidariedade da direcção da folha monárquica, *O Povo de Aveiro* salvaguardou, porém, o facto desta situação não implicar qualquer «quebra de dignidade partidária»⁵³. Ainda antes do final do ano, deu-se a transferência para instalações próprias, na Rua da Alfândega.

O vigor deste período inicial de publicação pode bem ser aferido, não só pelo facto de o jornal ter reaberto após um intervalo tão curto, como por o ter feito introduzindo, desde logo, desafios adicionais, como foi o caso do aumento de formato, considerado essencial para fazer face à afluência de original para publicação.⁵⁴

Em Fevereiro de 1891, na sequência directa da revolta do Porto de 31 de Janeiro, Homem Cristo, então membro do directório do PRP, foi preso e o jornal imediatamente suprimido pelo Governo Civil de Aveiro. A publicação foi retomada, com periodicidade bissemanal⁵⁵, a 12 de Abril do mesmo ano, após a libertação do jornalista.

Porque se opusera à sublevação do Porto, Homem Cristo passou a ser alvo, não só do antagonismo dos monárquicos, como da crítica de várias folhas republicanas, que o acusavam de delação⁵⁶. As desinteligências e o desalento que emergiram desta conjuntura, associados às costumeiras dificuldades inerentes à produção do jornal, conduziram à interrupção da sua publicação, por decisão própria, a 21 de Fevereiro de 1892.

A 11 de Setembro do mesmo ano, reforçado pelo facto de uma «empresa» ter tomado sobre si a responsabilidade dos

⁵³ *O Povo de Aveiro*, n.º 147, 07 Dez.1884, p.1.

⁵⁴ Cfr. *O Povo de Aveiro*, n.º 147, 07 Dez.1884, p.1.

⁵⁵ A periodicidade bissemanal foi mantida durante quase quatro anos, até à suspensão do jornal, em Dezembro de 1894.

⁵⁶ Para o relato da vivência do Homem Cristo face a esta conjuntura, consultar a obra do autor, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão* (Lisboa: Editora J. J. Nunes & C.ª, 1891).

encargos materiais, o jornal reabriu, impellido por um «frio dever»⁵⁷. Em Dezembro de 1894, porém, na sequência do antagonismo gerado pela publicação de edições sucessivas de denúncia de fraudes praticadas no Município de Lisboa, foi suspenso por decisão governamental.

2.2 - Um jornal nacional: Agosto de 1899 a Janeiro de 1911

A pós um hiato de quase cinco anos, a publicação do periódico foi retomada, a 20 de Agosto de 1899, na Rua de S. Martinho, com periodicidade semanal e contando com João Pinto Evangelista como editor. Dado que a lei de imprensa da época impunha a alteração de título, admitindo, porém, o sofisma da simples mudança



de uma letra, o jornal suprimiu o artigo definido, passando a designar-se, simplesmente, *Povo de Aveiro*.⁵⁸

⁵⁷ O Povo de Aveiro, n.º 564, 11 Set. 1892, p.1.

⁵⁸ Caso idêntico foi, por exemplo, o de O Diário Popular, que, suprimido, pôde continuar a sua publicação com o título Diário Popular.

A interrupção relativamente prolongada da publicação gerou um certo isolamento no início deste período, que Homem Cristo exprimiu, em traços certamente excessivos, no seguinte texto dirigido ao editor: «Estamos reduzidos a dois, amigo João. Você a compor e eu a escrever. E daqui a pouco somos também só dois a ler e, mesmo assim, você lerá por obrigação. Se não, não lia (...)»⁵⁹.

Antevendo-se, desde logo, dificuldades neste domínio⁶⁰, o pagamento das assinaturas passou a ser exigido por antecipação e não findos os semestres, como anteriormente, sendo considerado assinante quem conservasse o jornal até à terceira remessa. A venda avulsa regressou aos 30 réis, preço que se manteve ao longo deste período de publicação.

Em Agosto de 1902, Manuel Homem Cristo assumiu o cargo de editor do jornal⁶¹, sucedendo-lhe Manuel Baptista Torres, em Abril de 1907, como director e proprietário da tipografia⁶². Em Setembro do mesmo ano, e conforme contrato realizado, a direcção e a administração do *Povo de Aveiro* voltaram a ser asseguradas por Manuel Homem Cristo.

Em 1908, após o sucesso da edição de 9 de Fevereiro, sobre o regicídio, o jornal ascendeu a uma fase de enorme pujança. Ao nível da administração, justificaram-se passos mais ousados surgindo, em Março de 1909, indicação de que o jornal se encontrava avençado. Tratou-se de um momento de transição para

⁵⁹ «Cartas d'Algures» - *Povo de Aveiro*, n.º 1, 20 Ago.1899, p.1.

⁶⁰ Pelo seu estilo invulgar, transcreve-se a resposta de um assinante de Lisboa, a quem o *Povo de Aveiro* solicitou o pagamento da dívida: «Não pago porque não quero. E querem-me publicar o nome? Então digam que sou o Ferreira, o farmacêutico da Junqueira, o chamado Rigoletto português, novo Roberto Pim-Pim, sucessor do Pomada Florestal, autor de graxa, de óleo santo para fazer crescer o cabelo, fabricante de graxa e de tinta de escrever, o Faz Tudo e o Faz Nada». «Expediente» - *Povo de Aveiro*, n.º 1250, 05 Abr.1908, p. 3.

⁶¹ Esta substituição verificou-se, porventura, na sequência do processo movido contra João Pinto Evangelista, na qualidade de editor do *Povo de Aveiro*, em Julho de 1902, por Jaime de Magalhães Lima. Cfr. capítulo IV - 3.1.2 deste trabalho.

⁶² Pela nova legislação (João Franco), os anteriores encargos do editor passaram para o director do jornal.

uma total remodelação da sua parte material, que compreendeu a aquisição de maquinaria tipográfica compatível com uma tiragem avultada, aumento de formato e alteração do tipo de letra (fornecido por uma conceituada casa alemã).⁶³ As instalações foram nesta altura transferidas para a Rua de Arnelas, após o que o jornal encerrou, temporariamente, para se realizarem os anunciados melhoramentos.

No dia 29 de Agosto de 1909, verificou-se a transição para a fase industrial do periódico. Pela primeira vez, reuniram-se as condições objectivas para o nome de Francisco Manuel Homem Cristo figurar como o de proprietário e director do jornal, decorrentes do facto de o jornalista ter fixado residência em



Aveiro. O título voltou a ser *O Povo de Aveiro* (se bem que sem qualquer subtítulo), e foi de novo praticado o antigo preço de capa de 20 réis.

⁶³ Cfr. *Povo de Aveiro*, n.º 1302, 11 Abr.1909, p.3.

Apesar da sua tiragem se aproximar já da de periódicos de primeira grandeza, como o *Mundo*⁶⁴, a procura da folha aveirense superou a oferta, gerando especulação no preço de venda: «O nosso agente no Porto já por mais do que uma vez nos tem dito que tem havido ocasiões do *Povo de Aveiro* se vender ali a 100 reis cada exemplar, apesar de todos os seus honestos esforços em contrário. Em Lisboa, parece que o seu menor preço é de 30 reis, nas ruas (...)»⁶⁵.

A dimensão do jornal permitiu confinar a publicação de anúncios à secção de publicidade, em benefício do «espaço concedido aos assuntos políticos»⁶⁶. Permitiu, ainda, em Julho de 1909, o lançamento de um Suplemento Literário, em corpo separado, de periodicidade bissemanal. Tendo Homem Cristo como director e Homem Cristo Filho como redactor literário, este Suplemento era distribuído gratuitamente aos assinantes e, para além disso, vendido avulso ou mediante assinatura⁶⁷. A sua tiragem era integralmente esgotada.

Uma nova onda de procura e especulação foi desencadeada com a publicação das edições que se seguiram ao 5 de Outubro de 1910. Os últimos exemplares de cada número eram vendidos pelos intermediários pelo preço de 300, 400 e 500 réis⁶⁸. Este fenómeno pode explicar-se, porventura, pelo facto da implantação da República ter motivado, globalmente, duas atitudes paralelas: o recuo prudente da imprensa monárquica e o entusiasmo da imprensa republicana. Demarcando-se desta dicotomia, *O Povo de Aveiro* manteve a crítica anterior aos políticos que ocupavam o

⁶⁴ *Povo de Aveiro*, n.º 1302, 11 Abr.1909, p.3.

⁶⁵ *O Povo de Aveiro*, n.º 1339, 19 Dez.1909, p.3.

⁶⁶ *O Povo de Aveiro*, n.º 1364, 12 Jun.1910, p.1.

⁶⁷ Deste Suplemento foram publicados apenas 13 números, terminando a edição com a suspensão do jornal, a 22 de Janeiro de 1911. Para mais informação acerca do Suplemento Literário, consultar o capítulo IV - 1.2 deste trabalho.

⁶⁸ Cfr. «Expediente», *O Povo de Aveiro*, n.º 1383, 23 Out.1910, p. 1.

poder. Esta postura atraiu, sem dúvida, o gosto e a atenção do público, cuja ânsia de informação era tanto maior quanto acentuada a instabilidade política que se vivia.⁶⁹

Avizinhou-se, então, o fim deste período de pujança. Apesar de favorecer a livre circulação das publicações periódicas, a Lei de Imprensa da República proibia taxativamente as ofensas verbais a membros do governo. Homem Cristo recebeu, de imediato, voz de prisão, permanecendo quinze dias incomunicável, e a publicação do jornal interrompida durante período correspondente⁷⁰. Os índices de venda permaneceram, no entanto, inalterados. As grandes tiragens a que a procura obrigava ultrapassavam a capacidade da tipografia, chegando a impedir a perfeita impressão de alguns números. Para fazer face a estas contrariedades, no início do ano de 1911 foi encomendada nova maquinaria, que não chegou, porém, a ser utilizada.

O ministério no poder não relevou os ataques frontais com que Homem Cristo fustigava o PRP e dirigiu, através do Governador Civil do Distrito, Weiss de Oliveira, uma intimação ao director de *O Povo de Aveiro*, tornada pública na edição de 15 de Janeiro de 1911: «O Governo Provisório da República Portuguesa, reunido em Conselho de Ministros, tomou a deliberação com força de lei de intimá-lo a que se abstenha de empregar no seu jornal linguagem inconveniente (...) do não acatamento desta determinação resultará a pena de suspensão do jornal.»⁷¹

Na mesma edição, realizada sob a supervisão de Manuel Homem Cristo, era publicada a reacção do jornalista aveirense, que se encontrava já a caminho do exílio: «Posso transigir até ao ponto de desprezar injúrias. Posso deixar, por meu lado, de empregar

⁶⁹ Para informação mais detalhada sobre os conteúdos abordados nesta época em *O Povo de Aveiro* consultar o capítulo IV - 1.2 deste trabalho.

⁷⁰ Cfr. «Expediente» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1384, 13 Nov.1910, p. 1.

⁷¹ *O Povo de Aveiro*, n.º 1393, 15 Jan.1911, p.1.

contra os ministros termos injuriosos ou deprimentes da sua alta categoria. Mas deixar de criticar com vivacidade os seus decretos (...) isso nunca. (...) E agora, se também acham inconveniente esta linguagem, suprimam. Suprimam!»⁷²

Manuel Homem Cristo conseguiu ainda publicar outra edição de *O Povo de Aveiro*⁷³ bem como um curto suplemento em que divulgou um texto que o irmão lhe fizera chegar de Espanha: «A minha missão, agora, é aqui. Aqui no estrangeiro (...) Escrevo de Tui estas palavras. Mas vou partir para Paris. E em Paris (...) clamará bem alto (...) a voz da democracia desonrada e da pátria ofendida.»⁷⁴ Este suplemento foi de imediato apreendido nos locais de distribuição e venda e, em Lisboa, chegaram a ser presos alguns arduos que o apregoavam nas ruas.

De Espanha, Homem Cristo desenvolveu ainda algumas iniciativas no sentido de fazer publicar o jornal em Portugal, assim que fosse constituído novo ministério. Em carta a Marques Rosa, propôs, para o efeito, a mudança do título, nomeadamente para *O Grito de Aveiro*, apesar de ironicamente confessar estar convencido de que nem mesmo que se chamasse *Riso de Aveiro* seria consentida a sua edição.⁷⁵

⁷² *O Povo de Aveiro*, n.º 1393, 15 Jan.1911, p.1.

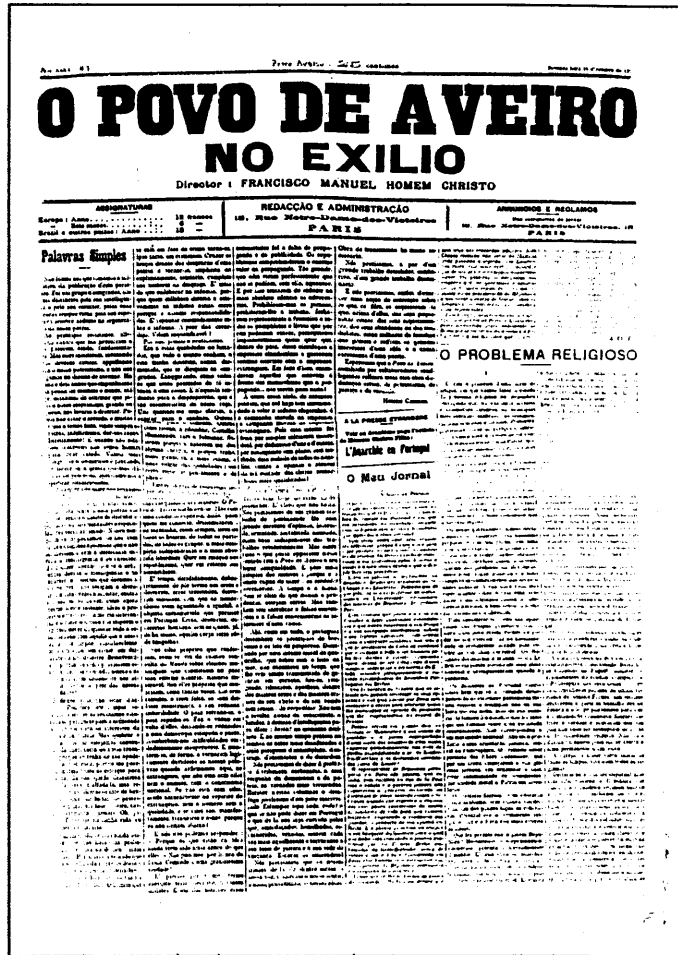
⁷³ As duas edições de *O Povo de Aveiro* que antecederam a sua supressão apresentavam apenas a primeira e última páginas impressas.

⁷⁴ *O Povo de Aveiro*, Suplemento, 20 Jan.1911.

⁷⁵ *Apud* Carlos Braga da Costa, *op. cit.*, pp. 123-124.

2.3 - O exílio: Outubro de 1912 a Agosto de 1914

Quase dois anos volvidos, no dia 14 de Outubro de 1912, publicava-se em Paris, sob a direcção de Francisco Homem Cristo, o primeiro número de *O Povo de Aveiro no Exílio*. Segundo informação editorial, a iniciativa desta nova edição partira de um grupo de emigrantes radicados em França: «Não fomos nós que



tomámos a iniciativa da publicação deste periódico. Foi um grupo de emigrantes, dos mais distintos pela sua inteligência e pelo seu carácter. *O Povo de Aveiro* publicava-se. Mas com uma condição expressa (...) mantinha, livre de todos os homens, de todos os partidos, a mais completa independência e a mais absoluta liberdade.»⁷⁶

Encontrava-se, pois, reafirmada a anterior intransigência face a qualquer forma de coacção, política ou outra, postura que se revelava extremamente delicada no contexto das novas condições

⁷⁶ *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 1, 14 Out. 1912, p.1.

de publicação, considerando que o jornal não beneficiava de qualquer subsídio e aumentara o número de páginas para seis.

As assinaturas subiram para um mínimo de 25 cêntimos (a partir desse valor, aceitava-se que cada um desse o que entendesse), preço que reflectia o rigor dos novos condicionalismos económicos. As condições salariais eram mais exigentes, atendendo a que o preço da mão de obra era, em Aveiro, menos da terça parte do seu equivalente em Paris (facto agravado pela circunstância dos tipógrafos franceses se fazerem pagar melhor ainda por se tratar de trabalho de composição numa língua estrangeira). Também as despesas de correio aumentaram, uma vez que, se anteriormente a parte principal da venda era feita em Portugal, passou a ser feita maioritariamente fora de França. A acrescentar a estas dificuldades, havia ainda que equacionar as consequências de uma circulação, em Portugal, inteiramente clandestina. Tudo isto implicava, não só custos financeiros acrescidos, como limitava substancialmente o âmbito de circulação do jornal.⁷⁷

Um mês após o início desta nova fase de publicação, os leitores foram informados de que os jornais e impressos provenientes de França se encontravam sujeitos a apertado policiamento, sendo retidos vinte e quatro horas nos correios para inspecção.⁷⁸ Com o objectivo não só de reduzir os custos da produção e do porte, como de facilitar o trânsito clandestino, um ano volvido, o número de páginas foi reduzido para quatro e a impressão realizada em papel mais fino, o que tornava o jornal mais leve e maleável.

O Povo de Aveiro no Exílio não resistiu muito tempo ao impacto dos novos constrangimentos: impossibilitado de cobrar as

⁷⁷ Cfr. *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 1, 14 Out.1912, p.1.

⁷⁸ Esta medida foi interpretada por *O Povo de Aveiro no Exílio* como tendo o fim expresso de impedir a sua circulação: «O governo da republiqueta indecente quase que mobilizou um exército para dar caça ao *Povo de Aveiro*». Cfr. *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 7, 25 Nov.1912 e n.º 21, 09 Abr.1913.

assinaturas, sujeito a perseguições políticas e a custos de produção elevados, em suma, padecendo de completa falta de recursos, suspendeu a publicação no dia 30 de Abril de 1913. A edição foi retomada em Janeiro do ano seguinte, «porque um grupo de patriotas, agora numeroso e forte, entende que o *Povo de Aveiro* (...) exerce uma função indispensável na crise perigosíssima que atravessa a sociedade portuguesa».⁷⁹

O jornal aguentou-se ainda alguns meses, até ao aparecimento de novas limitações, desta feita, decorrentes da Primeira Grande Guerra. A 8 de Agosto de 1914, num número de uma só página, dava conta das dificuldades que assolavam Paris. O pessoal tipográfico e demais operários, arrastados quase todos pela mobilização, diminuía extraordinariamente. Enquanto durasse a guerra, foi sugerido que a publicação fosse de periodicidade quinzenal.⁸⁰ Porém, na mesma edição em que era divulgada essa intenção, lê-se em artigo de última hora: «As dificuldades são de tal ordem que nos vemos forçados a interromper a publicação do *Povo de Aveiro*, até que voltem as condições normais de Paris e da França».

O regresso a uma situação de normalidade foi protelado com o prolongamento da Guerra, permanecendo a edição do jornal interrompida.

Em Maio de 1915, Homem Cristo regressou a Portugal, ao abrigo da amnistia geral concedida por Pimenta de Castro sabendo, porém, que a qualquer momento poderia «conhecer o doloroso de uma nova partida, a agonia de uma fuga através do país»⁸¹. Esse receio concretizou-se cerca de 15 dias depois, na sequência da revolução de 14 de Maio de 1915, que trouxe de novo os *democráticos* ao poder. Antes disso, foram ainda publicados, com a

⁷⁹ *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 24, 08 Jan.1914, p.1.

⁸⁰ *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 52, 08 Ago.1914, p.1.

⁸¹ António Rocha, «Chegada» - *O de Aveiro*, n.º 6, 23 Abr.1916, p. 1.

colaboração editorial de Conceição Rocha, dois números de *O Povo de Aveiro*, datados de 9 e 16 de Maio. Homem Cristo só regressaria definitivamente a Portugal em 1916.

2.4 - O regresso: Março de 1916 a Setembro de 1926

A pós certa hesitação inicial, a 12 de Março de 1916, perante o cenário de guerra que se desenhava, Homem Cristo acedeu à publicação de *O de Aveiro*, convencido da urgência de uma campanha patriótica expressiva através da imprensa.⁸²

Num primeiro momento, ainda no exílio, o jornalista



apareceu ligado ao jornal (então sediado na Rua de Arnelas) simplesmente na qualidade de *redactor efectivo*. Foi apenas a 17 de Setembro do mesmo ano que, regressado de

⁸² «Partiu dele [António Conceição Rocha] a ideia deste semanário (...) nós não queríamos, por nos parecer que não havia público em Portugal para publicações desta ordem (...) Ora, como foi um motivo patriótico, unicamente, e de ocasião, que nos levou a ceder às instâncias do Sr. António Rocha, (...) continuaremos enquanto houver quem nos leia em Portugal (...)». *O de Aveiro*, n.º 27, 17 Set. 1916, p.1.

França, passou a desempenhar os cargos de director e proprietário, até então assumidos por António da Conceição Rocha. Esta substituição obedecia, de resto, ao previsto e só «aguardava a oportunidade».⁸³

Em Dezembro de 1917, a acção de *O de Aveiro* contra o golpe de Estado de Sidónio Pais levou Homem Cristo à prisão e à suspensão do jornal por dois meses. Em 1918, a censura à imprensa foi intensificada, tornando-se prática corrente a eliminação de artigos ou de partes de artigos. À semelhança da maioria dos jornais em circulação, *O de Aveiro* chamava a atenção sobre este procedimento deixando em branco os espaços que ocuparia a publicação dos excertos visados. Os abusos cometidos contra a liberdade de imprensa eram formalmente condenados sob a alegação de que, apesar de ser aceitável a censura por imposição de sentido patriótico, esta não podia servir de instrumento aos governos para impedir o debate político.

A irreverência que continuava a marcar o discurso do jornal tornava-se tanto mais intolerável quanto era ampla a sua recepção. Em 1918, o jornal *O Norte* era assaltado por ter publicado uma transcrição de *O de Aveiro*. Em Agosto do mesmo ano, Homem Cristo recebia uma comunicação anónima que o intimava, sob pena de suspensão, a pôr fim à «degradante campanha anti-partidária» do jornal. Com algum calculismo, foi mesmo concedido ao visado reflectir «para que [pudesse] ser considerado reincidente para efeito da pena a sofrer»⁸⁴.

Em Outubro de 1918, sob acusação de conspiração contra a «República Nova», dava-se nova detenção de Homem Cristo e a suspensão do periódico. Mais uma vez, o jornal contestou os motivos invocados, interpretando o sucedido como uma clara

⁸³ *O de Aveiro*, n.º 27, 17 Set.1916, p.1.

⁸⁴ «Assassinos ou farsolas?» - *O de Aveiro*, n.º 119, 25 Ago.1918, p.3.

oposição à campanha anti-germanófila e anti-monárquica que promovia nas suas páginas.⁸⁵

Após um interregno de cerca de três meses, a publicação foi retomada a 9 de Fevereiro de 1919, na Praça Luís Cipriano.⁸⁶ As repercussões económicas da Guerra eram visíveis. Apesar da inferior qualidade do papel, o seu preço subiu vertiginosamente, encarecendo também a tinta e o restante material tipográfico. O salário dos operários aumentou na ordem dos 100% em dois anos. Homem Cristo, que acumulava os encargos de director, redactor, editor e proprietário, trabalhava, então, uma média de dezasseis horas por dia, chegando a ganhar, numa semana, apenas seis mil reis, ou seja, menos de metade do que ganhavam os tipógrafos e menos da terça parte do que ganhava o director da tipografia.⁸⁷

Para fazer face a esta situação foram ponderadas algumas estratégias. Sendo considerada inviável a redução do jornal para meia folha e atendendo ao volume da matéria semanal para publicação, a opção recaiu sobre o aumento do preço de venda,

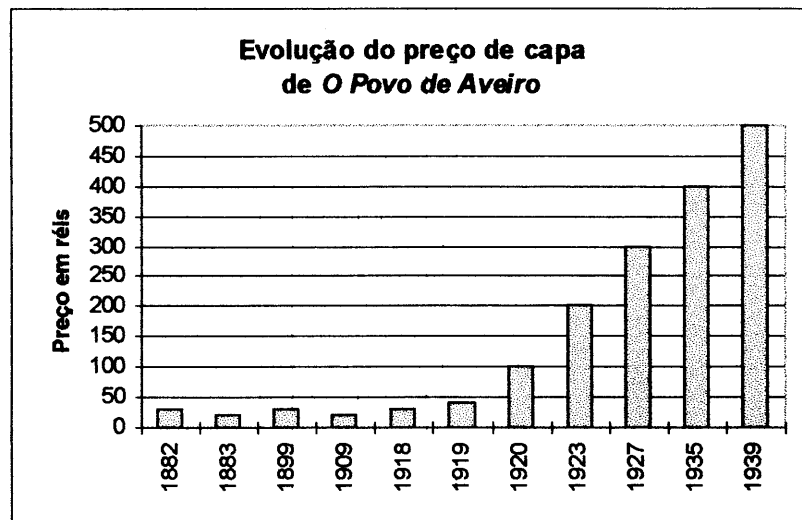
⁸⁵ «Não há revolução nenhuma neste país de bandidos que não tenha como consequência eu ir parar à cadeia ou ao exílio e ver suspenso o meu jornal. (...) O meu único instrumento, a minha única arma de que uso é uma pena. (...) Eu fui preso unicamente por combater com denodo o traidor, o germanófilo, o monárquico (...) De nada serviu disfarce de conspiração contra a decantada república nova (...) Portugal inteiro viu na acusação um pretexto caricato (...)». *O de Aveiro*, n.º 129, 09 Fev.1919, p.1. Este permanente lutar, até ao sacrifício pessoal, pelos ideais em que acreditava, impregnado de uma intensa devoção patriótica, leva João Sarabando à seguinte comparação de Homem Cristo com José Estêvão: «nenhum tinha frio nos olhos, como diria mestre Aquilino, e, talvez por isso, jamais regatearam o altíssimo preço que tanta vez custa o amor à Liberdade». João Sarabando, *O Comércio do Porto*, 07 Jun.1969. *Apud* Maria Alice Gonçalves e António Augusto Gonçalves, *op. cit.*, p. 121.

⁸⁶ Esta mudança foi originada pelo facto de as anteriores instalações da Rua de Arnelas terem sido inviabilizadas pela abertura da actual Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Provisoriamente, os escritórios funcionaram ainda na Rua da Alfândega. Cfr. «Atenção» - *O de Aveiro*, n.º 108, 29 Jun.1918, p.3.

⁸⁷ Homem Cristo identificava esta situação com o que de pernicioso se passava nas ditaduras de esquerda: «É o bolchevismo na prática. (...) O patrão trabalhando mais e ganhando menos que o operário. O intelectual reduzido às condições de pária (...)». «Aos nossos assinantes» - *O de Aveiro*, n.º 162, 09 Nov.1919, p.1.

feito com alguma apreensão devido à concorrência dos demais semanários e mesmo dos diários.⁸⁸

Apesar de alguma quebra na venda avulsa do primeiro número publicado após esse aumento, são posteriormente recuperados os níveis anteriores de procura, chegando o jornal a ser vendido, em Lisboa, por preço superior ao estipulado.⁸⁹ Em Março de 1920 tornou-se, porém, inevitável a interrupção da edição. Quanto foi retomada, em Agosto do mesmo ano, o preço de capa encontrava-se insuflado em mais de cem por cento. O recurso a tipografia própria deixou de ser viável, passando a impressão do periódico a ser feita na Tipografia Nacional.



Considerando que, em 1916, *O de Aveiro* iniciara a venda avulsa a 20 réis, é significativo da instabilidade económica do país o facto de, no espaço de sete anos, o preço de capa ter aumentado por um factor de 12, tendência que, aliás, se manteve.

⁸⁸ «Só os jornais que vivem do anúncio, como o *Diário de Notícias* e o *Século*, se podem aguentar desafogadamente no período que atravessamos. Os outros, ou recorrem à chantagem, ou se acolhem à protecção dos *trusts*, ou vivem do auxílio monetário das agremiações partidárias. (...) Nós (...) ou vivemos honestamente do favor do público, mantendo a absoluta independência que temos mantido até aqui, ou retiramo-nos (...) o público que escolha (...)». «Aos nossos assinantes» - *O de Aveiro*, n.º 162, 09 Nov.1919, p. 1.

⁸⁹ *O de Aveiro*, n.º 128, 23 Fev.1919, p.1.

Não se tornava já possível dispensar estratégias que compensassem a subida de preço, pelo que, em Agosto de 1920, a questão financeira foi assumida de *per se*, passando o periódico a definir-se como «uma grande economia». Ostentando o subtítulo *Órgão da Semana*, assumiu como estratégia a apresentação de informação ampla: «quem ler *O de Aveiro* não precisará de mais jornal nenhum (...) Salvo cenas de prostituição e de facadas (...) tudo o mais de verdadeira importância [nele] será registado».⁹⁰ A redacção e a administração foram transferidas para a Rua José Estêvão, e, em 1921, para a Rua da Sé.

Homem Cristo, agora na casa dos sessenta, foi nessa altura eleito deputado para o Parlamento. Pelo tempo que estas funções lhe tomavam, e porque se sentia já cansado, preveniu que, sempre que necessitasse de «erguer a cabeça e tomar ar», a edição do jornal seria suspensa e que, quando forçoso, este seria editado com duas páginas apenas.⁹¹

Em Abril de 1926, a edição de *O de Aveiro* foi interrompida por complicações de saúde de Homem Cristo.⁹² Quando, cinco meses depois, se restabeleceu a publicação, foi logo suspensa por decisão governamental, ostentando, pela primeira vez, o selo da Comissão de Censura.

⁹⁰ *O de Aveiro*, n.º 180, 15 Ago.1920, p.1.

⁹¹ «É impossível (...) aguentar esta tremenda maçada sem erguer a cabeça e tomar ar de vez em quando (...) podemos pois assentar nisto: *O de Aveiro* não cessará jamais a sua publicação; mas quando eu me sentir cansado interrompê-la-ei durante uma ou duas semanas, ou durante um ou dois meses. E durante esse período os assinantes não pagarão coisa nenhuma (...)». *O de Aveiro*, n.º180, 15 Ago.1920, p.1.

⁹² A interrupção da edição do jornal por motivo de doença de Homem Cristo repetiu-se a partir desta data, tendo acontecido, pela primeira vez, em final de Fevereiro de 1926: «Por ter adoecido o director deste periódico, não se publicou ele Domingo passado. É a primeira vez que (...) por tal motivo isso sucede (...)». *O de Aveiro*, n.º 447, 04 Abr.1926, p. 2.

2.5 - Epílogo: Maio de 1927 a Junho de 1941

Percorridos já quarenta e seis anos desde a sua fundação, a folha aveirense regressou ao prelo no dia 1 de Maio de 1927, recuperando o título original: «Fomos intimados a suspender *O de Aveiro* (...) Mas ninguém nos disse: Você fica proibido de fundar outro periódico. Fundamo-lo (...) o que o governo pode fazer é sus-



pendê-lo também (...) a ter de criar novo jornal, preferimos ressuscitar *O Povo de Aveiro*, de tradições inesquecíveis, de fama perdurável»⁹³.

Apesar de sujeito ao aval do selo da Comissão de Censura, os dois primeiros anos desta fase, em que Francisco Homem Cristo assegurava a direcção e administração do jornal e seu irmão Fernando a redacção e a edição, foram marcados por uma pujança considerável.

⁹³ «Explicando» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1, 01 Maio 1927, p. 1.

Em Abril de 1929, porém, tornou-se perceptível o que, retrospectivamente, pode ser considerado o princípio do fim da folha aveirense. Com seu irmão Fernando demasiado idoso para apoiar nas lides jornalísticas, Homem Cristo passou a assegurar, também, a totalidade da redacção e a edição do jornal. Este era então frequentemente publicado com duas páginas apenas, tornando-se relativamente frequentes, se bem que breves, as interrupções por complicações de saúde do jornalista.⁹⁴

O paradigma de resistência do combatente solitário, que assegurava, de pé firme e contra todas as adversidades, a publicação da sua folha, assume expressão exemplar na forma como foi assinalado, em 1932, o cinquentenário de *O Povo de Aveiro*: «(...)Este aniversário, agora, não é como os outros. Cinquenta anos são... cinquenta anos. (...) Por isso registamos este aniversário (...) com algumas palavras. Mas... mais nada. Sozinho combatemos. Sozinho festejaremos (...)»⁹⁵.

Em Novembro de 1935, o jornal assumiu a publicação regular com quatro páginas como factor «indispensável para tratar vários assuntos que a sua exiguidade deixava de fora»⁹⁶. Em Novembro de 1938, porém, devido ao acréscimo de despesa resultante da aplicação de um imposto de selo sobre a publicação de anúncios nos periódicos⁹⁷, *O Povo de Aveiro* voltou novamente às duas páginas. Esta dificuldade foi contornada através do recurso a

⁹⁴«(...) não se publicaram os dois últimos números do *Povo de Aveiro* (...) como somos o único redactor, sem suplente, qualquer motivo que não nos deixe escrever ocasiona estes percalços». *O Povo de Aveiro*, n.º 233, 10 Jan.1932, p.1.

⁹⁵ *O Povo de Aveiro*, n.º 234, 17 Jan.1932, p.1.

⁹⁶ *O Povo de Aveiro*, n.º 415, 20 Out.1932, p.1.

⁹⁷ Esta medida reporta-se à publicação do decreto n.º 28222, de 24 de Novembro de 1937, que regulava a tributação de um imposto do selo sobre a inserção de anúncios nos jornais pela tabela correspondente do *Diário do Governo*. Esta deliberação veio a ser provisoriamente suspensa devido às dificuldades alegadas pelas empresas jornalísticas, sendo publicado, a 12 de Novembro de 1938, o decreto n.º 29114, que estabelecia a tributação em função da receita cobrada aos anunciantes, não podendo esta ser inferior à resultante da tabela de preços adoptada.

«angariadores de anúncios», colocados no Porto, que permitia estabelecer tabelas de preços mais competitivas.⁹⁸ Esta nova dinâmica de mercado pressupunha a avaliação do benefício de anunciar em determinado jornal, sendo, por este motivo, solicitado aos assinantes e leitores a identificação de *O Povo de Aveiro* sempre que fizessem pedidos aos anunciantes.⁹⁹

Em Setembro de 1940, em plena Segunda Grande Guerra, o jornal passou a sair, por economia de papel, com dimensão mais reduzida. Em Abril de 1941, chegou a recobrar o formato anterior, que manteve até à edição de 29 de Junho do mesmo ano. Dirigindo-se então aos assinantes, Homem Cristo informou: «*O Povo de Aveiro* suspende hoje a sua publicação. As causas já as dissemos, todos as sabem. Quanto tempo durará esta suspensão? Não sabemos. Sabemos só que voltaremos. Disso podem todos ficar certos. Só a morte nos poderá impedir dessa resolução. Dos assinantes, uns têm a assinatura paga, outros não. (...) Aqueles que têm crédito, ficarão com os seus créditos em aberto até regressarmos a esta tribuna, onde durante tantos anos sustentámos o mais fero combate pelos bons princípios. E até á vista.»¹⁰⁰

As assinaturas permaneceriam por pagar e os créditos em aberto.¹⁰¹ Francisco Manuel Homem Cristo veio a falecer a 25 de Fevereiro de 1943, com oitenta e três anos de idade.

⁹⁸ Cfr. «Agente de publicidade» - *O Povo de Aveiro*, n.º 571, 12 Mar.1939, p.1.

⁹⁹ Cfr. *O Povo de Aveiro*, n.º 514, 19 Dez.1937, p.1.

¹⁰⁰ *O Povo de Aveiro*, n.º 684, 29 Jun.1941, p1.

¹⁰¹ Em carta dirigida a Luís Teixeira, datada de 30 de Outubro de 1941, Homem Cristo confessou: «tudo a censura me cortava como incompatível com o decoro do regime (...) razão por que suspendi *O Povo de Aveiro*, embora o não dissesse claramente pois a censura não mo permitiria». *Apud* Carlos Manuel Braga da Costa, *op. cit.*, p. 31.

3 - Âmbito da recepção

O estudo da recepção como contributo para um melhor e mais diversificado conhecimento da obra adquire cada vez maior relevância. No caso de *O Povo de Aveiro*, esse desígnio assume, à partida, uma realização limitada, por serem muitos e complexos os factores a considerar e escassa a informação existente.

A forte afinidade com Aveiro estabelecida no título do jornal - nunca quebrada, nem mesmo quando este é identificado apenas como *O de Aveiro* - sugere, desde logo, um projecto de imprensa regional. Remetendo, sem ambiguidade, para uma condição geográfica permanente na fixação do «núcleo duro» (direcção, administração, redacção, tipografia), não parece, porém, pacífico generalizar esse vínculo a outros domínios.

Considerando, por exemplo, que a imprensa regional tem como característica a primazia das questões e temáticas locais, conclui-se que *O Povo de Aveiro* se afasta deste pressuposto na medida em que, de um modo geral, a valorização da especificidade local se situa, claramente, no contexto de expectativas políticas de âmbito nacional, ora consentâneas com a vertente dominante do republicanismo português, ora centradas na sua oposição.¹⁰²

O facto da principal matéria que ocupava o periódico ser de inspiração mais abrangente não exclui, necessariamente, a existência de objectivos locais: a sua natureza doutrinária, de feição pedagógica, seria suficiente para lhe conferir a possibilidade de intervenção junto de um público que seleccionou, prioritariamente, como sendo *o de Aveiro*. Foi, justamente, a pensar no impacto do

¹⁰² Considerem-se, por exemplo, os casos paradigmáticos da expulsão das Irmãs de Caridade do Hospital de Aveiro e do polémico enterro laico de Jerónimo Salgado, que chegaram a ocupar as páginas do jornal durante semanas consecutivas. Cfr. capítulo IV - 3.3 deste trabalho para informação sobre estes incidentes.

jornal na região que, cinquenta e quatro anos após a sua fundação, Homem Cristo fez o seguinte balanço: «hoje [o caciquismo local] não vale nada, tem só a força que lhe vem de Lisboa, (...) mas Aveiro detesta-o. Abandonado às suas próprias forças, é um valor nulo, pode-se dizer, no concelho e na cidade. Há 54 anos era poderoso, pois, então, também se pode dizer, o povo republicano, valendo muito pouco no país, aparte Lisboa, em Aveiro não valia nada»¹⁰³.

A tiragem de O Povo de Aveiro, dado essencial para uma apreciação da sua implantação, não era indicada de forma sistemática, como acontece actualmente. Sabe-se, porém, ter sido só a partir de 1909, com a transformação da tipografia, que se tornou

exequível o aumento significativo da edição e a afirmação plena da sua condição nacional.

Concretamente, apenas foram divulgadas as tiragens relativas ao período compreendido entre a memorável edição de 9 de Fevereiro de 1908, em que é publicado o artigo «Justiça»¹⁰⁴, e a suspensão do jornal após a proclamação da Repú-



¹⁰³ Francisco Manuel Homem Cristo, *op. cit.*, pp.25-26.

¹⁰⁴ Este artigo, de crítica ao regicídio, foi reproduzido na edição subsequente, permanecendo a tiragem totalmente esgotada. Para poder aceder aos pedidos instantes, a redacção recorreu à aquisição de exemplares dos assinantes. Cfr. *Povo de Aveiro*, n.º 1245, 01 Mar.1908, p.1.

blica: «A grande tiragem do *Povo de Aveiro*, já célebre por muitas campanhas e inúmeras polémicas, começou com o artigo *Justiça*, a propósito da tragédia do Terreiro do Paço (...) esgotou-se imediatamente esse número (...) nunca mais pararam os pedidos, pedidos de assinaturas e de exemplares para a venda avulso. Meses depois, o *Povo de Aveiro* tirava dez mil exemplares; em princípios de 1909, doze mil; em Agosto desse ano, quinze mil; com um outro célebre artigo (...) deu um pulo para vinte mil. (...) Os vendedores, nas ruas de Lisboa e Porto, chegaram a pedir um dinheirão por cada exemplar. No Porto venderam-se alguns a libra cada um. (...) Até ao dia 5 de Outubro de 1910 a tiragem oscilou entre 17 e 22 mil exemplares. A partir desse dia (...) a tiragem atingiu a enorme cifra, para um semanário português, de trinta e cinco mil exemplares, tiragem que mantinha quando o governo o suprimiu (...)»¹⁰⁵.

Comparando estas tiragens com as médias praticadas no início do século XX, calculadas entre os 200 e 800 exemplares (deixando de lado, naturalmente, Lisboa e Porto)¹⁰⁶, ou, mesmo, com as dos actuais semanários ou de alguns diários¹⁰⁷, não deixam de ser surpreendentes os índices atingidos por *O Povo de Aveiro*, atendendo, sobretudo, à elevada taxa de analfabetismo da população portuguesa de então (calculada em cerca de 85%, contra cerca de 15%, actualmente).

Outro aspecto significativo para uma avaliação do âmbito da recepção do jornal é a caracterização dos seus leitores. A informação de que se dispõe é insuficiente, não permitindo extrair conclusões seguras. Apesar de já não existirem os ficheiros dos assinantes, foi possível apurar a origem geográfica de uma amostra

¹⁰⁵ Francisco Manuel Homem Cristo, *op. cit.*, pp.27-28.

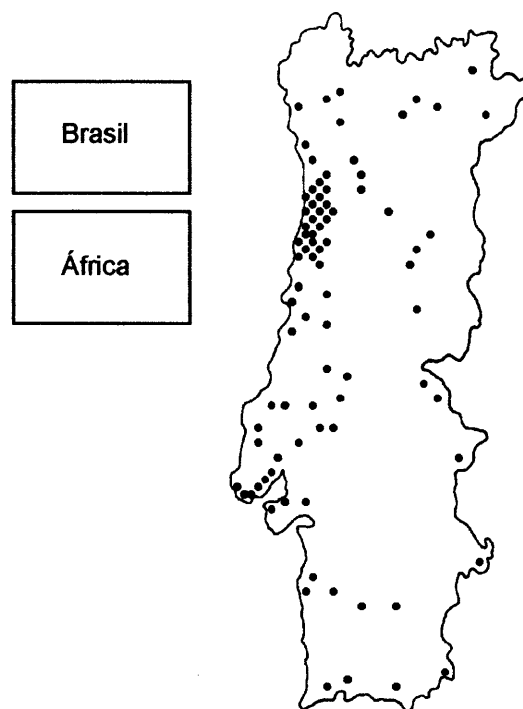
¹⁰⁶ Cfr. Rui Ramos, «A nação intelectual», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 6, p. 47.

¹⁰⁷ Damos, como exemplo, a tiragem média real do jornal *Público* relativa ao mês de Novembro de 1996, que foi de 69.397 exemplares.

aleatória dos mesmos a partir da publicação de listagens dos assinantes em dívida. Esta informação foi complementada com base na divulgação da localização dos postos de venda, que pressupunha, naturalmente, números mínimos garantidos de leitores regulares.¹⁰⁸

Logo no segundo ano, *O Povo de Aveiro* alargou o universo de assinantes ao Brasil e a África e iniciou a venda directa regular em quiosques de Lisboa. Em Portugal continental os leitores localizavam-se, com predominância, na zona circundante de Aveiro, no litoral, em torno dos principais centros urbanos (Lisboa, Porto e Coimbra) e, de forma menos concentrada, mas assaz equilibrada, nas demais regiões do país.

Em 1899, quando retomou a publicação, após suspensão na sequência da denúncia de fraudes no Município de Lisboa, foi o seguinte o balanço feito: «(...) *O Povo de Aveiro* teve um êxito superior às nossas expectativas, o que prova bem que ainda há muito quem goste de ouvir a verdade sem rodeios e de fazer justiça



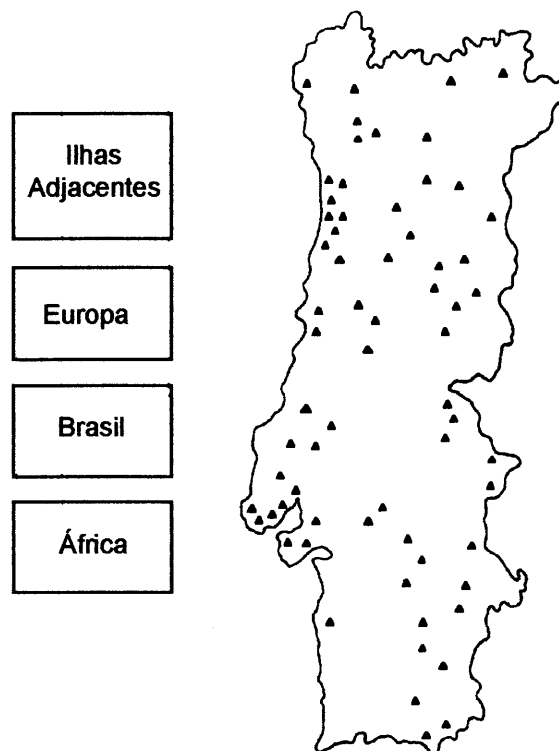
Distribuição geográfica dos assinantes de *O Povo de Aveiro* (1882-1894)

¹⁰⁸ Cfr. Anexo C para informação discriminada acerca da distribuição geográfica dos leitores de *O Povo de Aveiro*.

sem consideração por mesquinhas influências e interesses (...) o público começa a estar, como nós, aborrecido do servilismo da quase totalidade da imprensa portuguesa.»¹⁰⁹

Em certa medida, o acolhimento do público veio corresponder a uma aceitação por parte de outros órgãos da imprensa periódica, passando a ser frequente a reprodução de artigos do *Povo de Aveiro*, por exemplo, nas páginas da *União*, do *Despertar*, do *Jornal do Povo*, de *O Debate* (transcrição regular da rubrica *Cartas d'Algures*) ou de *O Mundo* (transcrição de artigos editoriais). Para além destas indicações, colhidas no próprio jornal, não se encontram disponíveis outros dados relativos à recepção da folha aveirense nos primeiros anos deste século.

No período que se seguiu ao regicídio, *O Povo de Aveiro* identificava-se como «o jornal de maior circulação no país» a seguir ao *Diário de Lisboa* e ao *Diário do Porto*. Para além do grande número de assinantes e da avultada venda avulsa, que fez multiplicar as casas de venda, houve leitores que contaram que, nalgumas localidades, um mesmo exemplar era lido por dezenas de



Distribuição geográfica dos postos de venda de *O Povo de Aveiro* (1909-1911)

¹⁰⁹ «Aos nossos assinantes» - *Povo de Aveiro*, n.º 798, 10 Set. 1899, p.1.

peçoas.¹¹⁰ Em 1909, *O Povo de Aveiro* chegava a todos os pontos do país, circulando nos grandes centros urbanos, nas vilas e nas aldeias, no litoral e no interior, no norte e no sul. Em 1910, a sua venda era anunciada em 74 localidades e, só na cidade de Lisboa, em 26 quiosques e tabacarias, estendendo-se ainda às ilhas adjacentes e à Europa.

No período do exílio, a recepção do jornal foi forçosamente limitada. Em Portugal, onde era distribuído clandestinamente, foram imediatas as reacções da imprensa republicana à publicação do «asqueroso pasquim». Diz *O Mundo*: «sabemos que reapareceu em Paris o *Pulha de Aveiro* e que a canalha se propõe distribuí-lo no país (...)»¹¹¹. No estrangeiro - sobretudo Espanha, Inglaterra, Itália, França e Brasil - o jornal era lido em círculos restritos, constituídos, maioritariamente, por emigrantes desiludidos com a República, que haviam abandonam o país depois de 1910.

Não obstante o que esta limitação significava em termos de dependência, após um período inicial de alguma hesitação, Homem Cristo não se coíbiu de desferir ataques enérgicos contra esses mesmos emigrantes, na sua grande parte monárquicos, comprometendo visivelmente a tiragem do jornal.

Esta atitude repetiu-se no período subsequente ao regresso do exílio. Acreditando que para conseguir leitores aos milhares bastaria defender, em *O de Aveiro*, as posições germanófilas então em voga, Homem Cristo rejeitou fazê-lo, assumindo um abrandamento visível da circulação do jornal. Há indicação de que, nesta altura, os ardinias de Lisboa eram pagos para não apregoar *O de Aveiro*, porventura por aqueles, «monárquicos, sidonistas e bolchevistas», mais visados pela crítica da folha aveirense.

¹¹⁰ Um assinante do Ribatejo escreveu para o *Povo de Aveiro* explicando: «O meu exemplar vai para a botica. Da botica para uma loja das mais importantes, verdadeiro centro de reuniões. De forma que é lido por mais de setenta pessoas (...).» «Expediente» - *Povo de Aveiro*, n.º 1250, 05 Abr.1908, p.3.

¹¹¹ «Alarme!» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 3, 28 Out.1912, p.2.

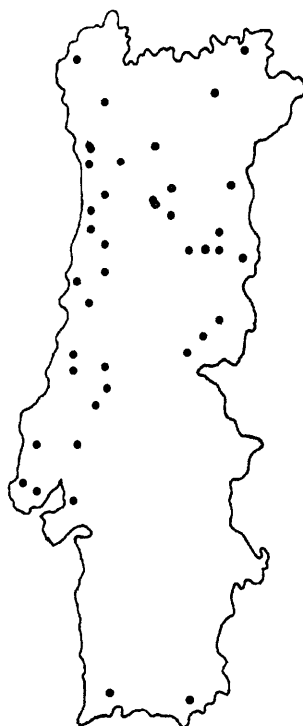
Ilhas
Adjacentes

Colónias:

- Angola
- Cabo Verde
- Guiné
- Índia Portuguesa
- Macau
- Moçambique
- S. Tomé
- Timor

Outros países:

- África do Sul
- Brasil
- Congo Belga
- Espanha
- E.U.A.
- França
- Itália



Distribuição geográfica dos assinantes
de *O Povo de Aveiro* (1916-1926)

Nessa época, a concentração dos leitores verificava-se, sobretudo, a norte do Tejo, apesar de existirem assinantes em, pelo menos, duas cidades do Algarve. Para além das colónias e ilhas adjacentes, o jornal era lido na África do Sul, no Brasil, no Congo Belga, em Espanha, nos Estados Unidos, em França e em Itália. Esta diversificação da comercialização do jornal

no estrangeiro foi, porventura, desencadeado por influência de Homem Cristo Filho, figura muito viajada, aquando da sua colaboração na anterior fase do exílio.

Em 1918, a tendência anterior inverteu-se, aumentando, tanto o número de assinantes quanto a venda avulsa, para índices semelhantes aos dos últimos anos da Monarquia.¹¹² O aspecto nacional do jornal manteve-se atendendo, por exemplo, ao reduzido destaque conferido aos artigos locais, que «só interessa[vam] a um número limitado de leitores»¹¹³.

Significativo do alcance da recepção nesse período é também o facto de o nome de Homem Cristo ser então evocado nos destinos mais longínquos: em 1919, foi eleito deputado pelo círculo eleitoral

¹¹² Cfr. *O de Aveiro*, n.º 125, 13 Out.1918, p. 2.

¹¹³ Cfr. «Em Aveiro» - *O de Aveiro*, n.º 122, 15 Set.1918, p. 1.

de Timor «sem o esperar, sem ser consultado, por mero arbítrio dos eleitores»¹¹⁴ e, em 1921, um grupo de vinte e cinco eleitores de Lourenço Marques propunha o nome do «erudito jornalista» para deputado, referindo que este era «lido em toda a parte onde se fala[va] a língua portuguesa»¹¹⁵.

Em Fevereiro de 1923, o primeiro número da polémica acerca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, travada entre Homem Cristo e Leonardo Coimbra, revelou-se uma edição de enorme sucesso.¹¹⁶

A partir de 1927, a implantação de *O Povo de Aveiro* decresceu visivelmente. Apesar de manter as assinaturas fora do território continental (o que podia, eventualmente, corresponder a uma situação não consumada na totalidade), a recepção de *O Povo de Aveiro* era apenas significativa no centro do país, encontrando-se confinada,

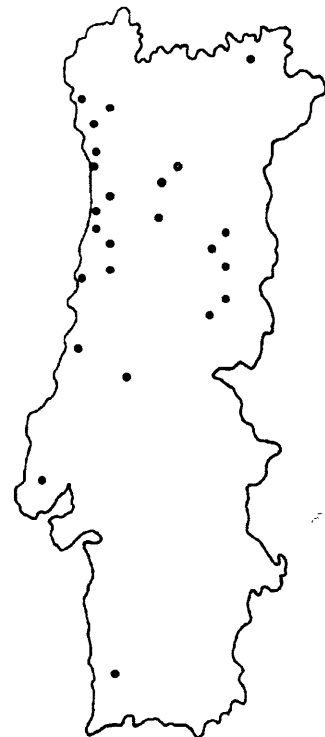
Ilhas
Adjacentes

Colónias:

- Angola
- Cabo Verde
- Guiné
- Índia Portuguesa
- Macau
- Mocambique
- S. Tomé
- Timor

Outros países:

- África do Sul
- Brasil
- Congo Belga
- Espanha
- E.U.A.
- França
- Itália



Distribuição geográfica dos assinantes de *O Povo de Aveiro* (1927-1941)

¹¹⁴ «Homem Cristo» - *O de Aveiro*, n.º 202, 20 Mar.1921, p.3.

¹¹⁵ *Apud* Eduardo Cerqueira, *Homem Cristo*, p. 44.

¹¹⁶ Cfr. «Extraordinário sucesso» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1368, 10 Jul.1910, p.1. Para além desta, são três as edições de *O Povo de Aveiro* destacadas pelo enorme sucesso individual: a do artigo «Justiça», a do primeiro artigo contra o general Dantas Baracho e a que introduz a publicação do Suplemento Literário, publicadas, respectivamente, a 9 de Fevereiro de 1908, a 10 de Outubro de 1909 e a 03 de Junho de 1910.

no norte, às localidades principais, designadamente, Porto, Braga e Bragança, e, no sul, a Lisboa e Faro. Apesar de tudo, continuava a prevalecer a convicção de que a força do jornal provinha dos «assinantes e leitores de fora da terra», facto que justificava, aliás, alguma prudência no destaque conferido, a partir de 1927, à problemática dos melhoramentos da Ria e da Barra de Aveiro¹¹⁷. O abrandamento da recepção de *O Povo de Aveiro* neste período, deve, porém, ser ponderado face à informação de que, em 1936, continuavam a chegar à administração do jornal «numerosos nomes de novos assinantes»¹¹⁸. Isto sem considerar o sucesso da edição de 21 de Dezembro de 1930, em que foi proclamada vitória sobre o «caciquismo local»: nesse dia, só em Aveiro venderam-se nas ruas cerca de 800 exemplares.¹¹⁹

Tanto quanto a procedência geográfica dos leitores, importaria conhecer a sua definição ideológica, etária, profissional, ou outra. Não existe, porém, informação fidedigna sobre essa matéria, para além de breves referências localizadas nas páginas do próprio jornal. Assim, aquando da remodelação material da tipografia, surge uma definição implícita do leitor virtual de *O Povo de Aveiro* como alguém que se situava fora de marcada filiação partidária, aproximando-se, antes, de um modelo de «opinião pública liberta de todos os preconceitos de escola e de todas as imposições de partido».¹²⁰ Para além disso, é referido que o jornal penetrava em todas as classes, tendo como assinantes «lavradores, industriais, capitalistas, funcionários públicos, proprietários, negociantes, caixeiros, médicos, advogados, magistrados,

¹¹⁷ Cfr. «O Povo de Aveiro» - *O Povo de Aveiro*, n.º 78, 04 Nov.1929, p. 2.

¹¹⁸ Cfr. «Aos amigos do Povo de Aveiro» - *O Povo de Aveiro*, n.º 428, 23 Fev.1936, p.1.

¹¹⁹ Cfr. «Povo de Aveiro» - *O Povo de Aveiro*, n.º 186, 04 Jan.1931, p.1.

¹²⁰ *Povo de Aveiro*, n.º 1302, 11 Abr.1909, p. 3.

professores, padres, militares, operários, literatos (...) Sem exclusão das próprias mulheres (...)».¹²¹

Reforçando esse ponto de vista, Eduardo Cerqueira chama a atenção para o facto de *O Povo de Aveiro* ter sido lido tanto nas «aldeias mais recônditas» quanto nos «meios das maiores exigências culturais».¹²² Esta circunstância parece-nos consentânea com o facto de, no século passado, a principal classe leitora dos jornais ser uma burguesia em ascensão, que procura, sobretudo, uma percepção rápida e fácil dos problemas concretos da *res pública*, porque deles dependia a sua sobrevivência.

Também a colaboração pode ser interpretada como indicador da implantação do jornal junto do público. No caso de *O Povo de Aveiro*, apenas os primeiros anos após a fundação foram prestigiados pela assinatura de nomes sonantes do panorama político nacional.¹²³ Este facto pode levar a concluir que, com excepção desse breve período, o projecto perdeu reconhecimento nacional.

Considera-se essa conclusão extremamente redutora, por não ser líquido que o impacto de um projecto possa ser aferido com base no seu acolhimento junto das elites sócio-políticas ou outras, tanto mais quando é certo que, no caso vertente, eram reais os factores de desinteligência entre Homem Cristo e a linha dominante do PRP. Cada vez mais se considera que a história, de uma nação, ou de um jornal, não pode ser representada através da perspectiva das classes dominantes, mas tendo em atenção a amplitude e a diversidade do tecido social. Assim, qualquer que fosse a importância do leque de colaboradores do jornal, foram, em último

¹²¹ *Povo de Aveiro*, n.º 1292, 31 Jan.1909. Chamamos a atenção para o facto de não dispormos de dados que permitam confirmar esta informação, devendo esta ser considerada com a precaução devida.

¹²² Eduardo Cerqueira, *Jornais e jornalistas aveirenses*, N.º 6, p. 95.

¹²³ Cfr. capítulo III - 2 deste trabalho para informação adicional acerca dos colaboradores de *O Povo de Aveiro*.

caso, os leitores reais, sem qualquer preconceito de classe ou outro, quem determinou o seu alcance.

É possível afirmar, à guisa de conclusão, que o perfil de implantação de *O Povo de Aveiro* se configura de forma diversificada. Por um lado, há que considerar, sobretudo pelas temáticas que o ocupam, que a expansão do jornal ultrapassa inequivocamente as fronteiras da região. Não é possível, porém, ignorar que, sob um ponto de vista doutrinário, de transformação de mentalidades, é em Aveiro que se situam as suas grandes expectativas.

Capítulo III - Componente jornalística

1 - A redacção do jornal

No século passado, a elaboração das notícias processava-se sob a responsabilidade de um chefe de redacção que exercia, paralelamente, as funções de jornalista activo, gestor comercial e supervisor da impressão, contando apenas com a contribuição de um ou dois noticiaristas - encarregues da informação nacional e da tradução de artigos da imprensa estrangeira - e de um folhetinista, que redigia crónicas e artigos de crítica literária.¹²⁴

As limitações impostas por esta circunstância eram agravadas pelo frágil desempenho de uma classe de redactores cuja formação literária não oferecia garantias. Neste perfil enquadravam-se, ainda, os demais profissionais da comunicação periódica, como os tipógrafos, que compunham «indecentemente», e os revisores¹²⁵, que deixavam passar «erros crassos» de gramática e «disparates sem nexo».¹²⁶ Apesar do alargamento relativo do ensino público, havia igualmente que considerar o modesto perfil de exigência resultante do facto da esmagadora maioria dos leitores não possuir uma instrução cuidada.

Pelas razões apontadas, o texto jornalístico oscilava entre o nível elevado, sobretudo quando os artigos eram redigidos por

¹²⁴ José Tengarrinha, *op. cit.*

¹²⁵ Em Portugal, foi a partir de meados do século XIX que a função de revisor apareceu individualizada, embora, geralmente, em acumulação com as de colaborador efectivo ou redactor do jornal. Antes disso, a revisão dos artigos era feita pelos próprios autores ou pelo redactor responsável. José Tengarrinha, *op. cit.*, p. 189.

¹²⁶ Cfr. «Cartas d'algueres» - *Povo de Aveiro*, n.º 859, 18 Nov.1900, p. 3.

grandes nomes das letras portuguesas, e uma qualidade bastante precária. Entre uns e outros, encontrava-se a produção daqueles «literatos, literateiros e literatiços (...) que [eram] capazes de andar uma semana à cata de uma palavras e um ano a limar um período». ¹²⁷ Inevitavelmente, esta conjuntura propiciou a construção de um estereótipo profissional depreciativo, retractado por Homem Cristo, com alguma mordacidade, no seguinte episódio: «(...) sem ofensa aos raríssimos literatos e jornalistas que possam, acaso, existir em Portugal (...) Conta-se do juiz que, ouvindo o escrivão perguntar ao réu: qual é a sua profissão? E respondendo este: nenhuma, ordenara ao escrivão: Ponha lá: literato e jornalista!» ¹²⁸

A reserva com que era avaliada a qualidade literária da imprensa periódica foi, desde cedo, partilhada pela direcção de *O Povo de Aveiro*, tornando-se notória, logo em 1886, quando o jornal foi convidado a colaborar na criação de uma liga de imprensa para a reforma ortográfica: «É certo que a nossa ortografia precisa de reforma; mas nem achamos que o jornalismo português redigido no geral por uns ignorantões da ínfima espécie (...) tenha autoridade para revolução de tamanha importância na vida nacional, nem que a ortografia sónica tenha base científica e séria por onde mereça ser admitida. Mas ou tenha ou não tenha, não é ao jornal (...) que escreve três asneiras por cada palavra e mil por cada linha, que compete impor ao país uma transformação de tal ordem na língua de Camões (...)» ¹²⁹. Entrevê-se, na preocupação então manifestada, uma certa obsessão purista, que parece marcar o discurso público e a vida literária da segunda metade do século XIX.

¹²⁷ Homem Cristo, «Carta de Lisboa» - *O Povo de Aveiro*, nº 758, 29 Jul.1894, p.1.

¹²⁸ Francisco Manuel Homem Cristo, *O banditismo político. A Anarquia em Portugal*. Madrid: Imprensa de Gabriel Lopez del Homo, 1912, pp.148-149.

¹²⁹ «Ortografia Sónica» - *O Povo de Aveiro*, n.º 239, 12 Set.1886, p.1. A proposta de adesão ao projecto de reforma ortográfica foi formulada por Barbosa Leão e tinha por objectivo a transição do sistema etimológico para o fonético.

1.1 - Deontologia

Desde o primeiro momento, *O Povo de Aveiro* manifestou clara preocupação com a aplicação dos preceitos da ética jornalística, tanto mais quanto reconhecia à imprensa alcance de «tribunal de última instância», onde eram julgados crimes que não deixavam de ser «tão infames e graves como o do assassinato ou do roubo».¹³⁰

Reconhecia que a imprensa possuía o poder de «atacar homens e tritular reputações», mas esclarecia que esse poder devia confinar-se ao propósito de moralizar e ao respeito pela *inviolabilidade da privacidade*. Esta afirmação da função social da imprensa era significativa de uma concepção que se pretendia interveniente e visava uma prática jornalística condigna, demarcada daquele jornalismo que tinha «por missão: farejar na vida privada das famílias, insuflar as vaidades idiotas, adular, deprimir e ser banal [e que não tinha] a consciência nem do seu dever, nem da sua utilidade, nem do fim para que se [apresentava]».¹³¹

É importante, porém, ressaltar que, sobretudo na sua fase panfletária, *O Povo de Aveiro* não prescindia do recurso a episódios «sórdidos» da vida particular de figuras públicas do republicanismo português, que serviam os objectivos das terríveis campanhas que contra elas moveu (tal foi o caso, por exemplo, das referências ao sangue negro de Afonso Costa, à vida boémia de Dantas Baracho ou à homossexualidade de Leonardo Coimbra).

¹³⁰ Cfr. *O Povo de Aveiro*, n.º 252, 12 Dez.1886, p.1.

¹³¹ «O nosso noticiário» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1, 29 Jan.1882, p.1.

O princípio da *integridade* ocupava posição verdadeiramente central na ordenação deontológica de *O Povo de Aveiro*.¹³² No seu número inaugural, propunha-se afirmar incondicionalmente - com justiça, verdade e independência - tudo o que pertencesse ao domínio público, «sem considerações, sem simpatias, sem exigências egoístas». ¹³³ Demarcando-se da rotina da maioria dos seus colegas da imprensa, o jornal atacava, em nome desse princípio, sobretudo, aqueles republicanos que seguiam «às escuras os chefes do partido desprezando as ideias para fazer a apoteose das individualidades». ¹³⁴ Em 1909, esta preocupação permanecia dominante: «Nunca se adulou aqui nem rei nem povo. Nunca teve força aqui nem cacique político, nem chefe de facção, nem ninguém». ¹³⁵

A validade desta pretensão deve ser questionada, na medida em que o discurso jornalístico (principalmente o político) se encontra longe de ser neutro ou objectivo ¹³⁶. Para além disso, sabe-se que o discurso de *O Povo de Aveiro* foi marcado por uma agressividade cega contra certas figuras de proa do PRP, sobretudo no período compreendido entre os últimos anos da Monarquia Constitucional e o regresso do exílio ¹³⁷. Não obstante, a apreciação feita à prática jornalística de Homem Cristo tende, de um modo geral, a sobrelevar o facto de este ser «coerente dentro do seu ponto de vista», «não ter medo da responsabilidade» e «não conhecer amigos quando,

¹³² A preocupação relativa à questão da integridade não perdeu actualidade. No Congresso de jornalistas realizado em Lisboa, em Fevereiro de 1998, foi equacionada como uma das prerrogativas centrais para a credibilidade da profissão.

¹³³ Cfr. «O nosso noticiário» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1, 29 Jan. 1882, p. 3.

¹³⁴ «Não é mentira, é sofisma» - *O Povo de Aveiro*, n.º 161, 15 Mar. 1885, p. 1.

¹³⁵ «Povo de Aveiro» - *Povo de Aveiro*, n.º 1322, 22 Ago. 1909, p. 1.

¹³⁶ Para Roland Barthes, a escrita política tem «a função de reunir com um só traço a realidade dos actos e a idealidade dos fins (...) a palavra torna-se um alibi (isto é, um algures e uma justificação)». Roland Barthes, *O grau zero da escrita*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 25.

¹³⁷ Cfr. capítulo IV - 3.2 deste trabalho.

dentro do seu critério, tem que apontar erros e atacar factos». ¹³⁸
Esboçando um balanço retrospectivo da actuação da folha aveirense neste domínio, o próprio jornalista fez notar: «Ora aqui temos nós um jornalzinho de Província (...) que cumpre rigorosamente, há mais de 54 anos, o seu programa (...) afastando-se de toda a outra imprensa republicana que, de cócoras, tudo elogiava». ¹³⁹

1.2 - Estilo jornalístico

Ainda hoje prevalece a tendência, algo redutora e superficial, para identificar Homem Cristo e *O Povo de Aveiro*, em exclusividade, com o estilo panfletário que se afirmou como dominante, sobretudo entre o pós 31 de Janeiro e a supressão do jornal, em 1911. ¹⁴⁰

Uma abordagem a esta questão pressupõe, desde logo, a distinção entre as admiráveis fases de «doutrinação exemplar» e os períodos de «descabelada verrina», em que os adversários políticos eram raramente tratados pelo nome (entre outros, Bombardino Rachado, Unha e Gosta, Cabrito Macho, General Borracho, Imbra, *parvo intelectualizado* são epítetos com que eram designados, respectivamente, Bernardino Machado, Cunha e Costa, Brito Camacho, Dantas Baracho, Leonardo Coimbra, Alfredo Pimenta). Se

¹³⁸ Cfr. palavras do jornalista Paulo Freire, proferidas em 1939 para o *Jornal de Notícias*, transcritas no parágrafo 3 deste capítulo.

¹³⁹ Francisco Manuel Homem Cristo, *Notas da minha vida* (...), vol. III, p. 23.

¹⁴⁰ Rui Ramos, por exemplo, classifica o periódico no capítulo da «imprensa imunda», descrevendo Homem Cristo como «ainda mais picante que os outros» e atribuindo a avultada tiragem do jornal aos seus «excitantes ingredientes». Cfr. Rui Ramos, *op. cit.*, p. 51. Fernando Catroga, por seu turno, qualifica Homem Cristo como detentor de um «estilo jornalístico verrinoso», e como «foliculário» de *O Povo de Aveiro*. Cfr. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal: da*

os períodos de «descabelada verrina» excitavam o gosto do público (da época), as fases de «doutrinação exemplar» traduziam-se na publicação de centenas de artigos em que, a par de uma cultura notável, emergia «um critério seguro, um bom-senso raríssimo e apreciável domínio da língua como instrumento de comunicação do pensamento»¹⁴¹. Nos artigos doutrinários, de um «encanto penetrante», ninguém reconhecia em Homem Cristo «o plumitivo implacável e fero».¹⁴²

Os dois estilos apresentavam, porém, uma característica comum: a abordagem exaustiva, quase obsessiva, que deixava no leitor a impressão de o assunto ter sido esgotado. O próprio processo de produção escrita era marcado por uma forte determinação, patente nos textos traçados «sem uma rasura, sem uma entrelinha, que é como quem diz, sem a mais leve hesitação».¹⁴³

Trata-se, tudo indica, do verdadeiro *estilo jornalístico*, que José Tengarrinha define pela «agilidade e vibração», pela «construção fácil», onde, por vezes, a menor perfeição formal dá lugar a um maior poder de comunicação, a um alcance mais emocional. Trata-se, em suma, de um discurso que não pode ser apreciado «palavra a palavra, mas segundo a força e a impressão do conjunto».¹⁴⁴

formação ao 5 de Outubro de 1910. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991. Vol. 1, pp. 118-119.

¹⁴¹ Cfr. Bourbon e Meneses, «Homem Cristo» - *O Povo de Aveiro*, Número único de homenagem (...), 25 Fev.1944, p. 4.

¹⁴² Rocha Martins, «Homem Cristo» - *O Povo de Aveiro*, Número único de homenagem (...), 25 Fev.1944, pp.1,2.

¹⁴³ Cfr. João Sarabando, *O Comércio do Porto*, 07 Jun.1969. *Apud* Maria Alice Gonçalves e António Augusto Gonçalves, *op. cit.*, p. 121. Segundo o testemunho do mesmo autor, a fim de garantir a «adequada e justa modelação da frase», Homem Cristo «ia proferindo em voz alta as palavras à medida que as lançava no papel».

¹⁴⁴ Cfr. José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, p. 192.

A feição panfletária de *O Povo de Aveiro* levou à comparação de Homem Cristo com José Agostinho de Macedo¹⁴⁵, designadamente no uso da boa linguagem portuguesa, na impetuosidade, na audácia e na ardência. Não obstante alguma violência em demasia nos combates que travou, excedendo, por vezes, o limite do habitual, muitos jornalistas seus contemporâneos partilhavam a opinião de que tal era devido ao facto de Homem Cristo pertencer «à espécie rara dos que preferem aliviar a consciência exagerando a sua sentença do que julgarem-na vexada por não terem sido suficientemente enérgicos».¹⁴⁶ Eduardo Cerqueira faz notar que Homem Cristo não conhecia «o eufemismo, a prova passada a ferro, a pílula dourada», que «não escolhia as palavras, porque entendia que, verdadeiramente, os sinónimos não existem. A cada coisa e cada caso, correspondia um termo próprio e único. Substituí-lo equivaleria a um desvirtuamento, uma degradação, uma atonização da ideia ou do sentimento do autor».¹⁴⁷

Procurando a objectividade possível acerca do aspecto panfletário de *O Povo de Aveiro*, torna-se necessário situar, no ambiente do seu tempo, esse estilo «sensacionalista». Como faz notar Rui Ramos, referindo-se à proliferação da chamada imprensa republicana nos vários países europeus desde cerca de 1880, «a política eram escândalos; as relações internacionais, guerras e ameaças; a vida nacional, desastres e crimes sangrentos; a

¹⁴⁵ José Agostinho de Macedo (1761-1831), figura controversa e irreverente, foi membro da Nova Arcádia e da Arcádia de Roma e, em 1820, pregador régio. Distinguiu-se pela brilhante capacidade de expressão e estilo agressivo e mordaz. Cultivou a sua verve panfletária na defesa do absolutismo, da Inquisição e da censura, vindo a aderir, paradoxalmente, à revolução de 1820. Notabilizou-se pelas suas teorias de doutrina estética, moral e filosófica.

¹⁴⁶ Rocha Martins, «Homem Cristo» - *O Povo de Aveiro*, Número único de homenagem (...), 25 Fev.1944, pp.1,2.

¹⁴⁷ Eduardo Cerqueira, *Litoral*, 12 Out.1957. *Apud* Maria Alice Gonçalves e António Augusto Gonçalves, *op. cit.*, p. 118. Refere o mesmo autor, a propósito, que onde uma pessoa comum «diria, suponhamos, uma inteligência pouco esclarecida, [Homem Cristo] via um asno chapado, e preferia ao nosso macio passar de mãos pelo lombo um forte puxão de orelhas».

economia, desfalques e fraudes; a vida social, casamentos e funerais». ¹⁴⁸

Importa, por outro lado, conhecer as razões de Homem Cristo para a ocorrência de um contraste tão vivo entre o período inicial de *O Povo de Aveiro*, eminentemente doutrinário, e a sua fase posterior. A transformação foi justificada por imperativos externos, nomeadamente, pelo facto da sociedade, especificamente os dirigentes políticos portugueses («quadrilheiros políticos»), se terem convertido numa «onda de lama» tão densa «que só a tiros de artilharia, e de grossa artilharia, seria possível desfazer-se». ¹⁴⁹

Passado o período de motivação panfletária, por excelência, a conservação do estilo jornalístico que o caracterizava foi ainda explicada pela preferência do público. Na opinião de Homem Cristo, a maioria dos portugueses preferia o texto panfletário ao artigo doutrinário: «(...) de doutrina ninguém quer saber na nossa pátria. Escrevi muito noutros tempos sobre (...) vários e importantes problemas sociais. Quase toda a gente o ignora. (...) Mas não há uma única pessoa que se tenha esquecido dos meus artigos de bordoadas». ¹⁵⁰ Com efeito, após o regresso do exílio, acedendo à proposta de seu filho homónimo, Homem Cristo fez publicar *O Povo de Aveiro* segundo uma orientação doutrinária. Como havia previsto, a tiragem decresceu de vinte mil para três mil exemplares. Retomando, de imediato, os artigos panfletários, foram rapidamente recuperados os índices de circulação anteriores. ¹⁵¹

Foi porventura o estilo múltiplo de Homem Cristo, que marcou de forma indelével a escrita jornalística de *O Povo de Aveiro*, que motivou as seguintes palavras de Paulo Freire: «Nos

¹⁴⁸ Rui Ramos, *op. cit.*, p. 50.

¹⁴⁹ «Os monárquicos» - *O de Aveiro*, n.º 102, 28 Abr.1918, p.1.

¹⁵⁰ Francisco Manuel Homem Cristo, *Cartas de longe. A instrução secundária em Portugal e em França*. Aveiro: Tipogr. de António Conceição Rocha, 1915, p.58.

¹⁵¹ Cfr. Plácido Barbosa, «Homem Cristo» - *O Povo de Aveiro*, Número único de homenagem (...), 25 Fev.1944, p.4.

bicos da sua pena havia a clava do *Sampaio da Revolução*, a braveza de José Agostinho, a prosa percuciente de Camilo em seus sarcasmos demolidores, a integridade política de Basílio, a profundidade analítica de Eça, a erudição sistematizada de Bruno, o verbo tonitroante de Junqueiro, a isenção pessoal de Herculano».¹⁵²

Para além dos artigos de natureza político-ideológica (panfletários ou doutrinários), e em conformidade com o gosto do público da época, *O Povo de Aveiro* publicava breves anedotários ocasionais e folhetins, estes geralmente em posição de rodapé, ocupando a primeira e, por vezes, também as páginas interiores.¹⁵³ Porque considerava que, na generalidade dos casos, essa preferência levava o leitor a «ingerir umas drogas impossíveis que os jornais lhe fornec[iam] com o nome de romance»¹⁵⁴, a folha aveirense propôs-se, nesta rubrica, apresentar apenas peças literárias de qualidade, empenhando-se na selecção de autores de reconhecido mérito da literatura nacional e internacional, entre outros, Herculano, Camilo, Eça, Castilho, Rebelo da Silva, Teófilo Braga, Alan Poe, Diderot, Maupassant e Walter Scott.

2 - Colaboração redactorial

A questão da colaboração redactorial em *O Povo de Aveiro* encerra dificuldades de complexa solução, decorrentes,

¹⁵² Paulo Freire, «Homem Cristo» - *O Povo de Aveiro*, Número único de homenagem (...), 25 Fev.1944, p.2.

¹⁵³ De acordo com *O Povo de Aveiro*, a preferência do público pelos géneros ligeiros não se limitava aos folhetins, abrangendo qualquer «história de uma facada ou de uma bisbilhotice com várias peripécias». É atribuída à imprensa, especificamente a *O Século*, responsabilidade sobre essa situação, designadamente sobre o facto de o leitor ser capaz de «engolir páginas de porcarias», mas não resistir «a duas colunas de assuntos elevados. Cfr. «Cartas d'algures» - *Povo de Aveiro*, n.º 924, 29 Dez.1901, p.1.

¹⁵⁴ Cfr. «O nosso folhetim» - *Povo de Aveiro*, n.º 794, 20 Ago.1899, p. 2.

sobretudo, da profusão de artigos anónimos. No caso dos noticiários, nacionais ou internacionais, é aceitável a publicação de textos não assinados, uma vez que se recorria, quase sempre, à transcrição ou à tradução. No caso dos artigos de opinião, a ausência de indicação autoral coloca-se de forma necessariamente diferente, servindo mesmo para justificar alegações como a de que Homem Cristo era o «único redactor» de *O Povo de Aveiro*.

Trata-se, naturalmente, de uma inferência não fundamentada. Por um lado, apesar de se assumir como redactor principal (ou *redactor político*) de *O Povo de Aveiro*, até abandonar o exército português Homem Cristo não residia na capital do distrito, facto que impôs, necessariamente, restrições à sua colaboração. Destacado na capital do país até 1894, era de lá que escrevia a rubrica semanal *Cartas de Lisboa*. Suspenso então o jornal, na sequência dos artigos contra o Município de Lisboa, Homem Cristo foi sujeito, por motivos políticos, à transferência frequente de companhia.¹⁵⁵ Porque deixou de ter paradeiro certo, a sua rubrica regular passou a intitular-se *Cartas d' Algueres*, perdurando até à sua reforma do exército, em 1907.¹⁵⁶ Voltaram então as *Cartas de Lisboa*, até 1909, ano em que, sendo-lhe concedida a demissão do exército, fixou residência em Aveiro, pela primeira vez desde a fundação do jornal.

O afastamento do redactor principal da orientação directa de *O Povo de Aveiro* até ao final da década de 1910, colocava, naturalmente, algumas dificuldades, entre elas as decorrentes do facto de Homem Cristo poder assumir apenas uma «responsabilidade muito indirecta» sobre artigos que eram

¹⁵⁵ Em 1897, a pretexto de um conflito com o coronel do regimento em que servia, o jornalista cumpriu trinta e sete dias de prisão no Castelo de S. Jorge, de onde foi «atirado» para Almeida, ficando inibido de voltar à capital. Segundo Homem Cristo, o motivo real da detenção foi o facto da sua casa ser frequentada por Basílio Teles, Duarte Leite e João Chagas. Cfr. «Resposta mansa» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1330, 17 Out. 1909, p.1.

¹⁵⁶ Consultar capítulo IV - 3.1 (polémica com Afonso Costa) para mais informação acerca do processo de reforma de Homem Cristo do exército português.

publicados sem seu conhecimento antecipado. Para todos os efeitos legais, foram aqueles que garantiram, sucessivamente, a direcção do jornal¹⁵⁷ que assumiram não só a «responsabilidade daquilo em que esse [era] responsável, como até daquilo em que os outros se declara[vam] responsáveis».¹⁵⁸

Deste articulado resulta clara evidência de que Homem Cristo não era o «único redactor» de *O Povo de Aveiro*, prevalecendo, no entanto, a difícil questão de determinar a identidade dos restantes redactores e colaboradores, o que é apenas possível tentar na forma de apontamentos dispersos.

Nos anos subsequentes à fundação do jornal, foi significativa a colaboração de nomes sonantes do panorama político nacional, sendo publicados, com regularidade, artigos de Teófilo Braga¹⁵⁹, Sebastião de Magalhães Lima¹⁶⁰, Gomes Leal¹⁶¹, Jacinto Nunes¹⁶², Silva Graça¹⁶³. Foram também colaboradores regulares figuras, porventura menos conhecidas, como Anselmo Xavier, Alves da Veiga, Heliodoro Salgado, Alexandre da Conceição, Ponce Leão

¹⁵⁷ Consultar capítulo II - 2 deste trabalho para informação pomenorizada acerca dos corpos de direcção e administração de *O Povo de Aveiro*.

¹⁵⁸ «Malandrins» - *Povo de Aveiro*, n.º 965, 12 Out.1902, p. 1.

¹⁵⁹ Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) foi, em Portugal, um dos principais mentores do republicanismo federalista e do positivismo. Integrou, desde o início, o PRP. Em 1910, presidiu ao Governo Provisório e, em 1915, sucedeu a Manuel de Arriaga na presidência da República.

¹⁶⁰ Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928), jornalista e advogado, fundou, em 1881, o jornal *O Século*, onde desenvolveu forte propaganda dos ideais republicanos. Em 1911 foi deputado às Constituintes e, em 1915, ministro da Instrução Pública. Destacou-se, ainda, como grão-mestre da Maçonaria portuguesa (1907-1928), que representava regularmente no estrangeiro.

¹⁶¹ António Duarte Gomes Leal (1848-1921) destacou-se, no campo da imprensa, pelo seu trabalho jornalístico, de feição republicana a socialista, contra a Monarquia e a Igreja. Em 1881, participou, com Sebastião de Magalhães Lima, na fundação de *O Século*. Para além da produção de natureza panfletária, foi autor de uma obra lírica cuidada.

¹⁶² José Jacinto Nunes integrou, desde o início, o PRP, conduzindo a estratégia do Partido na região alentejana (Grândola).

¹⁶³ J. J. da Silva Graça (1858-1931) assumiu a direcção de *O Século* a partir de 1896. Transformou este jornal num órgão de vários interesses privados, sem renunciar totalmente à sua feição republicana, fazendo dele um dos mais vendidos no país.

Barbosa¹⁶⁴, Eduardo Arvins¹⁶⁵, Carlos Faria¹⁶⁶, Ernesto Loureiro, Luís Filipe¹⁶⁷, António de Castro, Alberto Bessa¹⁶⁸, Abílio David, Francisco Couceiro, Albano Coutinho¹⁶⁹, Melo Freitas¹⁷⁰, Amâncio Queiroz¹⁷¹. Esta dinâmica veio a esmorecer, logo em finais de 1884, quando *O Povo de Aveiro* se lançou na publicação repetida de artigos de oposição contra a política oficial do PRP.

Nesse mesmo ano, sabe-se, ainda, que o jornal dispunha já de dois correspondentes no Brasil, José Maria Letra e Adolfo Salgado (respectivamente, no Pará e no Rio de Janeiro).¹⁷² Entre finais da década de 1880 e 1893, Cunha e Costa¹⁷³ redigiu diversos

¹⁶⁴ António Ponce Leão Barbosa, republicano aveirense, encontrou-se ligado à fundação de *O Povo de Aveiro*.

¹⁶⁵ Eduardo Arvins foi um «velho e convicto republicano» de Sever do Vouga, em casa de quem Homem Cristo se refugiou na sequência de uma denúncia ao ministro da Guerra, que contra ele foi levantada quando, jovem oficial do exército, fundou o Centro Eleitoral Republicano Aveirense (1881). Cfr. Francisco Manuel Homem Cristo, *Notas da minha vida* (...), vol. III, pp. 19-20.

¹⁶⁶ Carlos de Faria e Melo (1849-1917), escritor e jornalista aveirense, foi fundador de *A Locomotiva* e da *Comédia Portuguesa*, e colaborador do *Jornal do Norte*. Em 1893 foi agraciado com o título de Barão de Cadoro.

¹⁶⁷ Luís Filipe foi também director artístico de *A Farsa* e colaborador de *A Águia*.

¹⁶⁸ Alberto Bessa foi também colaborador do *Bairrada Ilustrada*, da *Nova Aurora*, da *Ilustração Moderna* e de *O Tripeiro*, director e colaborador do *Boletim da Sociedade Literária de Almeida Garrett*, director de *A Nossa Pátria* e de *A Pátria a Garrett*.

¹⁶⁹ Albano Coutinho (1848-1936), jornalista, membro do Sindicato Agrícola do Distrito de Aveiro, viria a ser o primeiro Governador Civil de Aveiro da República. Foi também colaborador de *O Século*, da *Gazeta de Portugal*, da *República Portuguesa*, do *Comércio do Porto*, de *O Democrata* e da *Lusa Atenas*.

¹⁷⁰ Joaquim de Melo Freitas (1852-1923), escritor e jornalista aveirense de tradição liberal, evidenciou-se na imprensa quer do ponto de vista literário quer na defesa dos interesses regionais. Entre os jornais em que prestou colaboração contam-se *A Época*, a *Locomotiva*, o *Campeão das Províncias*, o *Distrito de Aveiro*, o *Tribuna Popular*, a *Revista Ilustrada*.

¹⁷¹ Amâncio Queiroz (?-1887) foi, até 1887, autor de «muitos dos mais hábeis artigos anónimos de *O Povo de Aveiro*». Cfr. «Amâncio Queiroz» - *O Povo de Aveiro*, n.º 255, 02 Jan.1887, p.1.

¹⁷² Cfr. *O Povo de Aveiro*, n.º 147, 07 Dez.1884, p.1.

¹⁷³ João Soares da Cunha e Costa (1868-1928), formado em Direito, fez parte, com António José de Almeida, Alfredo de Magalhães e João de Freitas, do grupo de jovens líderes estudantis de 1890, que se retirou da política e saiu do país. Em 1905-1906, de regresso a Portugal, colaborou activamente na imprensa republicana (*A Voz Pública* e *O Século*). Em 1900, fundou *O Dia*. Militou no PRP, chegando a ser um dos vereadores eleitos, em 1908, para a Câmara Municipal de Lisboa. Após a implantação da República, rompeu com os seus correligionários e tornou-se defensor da realeza. Escreveu para o teatro e foi autor do estudo *A Igreja Católica e Sidónio Pais* (1921).

artigos de análise política para *O Povo de Aveiro*. Quando, em Novembro de 1894, em plena campanha contra os *Escândalos e fraudes no Município de Lisboa*, Homem Cristo caiu gravemente doente, permanecendo afastado das lides jornalísticas cerca de um mês, sabe-se que foi «um amigo»¹⁷⁴ quem assumiu os artigos de fundo de denúncia e a rubrica semanal *Cartas de Lisboa*.

Em Julho de 1907, Homem Cristo Filho¹⁷⁵ iniciou colaboração regular na folha aveirense, com artigos que versavam, sobretudo, temáticas culturais e sociais. Na mesma altura, José Simões Coelho¹⁷⁶ assinava a rubrica «Livros». Em Julho de 1910, aquando da publicação do *Suplemento Literário* de *O Povo de Aveiro*¹⁷⁷, Homem Cristo Filho recorreu à sua «posição e relações no estrangeiro» para obter «a colaboração dos mais ilustres escritores da Europa e da América»¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Apesar das pesquisas realizadas, não foi possível determinar, com segurança, a identidade desse «amigo».

¹⁷⁵ Francisco Manuel Homem Cristo Filho (1892-1928) destacou-se pela sua actividade de escritor, jornalista e político. De anarquista, nos tempos de estudante universitário (1909), converteu-se em monárquico e integralista convicto, ligando-se, em Paris, aos meios intelectuais europeus afectos ao nacionalismo conservador. Colaborou, então, nos periódicos *Figaro*, *Gil Blas*, *Echo de Paris*, *Feminina*, *Je sais tout*, *Vie parisiense* e publicou *La Contre-Révolution*. Aquando do conflito diplomático entre seu pai e João Chagas, foi para Londres, onde o acolheu a imprensa inglesa, tendo colaborado em jornais como o *Morning Post*, o *Daily Express*, o *Daily Chronicle*, o *Saturday Review*, o *Spectator*. Regressado a Portugal, fundou a revista *A Ideia Nacional*, onde colaboraram os vultos mais destacados do integralismo e, futuramente, do nacional-sindicalismo. Durante o sidonismo, foi nomeado, em Paris, director dos serviços de informação de Portugal nos países amigos e aliados. Escreveu, nesse período, *Portugal contre l'Allemagne*, *Les Portes-Flambeaux*, *Le cinéma des jours*. Com o advento do fascismo em Itália, tornou-se, nos anos 20, um partidário entusiástico de Mussolini, em favor de quem escreveu *Mussolini Batisseur d'Avenir*. Apoiante do 28 de Maio de 1926, fundou, no mesmo ano, o jornal *Informação*. Após o afastamento de Gomes da Costa, foi exilado, retomando, em Madrid, Paris e Roma, o projecto de convocar um congresso pan-latino «das nações do Ocidente». Faleceu num desastre de automóvel a caminho de Roma para um encontro com Mussolini.

¹⁷⁶ José Simões Coelho foi também colaborador da *Gazeta Teatral* e de *O Binóculo*.

¹⁷⁷ Publicado de Julho de 1910 a Janeiro de 1911, este *Suplemento Literário* teve Homem Cristo como director e Homem Cristo Filho como director literário.

¹⁷⁸ «Suplemento literário do Povo de Aveiro» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1367, 03 Jul.1910, p.1.

Durante a fase do exílio, a redacção do jornal foi assegurada, sobretudo, por Francisco Homem Cristo, que publicava extensos artigos de fundo, e por seu filho homónimo, que, para além de traduzir textos diversos para português, assinava sempre dois artigos, um em português, na secção «O meu jornal», e outro em francês, na secção «La presse étrangère». Contava, ainda, com a colaboração regular de monárquicos como Alberto Pinheiro Torres¹⁷⁹, Alfredo de Castro Leal de Freitas Branco, J. M. Gomes Ribeiro, Satúrio Pires, Remédios da Fonseca, Jorge Camacho e Alberto Brás.¹⁸⁰

O apoio de Homem Cristo Filho na edição de *O Povo de Aveiro no Exílio* terá sido mais decisivo do que, possivelmente por razões de estratégia política, se fez pensar. Em cartas dirigidas ao pai, chegou a afirmar que este ficava «com a glória das campanhas de imprensa e mil outras coisas que nunca fez nem era capaz de fazer». ¹⁸¹ Seja ou não inteiramente exacto o teor das acusações, o certo é que, pouco mais de quatro meses após o regresso de Homem Cristo Filho e de outros colaboradores exilados a Portugal,¹⁸² o jornal deixou de se publicar.

No período subsequente ao regresso do exílio, colaboraram com alguma regularidade nas páginas de *O de Aveiro* João B. de

¹⁷⁹ Alberto Pinheiro Torres destacou-se como advogado, membro do Partido Nacionalista, sendo também colaborador de *O Comércio do Porto* e de *A Labareda*.

¹⁸⁰ Alfredo de Castro Leal de Freitas Branco (também colaborador do *Primeiro de Dezembro*), Satúrio Pires (tenente do exército durante a monarquia), Remédios da Fonseca, Jorge Camacho e Alberto Brás haviam participado activamente nas incursões monárquicas de 1911-12.

¹⁸¹ *Apud* Carlos Braga da Costa, *op. cit.*, p. 181.

¹⁸² Homem Cristo Filho regressou a Portugal ao abrigo da amnistia de Fevereiro de 1914, para cumprir o serviço militar obrigatório, instituído pela República. Cfr. Homem Cristo Filho, «A caminho da pátria» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 35, 26 Mar.1914, p.1.

Lemos¹⁸³ e Sílvio Pélico Filho¹⁸⁴, este último tratando, sobretudo, temáticas ligadas à Educação e aos Estudos Clássicos.

Em 1919, quando foi nomeado presidente da comissão de inquérito ao comércio e às indústrias do país, Homem Cristo reduziu, por falta de tempo, a sua colaboração, sem deixar, porém, de «escrever sempre o suficiente para que o jornal não [perdesse] o seu carácter inconfundível».¹⁸⁵ Em 1926 assinavam artigos regulares em *O de Aveiro* nomes como Fernando Homem Cristo¹⁸⁶, Narciso de Azevedo¹⁸⁷ e Raul Torres. Em 1932, o primeiro assegurou, em exclusividade, uma nova rubrica, a *Secção de Lisboa*, dedicada à crítica de costumes, literatura e arte.¹⁸⁸

Tanto quanto foi possível apurar, foi apenas a partir de 1929 que Homem Cristo se encontrou na condição de único redactor permanente de *O Povo de Aveiro*, contando apenas com a contribuição dispersa de peças de colaboradores, entre eles Artur Inês¹⁸⁹, Mário Costa¹⁹⁰ e o Coronel Augusto Teixeira. Em 1936, avaliando a situação em que se encontrava, Homem Cristo desabafa: «Somos só a afazer tudo neste semanário».¹⁹¹ Para além de outras razões que possam, porventura, ser indicadas, não terá

¹⁸³ João B. de Lemos foi também colaborador de *O Domingo* e da *Revista Literária, Científica e Artística*.

¹⁸⁴ Sílvio Pélico Filho foi autor de várias obras sobre Educação, entre outras, *História da instrução popular em Portugal*, *Legislação comparada do Ensino Primário e Normal*, *Bases para uma reforma do Ensino Secundário em Portugal*, *Bases para uma reforma do Ensino Superior em Portugal*, *A Educação Moral e a Educação Cívica nas Escolas Primárias*.

¹⁸⁵ «Descansem» - *O de Aveiro*, n.º 145, 22 Jun.1919, p. 1.

¹⁸⁶ Fernando Homem Cristo (?-1934), irmão mais velho de Francisco Homem Cristo, esteve ligado à fundação de *O Povo de Aveiro*. Colaborou, também, em *A Acção*.

¹⁸⁷ Narciso de Azevedo foi professor da Escola Comercial Fernando Caldeira (Aveiro). Destacou-se ainda como editor do *Alma Lusa*, director de *A Labareda* e colaborador do *Apollon*.

¹⁸⁸ Cfr. «Nova secção» - *O Povo de Aveiro*, n.º 260, 17 Jul.1932, p.1.

¹⁸⁹ Artur Inês foi também director e colaborador de *O Diabo* e colaborador do *Alma da Mocidade*, do *Civilização*, de *O Estrondo*, de *A Novela*, da *Revista Feminina*, do *Sol Nascente*, da *Terras de Portugal*.

¹⁹⁰ Mário Costa foi também director e editor do *Bocage*.

¹⁹¹ «Livros e publicações» - *O Povo de Aveiro*, n.º460, 01 Nov.1936, p.2.

sido estranho a este isolamento o facto de os homens que haviam apoiado, ao longo dos anos, a afirmação do jornal, se encontrarem, então, já falecidos ou com idade muito avançada.

Durante todo o período de publicação, em maior ou menor número, as cartas dos leitores marcaram presença nas páginas de *O Povo de Aveiro*. Tratava-se, geralmente, de textos anónimos, remetidos «de todos os pontos do país», e que forneciam matéria preciosa para a «crítica viva» ou a «análise mansa» da folha aveirense.¹⁹²

3 - Homem Cristo, jornalista

A figura de Francisco Manuel Homem Cristo avulta, inequivocamente, como dominante na construção da personalidade de *O Povo de Aveiro* e no alargamento do seu campo de influência, não obstante a dificuldade de determinar, com exactidão, a importância assumida pelos diversos colaboradores.

Independentemente dos aspectos singulares de que se reveste, esta circunstância deve ser inserida no seu contexto. A importância individual do jornalista era, no século passado, incomparavelmente superior à actual. Se, hoje, o jornal surge como



¹⁹² Cfr. Homem Cristo, «Mau critério» - *O Povo de Aveiro*, nº 26, 23 Out.1927, p.1.

um trabalho de equipa, em que cada parte desempenha um papel específico e especializado, no tempo da publicação de *O Povo de Aveiro*, como foi referido, as funções sobrepunham-se e acumulavam-se.¹⁹³

Por tudo isto, afigura-se relevante, para uma compreensão mais produtiva dos percursos do periódico aveirense, esboçar um olhar sobre o perfil desta figura, verdadeiramente fundamental na sua afirmação.¹⁹⁴

Natural de Aveiro, Francisco Manuel Homem Cristo (1860-1943) foi oficial no exército português, jornalista, político, deputado da Nação, professor universitário, destacando-se ainda, na cena local, como presidente da Associação Comercial e Industrial e da Junta Autónoma da Ria e da Barra de Aveiro, onde desenvolveu acção importante em prol do progresso portuário e económico da região.

A carreira militar, escolhida como modo de vida em 1876, veio a terminar em 1907, na sequência de uma disputa com Afonso Costa.¹⁹⁵ Durante a permanência no exército, Homem Cristo notabilizou-se pelas campanhas de alfabetização que desenvolveu, através da aplicação do método de João de Deus.

¹⁹³ Segundo observa José Tengarrinha, referindo o papel preponderante desempenhado pelo redactor principal no período da *imprensa romântica ou de opinião*, «o jornal, geralmente, era um homem (...) definia-se por uma grande figura (...)». José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, p. 190.

¹⁹⁴ A marginalidade a que Homem Cristo tem sido votado reflecte-se, de certa forma, na exiguidade da bibliografia a ele relativa: Luís Barradas, *Homem Cristo e Leonardo Coimbra no Parlamento*; Eduardo Cerqueira, «Homem Cristo», *Aveiro e o seu Distrito*; Eduardo Cerqueira, «Três cartas de reconciliação com Homem Cristo», *Arquivo do Distrito de Aveiro*; Carlos Manuel Braga da Costa, *Percursos de Homem Cristo: Ideologia e política na «República Velha» (1910-1917)*; Maria Alice Oliveira Lusitano Gonçalves e António Augusto Gonçalves, *Agitada vida de Homem Cristo*; Barradas de Oliveira, «Homem Cristo: o dragão de Aveiro», Vitorino Nemésio [dir.], *As Grandes Polémicas Portuguesas*; *Homem Cristo: O homem, a obra e o seu tempo. Comunicações apresentadas no quinquagénario da sua morte*. Cfr. bibliografia deste trabalho.

¹⁹⁵ Em 1919 foi avançada uma proposta para a reintegração de Homem Cristo no exército, que não chegou a ser aprovada por ter tido a oposição da maioria do Parlamento, cujos deputados eram antigos inimigos do jornalista.

Em 1880, ainda jovem alferes, estreou-se na imprensa, no bissemanário *O Eco Académico*¹⁹⁶. No ano seguinte, foi convidado por Sebastião de Magalhães Lima para colaborar no recém-fundado *O Século*, onde escreveu artigos de política interna sob vários pseudónimos, por força da sua condição de oficial do exército, tendo ainda a seu cargo a elaboração da «revista do estrangeiro». A adesão ao projecto de *O Povo de Aveiro* verificou-se em 1882.

Eduardo Cerqueira atribuiu a Homem Cristo a introdução do republicanismo em Aveiro. Não obstante as restrições que sobre ele impediam como militar, exerceu nesse sentido uma «acção apostolizadora, pertinaz e animosa»¹⁹⁷ fundando, no verão de 1881, o Centro Eleitoral Republicano Aveirense¹⁹⁸, «criador de todo o movimento democrático em Aveiro»¹⁹⁹.

Após uma década de entusiástico vigor doutrinário, os acontecimentos que se seguiram à sublevação do Porto de 31 de Janeiro de 1891 despertaram em Homem Cristo o sentimento da inutilidade de «remar contra a maré», dando lugar a um «aborrecimento profundo, um enorme tédio de ocasião». Apesar de ter combatido abertamente a revolta, o jornalista, na altura membro do directório do PRP, foi preso e acusado de traição pelos próprios

¹⁹⁶ No n.º 8 da revista *Aveiro e o seu Distrito*, Eduardo Cerqueira afirma que Homem Cristo iniciou a sua actividade jornalística aos 17 anos, no jornal *O Trinta*, fundado por Cecília de Sousa. Esta informação contradiz, porém, a apresentada pelo próprio: «Antes de ser redactor do *Século* já tinha sido redactor do *Eco Académico* e do *Académico*, que lhe sucedeu, com Salazar Moscoso, João Augusto Barata, Marcelino de Mesquita, Massano de Amorim, Fialho de Almeida e outros (...) *O Eco Académico* publicou-se em 1880. Era um bissemanário e eu colaborei em todos os números. *O Académico* publicou-se em 1881 (...) também colaborei em todos os números». *O Povo de Aveiro*, n.º 145, 16 Mar.1930, p.1.

¹⁹⁷ Eduardo Cerqueira, «Notas sobre a implantação da República em Aveiro e seus antecedentes», Separata da revista *Aveiro e o seu Distrito: Publicação semestral da Junta Distrital de Aveiro*. Águeda: Gráfica Ideal, 1976, pp. 10-11.

¹⁹⁸ Acerca da fundação do Centro Eleitoral Republicano Aveirense, diz Homem Cristo: «Meus irmãos [Fernando e Manuel Homem Cristo] reuniram uma dúzia de pessoas (...) não que fossem todos republicanos. Na maior parte não eram nada (...) Com eles, porém, se iniciou o movimento republicano em Aveiro». Francisco Manuel Homem Cristo, *Notas da minha vida* (...), vol. III, pp. 19-20.

¹⁹⁹ Homem Cristo, «Explicando» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1, 01 Maio 1927, p.1.

correligionários.²⁰⁰ Continuando a afirmar o ideal republicano, demitiu-se do directório, passando a manifestar uma intransigência absoluta em relação a grupos de influência ou programas partidários.²⁰¹ A própria criação literária era então feita «com todos os rodeios (...) como um copo de remédio muito amargo» que se toma.²⁰² Foi, porventura, nesta época que o jornalista consolidou a imagem de isolamento a que é, geralmente, associado. Referindo-se a esta faceta, Ferreira de Castro referiu: « [Homem Cristo] ocupa na vida política e mental dos portugueses um lugar único. Ele é o grande solitário, o isolado das turbas, dos cafés, das próprias ruas».²⁰³

Homem Cristo não depôs facilmente as armas: «A morrer carpindo como Alexandre Herculano, Mousinho da Silveira e Passos Manuel, prefiro morrer como o Conde de Avanches, descarregando golpes sobre golpes na infame vilanagem»²⁰⁴.

Quando voltou a pegar na pena, em Setembro de 1892, iniciou uma fase de combate jornalístico extremamente contundente, tanto no conteúdo quanto na forma. Até 1920, a determinação parecia advir-lhe do facto de «ingenuamente» supor que contribuía para a «regeneração dos republicanos»²⁰⁵, contexto em que foi eleito, em 1919, deputado pelo círculo de Timor. A sua reconhecida capacidade de trabalho e facilidade de expressão escrita permitiam-lhe, então, «encher numa noite as quatro páginas da

²⁰⁰ Contrariando a posição original dos republicanos, que advogava a via do sufrágio, de um processo educativo e de doutrinação dos cidadãos, o levantamento do Porto constituiu uma proposta militar para alcançar o poder, instituindo, por este motivo, uma cisão dentro do próprio PRP.

²⁰¹ É, porventura, no cruzamento destas duas atitudes que se consolida a postura política de Homem Cristo: conservadorismo na defesa do ideal republicano original, radicalidade na ruptura frontal com o poder instituído.

²⁰² Homem Cristo, «Carta de Lisboa» - *O Povo de Aveiro*, n.º 751, 05 Jul.1894, p.1.

²⁰³ Ferreira de Castro, «Crónicas de Lisboa» - *Diário dos Açores*, 22 Nov.1924. *Apud* Maria Alice Gonçalves e António Augusto Gonçalves, *op. cit.*, p. 212.

²⁰⁴ Homem Cristo, «À volta do exílio» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1394, 09 Maio 1915, p.1.

²⁰⁵ *O de Aveiro*, n.º 179, 14 Mar.1920, p.1.

gazeta, mantendo o interesse e com o mesmo vigor da primeira à última linha»²⁰⁶.

As convulsões políticas que se seguiram ao término da Guerra abalaram, porém, «inteiramente a [sua] fé no ressurgimento do país», justificando uma interrupção de cinco meses na publicação do jornal. Quando decidiu retomar a edição, não foi «por patriotismo ou na esperança de moralizar», mas por não conseguir «sufocar» a «indignação» e imbuído do «propósito firme de azorragar mais do que nunca [aqueles] canalhas»²⁰⁷.

A actuação do jornalista foi marcada por um estilo inconfundível, admirado por uns, odiado por outros. Assim, por exemplo, quando, em 1911, após a supressão de *O Povo de Aveiro*, Marques Rosa intercedeu junto do governador civil do distrito, Rodrigo Rodrigues, no sentido de ser retomada a publicação do jornal, este respondeu com uma «negação absoluta», considerando a interdição extensiva a qualquer periódico em que Homem Cristo colaborasse. Marques Rosa contrapôs: «Mas se o Sr. Homem Cristo não assinar os seus artigos como há-de o senhor conhecer a [sua] colaboração?». A resposta foi pronta: «Pelo estilo. Jornal onde aparecer o estilo Homem Cristo será imediatamente suprimido».²⁰⁸

Entre aqueles que, apesar das desinteligências políticas, nutriam admiração pelo jornalista aveirense contava-se Alberto Souto, que, em 1917, contribuiu monetariamente para a publicação, em separata, dos artigos de Homem Cristo sobre a participação de Portugal na Guerra, afirmando não ter visto «na imprensa portuguesa escrever nem mais nem melhor» e que os «artigos doutrinários e profundos de *O de Aveiro* não [tinham] apenas posto esta questão no seu verdadeiro pé - [tinham] esgotado o assunto e a

²⁰⁶ António Rocha, «O de Aveiro» - *O de Aveiro*, n.º 6, 23 Abr.1916, p. 1.

²⁰⁷ Homem Cristo, «Mais uma vez» - *O de Aveiro*, 15 Ago.1920, p.1.

²⁰⁸ Cfr. «Homem Cristo» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 33, 12 Mar.1914, p.2.

argumentação».²⁰⁹ Significativa foi igualmente a apreciação feita em 1939, para o *Jornal de Notícias*, pelo jornalista Paulo Freire: «No seu género, com o seu valor, com o seu vigor [Homem Cristo] é o único (...) é um jornalista completo. Erudito, duma vasta e sólida cultura, coerente dentro do seu ponto de vista, há em Homem Cristo uma qualidade que a todas sobreleva: o não ter medo da responsabilidade. E o não conhecer amigos quando, dentro do seu critério, tem que apontar erros e atacar factos (...)».²¹⁰

A integridade foi igualmente evocada como característica dominante do jornalista aveirense por um grupo de eleitores de Lourenço Marques que, em 1921, propôs o seu nome para deputado: «Homem Cristo (...) não promete a ninguém os seus bons officios em qualquer negócio, empresa ou emprego, nem a sua influência se exercerá para abafar qualquer processo de sindicância, libertar criminosos e apadrinhar injustiças».²¹¹

Sem pretender retirar alcance às várias funções que ao longo da vida desempenhou, considera-se que a notoriedade de Homem Cristo terá sido alcançada, justamente, através da acção jornalística que desenvolveu nas páginas de *O Povo de Aveiro*. O inconformismo que o caracterizava manteve-o afastado quer das honras do poder quer do aplauso popular, sendo apenas em final de carreira que a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto lhe promoveu uma homenagem pública, num banquete que reuniu indivíduos de todas as correntes políticas.

A época histórica conturbada que testemunhou, a que se acrescentou uma existência não só longa como activamente comprometida com a causa social, proporcionaram a Homem Cristo um conhecimento directo de realidades sócio-políticas distintas,

²⁰⁹ Alberto Souto, [sem título] - *O de Aveiro*, n.º 57, 22 Abr.1917, p. 3.

²¹⁰ Texto reproduzido em «Palavras amigas» - *O Povo de Aveiro*, n.º 582, 14 Maio 1939, p. 2.

²¹¹ *Apud* Eduardo Cerqueira, *Homem Cristo*, p. 45.

bem como a possibilidade de olhar umas e outras com a autoridade que a experiência acumulada acaba por favorecer.

Não se estabelecendo como autor de apurada qualidade teórica, o seu alcance foi, antes, o de um doutrinário de rasgo panfletário que viu na «ocasião» o mérito de uma obra que avaliava pelo valor «profundamente patriótico».

Para além da actividade jornalística em *O Povo de Aveiro*, Homem Cristo colaborou em diversos órgãos da imprensa periódica²¹², na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e no *Guia de Portugal* (de Raul Proença). Deixou, ainda, vários títulos publicados: *Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão* (1891); *Pró-Pátria* (1905); *A anarquia em Portugal* (1912); *Cartas de longe: A instrução secundária em Portugal e em França* (1915); *Portugal na guerra* (1917); *Cartas de longe: Em defesa da instrução do povo* (1922); *Monárquicos e Republicanos* (1928); *Notas da minha vida e do meu tempo* (1936?).

²¹² Foi possível apurar a colaboração de Homem Cristo em *O Eco Académico*, *O Século*, os *Debates*, o *Diário de Notícias*, a *Notícia* (Santos, Brasil), o *Imparcial* (Rio de Janeiro), a *Arte e Vida*, a *Contemporânea*, *O Diabo*, a *Ideia Nacional*. Cfr. Daniel Pires, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa* e Maria Alice Gonçalves e António Augusto Gonçalves, *op. cit.*. Muitos outros periódicos terão beneficiado da colaboração de Homem Cristo. Por absoluta limitação de tempo, não foi possível realizar um levantamento exaustivo dessa colaboração.

Capítulo IV - Perfil temático dos períodos de publicação

Sem pretender substituir abordagens que, pela sua complexidade, caberiam antes a especialistas de história social e política portuguesa, apresenta-se, neste capítulo, uma síntese das principais temáticas que preencheram as páginas de *O Povo de Aveiro*, configurando os seus vários períodos de publicação. Destacam-se, num segundo momento, números a que, de uma ou outra forma, foi atribuído aspecto especial no conjunto da edição do jornal.

Enquanto elemento de uma escolha atenta e contributo para a construção de sentidos, antecipa-se, como complemento da análise proposta, uma breve apreciação das razões subjacentes à atribuição do título original - *O Povo de Aveiro* - e do subtítulo - *Folha do Povo e para o Povo*.

A palavra *povo* - referida, pelo contexto sintáctico, a um universo seleccionado na geografia do país - destaca-se, desde logo, como elemento identificador. Trata-se de um conceito central na mundividência republicana, verdadeiramente aglutinador na promoção de uma cultura política do nacionalismo²¹³ e da

²¹³ A cultura do nacionalismo de base popular foi promovida pelos republicanos, que dela extraíram considerável valia política, manifestando-se de forma particularmente visível na instituição de grandes festas de carácter cívico, como foram as celebrações do tricentenário camoniano, em 1880, e do centenário pombalino, em 1882. A valorização de manifestações ligadas à temática do *povo* e da *nação* verificou-se ainda noutras áreas, designadamente, na criação da imagem emblemática do *Zé Povinho*, de Bordalo Pinheiro, ou na produção literária de autores como Antero, Eça, Ramalho, Teófilo Braga, Oliveira Martins ou Guerra Junqueiro.

democracia²¹⁴. Não foi por acaso que, entre finais do século XIX e até à proclamação da República, proliferavam em Portugal - em todos os pontos do território continental, nas ilhas adjacentes e, mesmo, nas (então) colónias - jornais que assumiam a palavra *povo* enquanto componente do título.²¹⁵

O aspecto amplamente indicativo do carácter republicano da folha aveirense é ratificado, ao nível do subtítulo, pela intenção de demarcação face ao poder instituído, patente na referência à origem do jornal («folha do povo»), e reafirmado em artigo editorial do primeiro número: «[O *Povo de Aveiro*] será um escudo fortíssimo (...) do povo contra a aristocracia, da república, enfim, contra todos os escândalos e prepotências que em nome da realeza constitucional

²¹⁴ O conceito de democracia fundamenta-se na existência de um governo acessível ao povo, numa organização social que elimine, tanto quanto possível, a antinomia entre o indivíduo e a colectividade organizada. Ao substituir a autocracia de direito divino pela soberania de fundamento nacional, ao possibilitar o alargamento dos direitos individuais, da expressão do pensamento e da difusão da cultura, o liberalismo português do século XIX permite uma aproximação a um governo e a uma sociedade de feição democrática. A existência de um vasto conjunto de grupos sociais que permanecia privado de tomar parte directa na vida cívica através dos actos eleitorais, constituía, no entanto, um obstáculo a essa aproximação. Foi sobre as contradições do sistema liberal, que favorecia cada vez mais as classes burguesas, que incidiu a reivindicação dos republicanos em prol de uma sociedade mais democrática. Com a proclamação da República, verificaram-se alguns progressos no sentido de uma maior participação democrática, através do alargamento da capacidade eleitoral, sem que, no entanto, fosse atingido o ideal do sufrágio perfeito. A incapacidade revelada pelos republicanos no sentido de generalizar a instrução pública entre os grupos sociais menos favorecidos comprometeu esse objectivo. Embora em menor grau, a democracia afirmava-se, então, apenas «como uma aspiração de personalidades ou de sectores restritos da vida portuguesa». Alberto Martins de Carvalho, «Democracia em Portugal», Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Iniciativas Editoriais, 1979. Vol 2.

²¹⁵ Tendo em consideração apenas o período compreendido entre a fundação da folha aveirense e o final do século passado, contam-se, nos arquivos da Biblioteca Nacional, mais de duas dezenas de periódicos cujo título compreende a palavra *povo*: *O Povo Açoreano* (1886), *O Povo Beirão* (1891), *O Povo da Barca* (1899), *O Povo da Guarda* (1895), *O Povo de Braga* (1880), *O Povo de Chaves* (1889), *O Povo de Évora* (1887), *O Povo de Gaia* (1890), *O Povo de Guimarães* (1896), *O Povo de Lamego* (1881), *O Povo de Ovar* (1886), *O Povo de Sintra* (1890), *O Povo do Cartaxo* (1883), *O Povo do Funchal* (1883), *O Povo do Norte* (Vila Real, 1891), *O Povo Esposendense* (1892), *O povo Goano* (Bombaim, 1895), *O Povo Limarense* (1884), *O Povo Português* (Guarda, 1882), *O Povo Republicano* (Lisboa, 1877), *O Povo Ultramarino* (Lisboa, 1880).

nos vexam, aviltam e esterilizam».²¹⁶ A função social da imprensa republicana era comparada à «necessidade de cortar e cauterizar um tumor maduro, ou de vazar uma excrescência esponjosa».²¹⁷

O seguimento da sintaxe («para o povo») sugere, por sua vez, uma intenção pedagógica de consciencialização, igualmente essencial na mundividência republicana, de inspiração positivista, que preconizava o caminho da evolução através da educação do povo. Esta vertente didáctica foi apontada como benéfica mesmo para a Monarquia: «os reis (...) devem agradecer à imprensa republicana a educação que lhes dá, as caridosas e nítidas explicações dos seus erros, preconceitos, pieguices, velharias irrisórias (...)».²¹⁸

Não obstante a ironia da referência, o certo é que durante a Monarquia Constitucional a actuação da imprensa republicana se processava em condições de relativa liberdade, corporizando uma verdadeira extensão da acção política travada num plano mais alargado e proporcionando a consolidação das forças de oposição. Como afirma Graça Franco, a base legal que permitia a liberdade de expressão constituiu-se, simultaneamente, como fundamento do regime constitucional e como causa primeira da sua destruição.²¹⁹

²¹⁶ A. Ponce Leão Barbosa, «O que somos e ao que viemos» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1, 29 Jan.1882, p.3.

²¹⁷ Carlos Faria, «As Repressões da Imprensa» - *O Povo de Aveiro*, n.º 16, 14 Maio 1882, p.1.

²¹⁸ Carlos Faria, «As Repressões da Imprensa» - *O Povo de Aveiro*, n.º 16, 14 Maio 1882, p.1.

²¹⁹ Cfr. Graça Franco, *op. cit.*, p. 33.

1 - Periodização temática

Antes de se proceder à caracterização de cada um dos períodos definidos, importa referir algumas questões genéricas que, apesar de não se encontrarem estreitamente vinculadas a circunstâncias ideológicas imediatas, emergiram com regularidade ao longo do percurso de *O Povo de Aveiro*.

À semelhança de outros órgãos da imprensa periódica, para além do campo da mensagem propriamente dita, a folha aveirense desenvolveu relevante acção social através do lançamento de subscrições públicas²²⁰, a saber:

- 1883 - construção do monumento a José Estêvão;
- 1883 - colocação de uma lápide no túmulo de Jerónimo Salgado²²¹;
- 1888 - apoio às vítimas do incêndio no teatro *Baquet*;
- 1890 - oferta de uma espada de honra a Serpa Pinto (subscrição nacional iniciada em Aveiro);
- 1890 - apoio à organização da defesa do país face à ameaça de Inglaterra (subscrição auxiliar de Aveiro);
- 1907 - auxílio a uma creche fundada pela Câmara Municipal de Aveiro;
- 1917 - edição, em separata, para distribuição gratuita, dos textos sobre a participação de Portugal na Guerra, publicados em *O Povo de Aveiro*;
- 1925 - construção de um monumento ao Padre Acúrcio, em Sangalhos;
- 1930 - apoio a uma família tuberculosa;
- 1930 - auxílio alimentar e sanitário às crianças da região.

Vários foram também os elogios fúnebres publicados em *O Povo de Aveiro*, designadamente a:

²²⁰ Na época, era habitual os jornais, sobretudo os de maior tiragem, como o *Diário de Notícias* e *O Século*, funcionarem como uma espécie de fundações para a beneficência, abrindo grandes campanhas de solidariedade, com apelos à caridade e a subscrições públicas.

²²¹ Consultar capítulo V - 3 deste trabalho para informação adicional acerca do incidente em torno de Jerónimo Salgado.

- republicanos ilustres - Latino Coelho (1891), José Falcão (1893), Saraiva Lima (1893), Manuel de Arriaga (1917), António José de Almeida (1929), Gomes da Costa (1929), Jacinto Nunes (1931);
- escritores - Eça de Queirós (1900)²²²;
- profissionais ligados à publicação do jornal - Amâncio Queirós (1887), António Augusto Mourão (1887), Francisco Rodrigues da Graça (1901), Fernando Homem Cristo (1934);
- figuras do panorama local - Anselmo Morais Sarmiento (1900), António da Silva Pereira (1901), Francisco Regala (1917), Eng.º Von Hafe (1930), Jaime de Magalhães Lima (1936), Mário Duarte (1939).

Para além da publicação, em folhetim, de textos da literatura nacional e internacional²²³, *O Povo de Aveiro* promovia, numa base regular, a divulgação comentada de títulos recebidos na redacção, considerada, por falta de tempo, entre todas «a tarefa mais difícil».²²⁴ Eram também publicadas obras em forma de anúncio (sendo de notar o facto de estas serem frequentemente seleccionadas mediante critérios políticos²²⁵) e promovidos livros de Homem Cristo, nomeadamente, *O 31 de Janeiro e a minha prisão* (Dezembro de 1891), *Pro-Pátria* (Maio de 1905), *Notas da minha vida e do meu tempo* (a partir de Outubro de 1932)²²⁶.

²²² Foi considerável o destaque conferido à figura de Eça de Queirós por ocasião da sua morte, sendo largamente debatida a possibilidade de o funeral ser realizado em Aveiro, atendendo às raízes do autor no concelho (Verdemilho). Anos mais tarde (a partir de Dezembro de 1925), foram publicados textos, em que, a propósito de uma referência incorrecta ao *Campeão das Províncias* em *A Capital*, se questionou a qualidade das edições póstumas das obras de Eça de Queirós e a responsabilidade do filho do autor nesta questão: «Não era eu, se fosse seu filho, que depois dos *Maias* e doutras peças imortais, deixaria sair esses livros, em que o autor se repete e onde a prosa já não tem o brilhantismo dos livros em sua vida publicados». Cfr. «Eça de Queirós» - *O de Aveiro*, n.º 434, 20 Dez.1925, p.1 e ss.

²²³ Consultar capítulo III - 1 deste trabalho para informação adicional acerca dos folhetins seleccionados para publicação.

²²⁴ «Livros e publicações» - *O Povo de Aveiro*, n.º460, 01 Nov.1936, p.2.

²²⁵ Apesar de, no geral, serem moderados, alguns desses anúncios eram marcados por algum sensacionalismo, como no caso da obra *Portugal dissoluto*, seleccionada por relatar «processos escandalosos dos frades, das freiras, dos nobres e dos reis». *O Povo de Aveiro*, n.º 101, 30 Dez.1883, p. 4.

²²⁶ Em 1936, após a edição do livro, o jornal publicou opiniões de leitores e transcrições de outros periódicos sobre o mesmo.

1.1 - Da fundação ao pós 31 de Janeiro

Focado numa clara intenção doutrinária, o período inicial de publicação de *O Povo de Aveiro* caracterizou-se por um vigor comunicativo singular. No conjunto, constituiu o momento de maior incidência de suplementos e de números com destaque temático, sendo ainda nesta fase que se publicaram as duas únicas edições comemorativas.²²⁷

Como houve oportunidade de referir, os assuntos locais não definiam, por excelência, a especificidade do jornal, sendo chamados à primeira página apenas quando investidos de relevância política apreciável, caso exemplar das frequentes críticas à administração dos concelhos do distrito, ou das campanhas contra a readmissão das Irmãs de Caridade no Hospital de Aveiro e contra a forma como foi conduzido o funeral do «operário e livre-pensador» Jerónimo Salgado, o primeiro enterro civil na região.²²⁸

Excepções a esta regra surgiam, naturalmente, pelo interesse especial de uma situação, como aconteceu, por exemplo, aquando do desmoronamento da ponte da Barra, incidente constituído em *manchete* da edição de 24 de Setembro de 1891.

Esse facto não impedia, porém, que, a par das breves nacionais e internacionais, fosse assiduamente publicado um noticiário que sintetizava os factos mais significativos ocorridos na região, por exemplo, os acidentes domésticos e de trabalho, a criminalidade, o problema da iluminação pública, as obras na Barra de Aveiro, o projecto de construção do novo edifício para o liceu José Estêvão (1888), a denúncia do funcionamento de casas de

²²⁷ Consultar capítulo IV - 2 deste trabalho para informação discriminada acerca das edições especiais de *O Povo de Aveiro*.

²²⁸ Para informação mais detalhada sobre estas campanhas e sobre as posições de *O Povo de Aveiro* perante a questão do clericalismo, consultar capítulo V - 3 deste trabalho.

jogo ou o afastamento de funcionários em Aveiro na sequência da crise financeira de 1892. Porventura numa tentativa de demarcação relativamente ao carácter sensacionalista da imprensa de informação, a cobertura noticiosa dos casos de acidentes, violência e criminalidade era revestida de intenção pedagógica, quando não abertamente política: «foi muito notada a ausência do administrador do concelho, que não se quis dar ao incómodo de vir ao local do crime colher as indagações necessárias»²²⁹.

Para além de estabelecer a apologia de um «governo descentralizado», de um país onde Lisboa e o Porto não fossem «os únicos a pensar e a mandar», *O Povo de Aveiro* defendia o reforço do poder dos municípios como base para a prosperidade da região, desenvolvendo, para tanto, intervenção relevante contra os vícios da administração local.²³⁰ Neste âmbito, foi paradigmática a acção contra o então governador civil substituto, Manuel Firmino de Almeida Maia (1888). Para se avaliar do impacto desta campanha, em Abril de 1889, aquando da realização de um comício de condenação da cobertura dada às «impunidades» de Manuel Firmino pelo ministro Luciano de Castro, foi transmitida uma nota de apreço à imprensa liberal de Aveiro, em particular a *O Povo de Aveiro*²³¹. Em Junho, Consiglieri Pedroso denunciou no Parlamento a actuação do Governo Civil; em Setembro, uma comissão de estudantes fez uma oferta a *O Povo de Aveiro* em reconhecimento pelos «serviços prestados à liberdade»²³²; em Junho do ano

²²⁹ «Bairrada» - *O Povo de Aveiro*, n.º 101, 30 Dez.1883, p.2.

²³⁰ Cfr. «Aos leitores» - *O Povo de Aveiro*, n.º 49, 31 Dez. 1882, p. 1.

²³¹ Cfr. «Urra!» - *O Povo de Aveiro*, n.º 381, 14 Abr.1889, p.1.

²³² O conceito de «liberdade», no campo social e político, surge historicamente com os ideais da democratização progressiva da sociedade, inspiradores da divisa da Revolução Francesa «liberdade, igualdade e fraternidade». Constituindo o fundamento ideológico da revolução liberal de 1820, que põe termo ao regime absolutista, a sua aplicação é considerada manifestamente insuficiente pelos adeptos do movimento republicano, que toma forma sobretudo no último quartel do século XIX, continuando estes a reivindicar a intervenção efectiva dos cidadãos na vida política do país.

seguinte, o jornal lançava um repto à opinião pública aveirense: «Quem deve ser nomeado governador civil?», com publicação das respostas em edições sucessivas²³³ e, em Novembro de 1892, Manuel Firmino era afastado do Governo Civil.

A problemática das eleições foi alvo da atenção do jornal desde o início da sua publicação. Para além de divulgar fórmulas de requerimentos para acesso ao recenseamento eleitoral, a folha aveirense dirigia apelos directos à população local, no sentido da sua adesão aos actos eleitorais, publicando, com palavras de encorajamento, os nomes dos candidatos republicanos por Aveiro. Eram também denunciados constrangimentos, como a dificuldade dos estudantes universitários se deslocarem aos seus círculos eleitorais para votar, ou a manipulação dos eleitores por parte das autoridades: «Em o Sr. Manuel Firmino lhe dando um abraço e lhe beijando os filhos (...) lá vai o Zé atrás dele para a urna»²³⁴. Os resultados do Círculo de Aveiro nas eleições de 1884 foram considerados favoráveis, facto que o jornal relacionou com a acção que desenvolvera: «com se vê, a nossa propaganda já produz resultados em todas as aldeias. É a nossa maior satisfação»²³⁵.

A monarquia era, naturalmente, alvo dilecto da folha aveirense, que, numa atitude medularmente republicana, reclamava o «estalar dos tronos»²³⁶, não só do português mas dos da Europa. Para tanto, era valorizada qualquer situação que colocasse os monarcas a ridículo, como os gastos exorbitantes em festividades da família real ou um acidente a cavalo que envolveu o Czar da Rússia: «a ser verdade a notícia, o cavalo era conspirador e de raça... niilista»²³⁷. Mesmo a revolução liberal, evocada na edição de 24 de Agosto de 1884, foi celebrada na medida em que colocara «a

²³³ Cfr. «Plebiscito» - *O Povo de Aveiro*, n.º 441, 15 Jun.1890, p.1 e ss.

²³⁴ «As eleições» - *O Povo de Aveiro*, n.º 261, 13 Fev.1887, p.1.

²³⁵ *O Povo de Aveiro*, n.º 128, 06 Jul.1884, p.3.

²³⁶ «O 14 de Julho de 1789» - *O Povo de Aveiro*, n.º 77, 15 Jul.1883, p. 1.

²³⁷ *O Povo de Aveiro*, n.º 101, 30 Dez.1883, p.2.

soberania do povo por cima da soberania do rei (...) a realeza na estreita dependência dos representantes do país»²³⁸.

A política económica preenchia com regularidade as páginas de *O Povo de Aveiro*, sendo Fontes Pereira de Melo um dos principais visados pela sua responsabilidade perante o estado de decadência da economia nacional: «(...) isto só sucede em Portugal, sob o reinado e o governo do príncipe Fontes (...) e o povo assiste indiferente a estas novas de baixo-fontismo»²³⁹. Sob a mesma temática eram ainda publicados textos de protesto contra a política de impostos, redigidos por Teófilo Braga e Manuel de Arriaga e artigos de Albano Coutinho acerca da decadência da produção agrícola e do preocupante fenómeno de êxodo rural. Numa perspectiva de intervenção, em 1893, foi dirigido um apelo à população aveirense para participar num comício contra medidas decretadas pela Fazenda.

Para além de questões do foro eminentemente político, *O Povo de Aveiro* publicava ensaios e textos de opinião em que eram abordados assuntos diversos da esfera do social, entre outros, o restabelecimento do sistema das rodas dos expostos, o divórcio e o casamento tradicional por interesse, a exploração da mão-de-obra infantil e do trabalho da mulher, o aspecto parasitário do funcionalismo público. Eram ainda publicados inúmeros artigos de feição didáctica acerca das regras de higiene, da prevenção de doenças (com destaque, na década de 1880, para a cólera). Certamente por influência de Homem Cristo, então oficial de carreira, foram publicados, com alguma regularidade, artigos sobre o exército português, considerado «a colectividade em que o nível intelectual [estava então] mais alto [no] país»²⁴⁰.

²³⁸ António de Castro, «À gloriosa revolução de 1820» - *O Povo de Aveiro*, n.º35, 24 Ago.1884, p.1.

²³⁹ *O Povo de Aveiro*, n.º 101, 30 Dez.1883, p.3.

²⁴⁰ «Carta de Lisboa» - *O Povo de Aveiro*, n.º 251, 03 Dez.1886, p.2.

Na sequência do Ultimato de 11 de Janeiro de 1890, *O Povo de Aveiro* procedeu à publicação intensiva de artigos contra a actuação do governo inglês e, concomitantemente, de condenação da actuação do ministro Hintze Ribeiro e da adesão de deputados portugueses ao tratado com Inglaterra²⁴¹. A possibilidade de superintendência inglesa nas finanças nacionais era considerada real²⁴² pelo que, em Fevereiro do mesmo ano, o jornal promoveu uma subscrição auxiliar de Aveiro à subscrição nacional para apoio à organização da defesa do país. Em Agosto, era publicado o suplemento, *A perda da pátria* e, em Setembro, novos suplementos anunciavam um «grande comício de protesto» promovido pelo grupo republicano da cidade de Aveiro «contra a venda da pátria e a traição dos ministros do rei»²⁴³.



²⁴¹ Francisco Couceiro, «Solidário na infância» - *O Povo de Aveiro*, n.º 491, 11 Jun.1891, p.1.

²⁴² «Portugal tutelado» - *O Povo de Aveiro*, n.º 501, 16 Jul.1891, p.1.

²⁴³ Cfr. Suplementos aos n.ºs 452 e 453 de *O Povo de Aveiro*, 01 e 08 Set.1890.

Em Novembro, foi ainda divulgado o «manifesto dos estudantes republicanos da Universidade de Coimbra contra a monarquia e o Ultimato inglês».²⁴⁴

A maioria dos artigos destacava-se pelo tom desassombrado e por uma intenção clara de intervenção: «então ouçam-nos em nome da pátria: o meio que nós temos de corrigir os negociantes e manter a dignidade nacional é [não] comprar um único produto da indústria e do comércio inglês»²⁴⁵.

Se é certo que os acontecimentos ligados ao Ultimato representaram um golpe na monarquia, é igualmente verdade que, nesse processo, *O Povo de Aveiro* não deixou de criticar a ambiguidade de alguns dirigentes republicanos perante a «afronta britânica», abrindo precedentes de oposição política à linha dominante do PRP.

O antagonismo gerado foi radicalizado na sequência da revolta de 31 de Janeiro de 1891. Homem Cristo, na altura membro do directório do PRP, opôs-se à sublevação do Porto: após o fracasso da ventura, o jornalista passou a ser alvo não só da oposição dos monárquicos, como da crítica de várias folhas republicanas, que o acusavam de delação. Esta situação motivou

²⁴⁴ O *Ultimato* inglês de 1890 alargou a consciência pública da trajectória de abatimento iniciada em Portugal com a gesta dos descobrimentos. A classe intelectual de então identificava o grande problema da sociedade portuguesa na ausência de uma identidade colectiva, de um sentimento nacional que lhe conferisse confiança, apelando à construção de uma cultura do patriotismo (patente em iniciativas como a criação da Liga Patriótica do Norte ou na utilização, na imprensa e na literatura, de termos relacionados com o universo semântico de «pátria» e «nação»). Segundo José Mattoso, só em épocas muito recentes é possível encontrar as formas modernas de consciência nacional, atendendo a que a sua difusão dependia de factores como o ensino e o serviço militar. Até à implantação da República, e mesmo posteriormente, a noção de «pátria», de pertencer a uma colectividade nacional, encontrava-se, portanto, «bastante menos difundida do que as classes instruídas imaginavam ou do que a ideologia estatal preconizava», correspondendo antes à consciência do lugar onde se nascia ou vivia. José Mattoso, «A consciência nacional», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 1.

²⁴⁵ «Contra a Inglaterra» - *O Povo de Aveiro*, n.º 421, 26 Jan.1890, p.1.

directamente a interrupção da publicação de O Povo de Aveiro, a 21 de Fevereiro de 1892.

Quando, a 11 de Setembro de 1892, o jornal reabriu, ressalta, desde logo, uma redução do seu aspecto pedagógico de divulgação doutrinária, cessando a edição de números comemorativos e mesmo de evocações temáticas. Esta perda de mão política deve ser entendida no contexto do pós-31 de Janeiro, tanto no que se refere à difícil posição de Homem Cristo, quanto à desagregação ocorrida dentro do próprio PRP. A acção crítica, passou a ser dirigida - com alguma dimensão sensacionalista - a casos concretos de corrupção e não tanto, como anteriormente, aos desvios ideológicos do poder instituído.

Movido por esta nova disposição, em Setembro de 1894, O Povo de Aveiro iniciou uma campanha, que duraria semanas consecutivas, de denúncia de «escândalos e fraudes» supostamente praticados no Município de Lisboa pelo deputado Gomes da Silva, director da Fazenda Municipal, e por republicanos e monárquicos «solidários com ele nas mais tremendas e espantosas traficâncias».



... e por republicanos e monárquicos «solidários com ele nas mais tremendas e espantosas traficâncias». A folha aveirense pretendia o apoio do PRP para apurar o envolvimento ou

«a santa cegueira» dos membros da maioria republicana do município da capital.²⁴⁶ Como corolário destes acontecimentos, o jornal foi suspenso, por decisão governamental, no dia 6 de Dezembro de 1894.

1.2 - Os últimos anos da Monarquia

A publicação do periódico foi retomada a 20 de Agosto de 1899, sob o título *Povo de Aveiro*, sem o artigo definido, entretanto abolido, e com um novo subtítulo: *Semanário Republicano*. Não tendo sido encontradas referências a esta alteração, poderá justificar-se, porventura, como tentativa de resgate da unidade perdida entre um certo grupo de republicanos ou, simplesmente, como salvaguarda de uma condição política passível de ser contestada desde o afastamento de Homem Cristo do Directório do PRP e da intensificação da crítica do jornalista aos seus dirigentes.

De uma maneira ou de outra, o *Povo de Aveiro* considerava-se um jornal novo apenas no «cabeçalho e na empresa», quanto ao resto, «velho em tudo». Porque passara a ser sua convicção que «não [eram] os homens que faz[iam] os acontecimentos», propunha não fazer «tanto barulho» como no período anterior. Por ironia, ou porque afinal «os temperamentos, no fundo, são sempre iguais»²⁴⁷,

²⁴⁶ Cfr. «Escândalos e fraudes no Município de Lisboa» - *O Povo de Aveiro*, n.º 770, 09 Set.1894, p.1. A campanha «Escândalos e fraudes no Município de Lisboa» foi originalmente assegurada por Homem Cristo, na altura correspondente de *O Povo de Aveiro* na capital. Em finais de Outubro, devido a «circunstâncias extraordinárias» relacionadas com o estado de saúde do jornalista, este ficou impedido de enviar as «cartas do costume», pelo que a rubrica é assegurada por um amigo até à sua recuperação, em 11 de Novembro.

²⁴⁷ *Povo de Aveiro*, n.º 794, 20 Ago.1899, p.1.

foi neste período que se publicaram no *Povo de Aveiro* as polémicas mais célebres, designadamente, com o Padre Fernandes (1899), Jaime de Magalhães Lima (1902), Afonso Costa (1902 - reeditada em 1907), o General Dantas Baracho (1909).²⁴⁸ Reconhecendo essa aparente contradição, em 1909, ao despedir-se do seu «velho material», Homem Cristo admitiu ter muitas vezes, em nome da integridade de princípios, incorrido em «asperezas, durezas, reprimendas desabridas, brutalidades»²⁴⁹.

A intenção de valorizar os «acontecimentos» em detrimento das questões individuais traduziu-se num aumento sensível do número de artigos de fundo, cuja diversidade abrangia desde temas da actualidade política à crítica literária e à divulgação científica: «Temos muitos assuntos a tratar. (...) Além disso, não queremos artiguinhos pequeninos (...) não se diz nada. O público que se acostume a não ser fútil, (...) a demorar a atenção, a aplicar a inteligência, a estudar, a raciocinar (...)»²⁵⁰.

Verificou-se, ainda, uma tentativa de modernização do esquema gráfico, que compreendia, além da reorganização das colunas, a inserção, a partir de 1903, de uma secção regular com ilustrações originais.

A 29 de Agosto de 1909, deu-se a transição para a fase *industrial* do periódico. Sendo embora desejada, essa mudança não foi totalmente pacífica dado que a folha aveirense sempre se quisera conotada com uma postura austera, de algum repúdio por tudo o que não fosse essencial, da esfera dos conteúdos. Na medida em que pressupunha o recurso a tecnologia estrangeira, a adesão aos novos preceitos foi entendida como o

²⁴⁸ Consultar capítulo V - 1 deste trabalho para informação mais pormenorizada sobre as polémicas referidas.

²⁴⁹ «Povo de Aveiro» - *Povo de Aveiro*, n.º 1322, 22 Ago.1909, p. 1.

²⁵⁰ *Povo de Aveiro*, n.º 1304, 25 Abr.1909, p. 1.

abandono de princípios que haviam marcado a identidade original do projecto: «Vamos aparecer janotas, e custa-nos, porque fomos sempre a antítese do janota!. (...) Quase que temos medo de ficar, como tudo nesta terra... desnacionalizado! Parece-nos que se nos vai um bocado desta alma tão querida, a alma nacional!»²⁵¹.

Por este motivo, *O Povo de Aveiro* declarou, com clareza, que, apesar de passar a ser «como que uma grande empresa industrial», o «industrialismo» nunca penetraria na sua alma, que nunca seria «um traficante político ou um traficante de jornal» nem «um parasita político ou um parasita de qualquer ordem».²⁵²

Porventura com o intuito de contrabalançar essa mudança foram retomados, então, aspectos da identidade original do semanário, designadamente, o título, que voltou a incorporar o artigo definido (se bem que sem qualquer subtítulo), e o antigo preço de 20 réis. Esta dinâmica de recuperação de elementos originais, parece-nos sobretudo presente na retoma do «artigo de doutrina», característico da década da fundação do periódico e, posteriormente, preterido em benefício do «artigo de combate». Assim, de quinze em quinze dias, a edição de *O Povo de Aveiro* passa a seis páginas, das quais duas são destinadas, exclusivamente, aos «artigos de doutrina, de instrução, de educação, e de notícia circunstanciada dos acontecimentos mundiais».²⁵³

Em Agosto de 1907, Homem Cristo Filho assinou uma série de artigos de opinião subordinados à temática da emancipação da mulher.²⁵⁴ Os assuntos locais ocupavam posição fugaz neste período. Merece destaque, em Março de 1909, a notícia da fundação, em Aveiro, do «Grupo de estudos sociais e históricos» em

²⁵¹ *Povo de Aveiro*, n.º 1322, 22 Ago.1909, p.1.

²⁵² *Povo de Aveiro*, n.º 1322, 22 Ago.1909, p.1.

²⁵³ Cfr. «Povo de Aveiro» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1364, 12 Jun.1910, p.1.

²⁵⁴ Cfr. Homem Cristo Filho, «A emancipação da mulher» - *Povo de Aveiro*, n.º 1216, 11 Ago.1907, p. 3. Cfr. também a mesma rubrica em números seguintes.

que Homem Cristo se assumia como palestrante principal, falando «sempre que mais ninguém [quisesse] falar»²⁵⁵.

A adesão à nova dinâmica industrial suscitou, ainda, a necessidade de demarcação da pretensa neutralidade que caracterizava a chamada imprensa de informação, em voga em Portugal desde a publicação, em 1865, do *Diário de Notícias*. Ao contrário deste periódico, que fazia consistir a sua independência «numa espécie de aquiescência tácita a todos os abusos e ridículos», *O Povo de Aveiro* afirmava ter fundado em Portugal o «jornal independente (...) liberto de todas as influências, ou políticas ou de qualquer ordem»²⁵⁶.

Em certo sentido, o termo deste período definiu-se nos acontecimentos que se seguiram ao regicídio. Na primeira edição após o 8 de Fevereiro de 1908, que marcaria, aliás, uma viragem na tiragem do jornal²⁵⁷, o *Povo de Aveiro* não escondeu a sua desaprovação: «O rei foi a vítima do desvairamento monárquico. Os que o mataram foram as vítimas do desvairamento republicano. (...) A minha revolta não é contra eles. É contra a canalha que atira a pedra, escondendo a mão (...) Enfim, é contra as quadrilhas políticas. Que têm sido, e continuam a ser, a ruína deste país»²⁵⁸.

Na mesma edição, o jornal demarcava-se do acto de violência praticado, remetendo-o para o nível de um simples acto criminoso: «O assassinato, seja contra quem for, salvo em defesa da própria vida, não tem justificação nenhuma. Reprovo todas as violências dessa ordem. Isto como democrata. Isto como homem. (...) como

²⁵⁵ «Grupo de estudos sociais e históricos» - *Povo de Aveiro*, n.º 1299, 14 Mar.1909, p. 2.

²⁵⁶ *O Povo de Aveiro*, n.º 1389, 18 Dez.1910, p.1.

²⁵⁷ Consultar capítulo II - 2.2 deste trabalho para informação adicional sobre esta questão.

²⁵⁸ «Justiça» - *Povo de Aveiro*, n.º 1242, 09 Fev.1908, p.1.

político no sentido vulgar da palavra, (...) não reprovos menos energicamente a violência praticada»²⁵⁹.

A proclamação da República fez, inevitavelmente, precipitar os acontecimentos. As manifestações de repúdio contra os homens que passaram a assegurar os destinos do país foram então clara e diversamente repetidas: «Nós não aderimos. (...) Republicanos somos e seremos. Mas com a república (...) servida por tais republicanos, somos absolutamente intransigente»²⁶⁰. Assim, e antes de passados três meses sobre o 5 de Outubro de 1910, já o ministério no poder dirigia, através do Governo Civil do Distrito, uma intimação ao director de *O Povo de Aveiro*, que veio a culminar na supressão do jornal em Janeiro de 1911.²⁶¹

1.3 - O exílio

Quase dois anos volvidos, a 14 de Outubro de 1912, foi reiniciada em Paris, sob a direcção de Francisco Homem Cristo, a publicação do jornal, cujo título, *O Povo de Aveiro no Exílio*, certificava a plena assunção da condição política a que fora votado.

Segundo informação editorial do primeiro número, a iniciativa desta nova edição (de seis páginas), partira de um grupo de emigrantes radicados em França, «dos mais distintos pela sua inteligência e pelo seu carácter»²⁶². Em último caso, e segundo Homem Cristo, o que fez decidir do reaparecimento do jornal foi a convicção patriótica, a certeza de que a sua «individualidade

²⁵⁹ «Cartas de Lisboa» - *Povo de Aveiro*, n.º 1242, 09 Fev. 1908, p. 3.

²⁶⁰ «A nossa atitude» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1381, 09 Out.1910, p.2.

²⁶¹ Consultar capítulo II - 2.2 deste trabalho para mais informações acerca deste incidente.

²⁶² *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 1, 14 Out.1912, p.1.

característica» o impunha «às exigências dolorosas da infeliz terra portuguesa»²⁶³.

A intransigência face a qualquer forma de coacção política ou social foi, mais uma vez, afirmada: «O *Povo de Aveiro* publicava-se. Mas com uma condição expressa (...) mantinha, livre de todos os homens, de todos os partidos, a mais completa independência e a mais absoluta liberdade»²⁶⁴. Não obstante essa ambicionada isenção, nos dois primeiros anos deste período de publicação, foi inequívoca a influência ideológica monárquica²⁶⁵, patente, logo no primeiro número, através da inserção de uma transcrição do «Manifesto de S. M. El-Rei Dom Manuel aos emigrados e à nação portuguesa».

Em números subsequentes, foram publicados artigos sobre o regicídio e «os sobreviventes da catástrofe»²⁶⁶, divulgadas obras, como a revista «Contra-Revolução», de Homem Cristo Filho e recomendada a leitura de jornais que prestavam «os maiores serviços à causa monárquica»²⁶⁷.

Em Janeiro de 1913, numa aparente viravolta política, Homem Cristo demarcava-se desta influência, sujeitando-se à inevitável supressão dos apoios prestados ao jornal pelos monárquicos exilados.²⁶⁸ «Mal visto» pelos conselheiros de D. Manuel e «profundamente odiado» pelos conselheiros de D. Miguel, *O Povo de Aveiro no Exílio* acabou por suspender a sua publicação

²⁶³ Homem Cristo, «Na brecha... até morrer» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 24, 80 Jan.1914, p.1.

²⁶⁴ *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 1, 14 Out.1912, p.1.

²⁶⁵ Esta circunstância tem antecedentes no facto de Homem Cristo ter defendido, durante a sua permanência no exílio em Espanha, de onde viveu as incursões da contra-revolução monárquica, que um regime monárquico reabilitado se ajustava melhor aos interesses da nacionalidade.

²⁶⁶ «Os sobreviventes da catástrofe» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, N.º 27, 29 Jan.1914, p.3.

²⁶⁷ *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 3, 28 Out.1912, p.2.

²⁶⁸ Como diria mais tarde, evocando este período: «No exílio, só os monárquicos me poderiam amparar (...) não hesitei. Preferi tudo a tornar-me solidário com a sua falta de critério (...) a ser cúmplice com o meu silêncio». Homem Cristo, «Pró-Pátria» - *O de Aveiro*, n.º 1, 12 Mar.1916, p.1.

em Abril de 1913. Quando reapareceu, em Janeiro de 1914, Homem Cristo afirmava-se já convencido de que D. Manuel havia sido atraído e que de modo algum «aceitaria a coroa a troco de concessões incompatíveis com os interesses do país e com a sua própria dignidade»²⁶⁹.

O Povo de Aveiro no Exílio era ainda preenchido por uma rubrica regular assinada por Homem Cristo Filho, «O meu jornal», que se propunha analisar os factos mais importantes da semana «sem requintes literários, porque a hora não [era] para fazer frases».²⁷⁰ Esta percepção da urgência do momento era partilhada por Homem Cristo Pai, que recusava «escrever artigos calmos» ou aceder a «propaganda pacífica»²⁷¹.

Eram publicados artigos, em francês, especialmente dirigidos a um público europeu, de denúncia da situação social vivida em Portugal, e transcritos textos seleccionados da imprensa portuguesa. Era ainda reservado um espaço regular para apoio aos emigrados portugueses.

A organização dos conteúdos compreendia, igualmente, apanhados da imprensa estrangeira, notícias da bolsa, a habitual secção de correspondência, o expediente e publicidade, desta feita, a produtos franceses. Os artigos mundanos também marcavam presença, com destaque especial para a secção de moda, «Cronique de la mode», redigida em francês «porque a linguagem das modas, tão parisiense, [era] verdadeiramente intraduzível», e colaborada por «pessoas competentíssimas»²⁷².

A questão das amnistias e das perseguições políticas em Portugal foi, a partir de 1914, objecto de vários artigos de *O Povo*

²⁶⁹ Homem Cristo, «Dissenções entre monárquicos» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, 21 Maio 1914, p.1.

²⁷⁰ Homem Cristo Filho, «O meu jornal» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 1, 14 Out.1912, p.1.

²⁷¹ «Impressões» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 4, 04 Nov.1912, p.3.

²⁷² «Secção de moda» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, 11 Nov.1912, p.5.

de Aveiro no Exílio, porventura devido ao facto de Homem Cristo ter sido excluído da amnistia de que beneficiaram alguns dos altos responsáveis pelas incursões monárquicas.²⁷³ Estas amnistias, de «Bombardino Rachado e os outros corifeus republicanos», foram aliás classificadas pelo jornalista aveirense como «a maior das humilhações e a mais perigosa das abdições»²⁷⁴.

O prolongamento da Guerra protelava o regresso a uma situação de normalidade, vendo-se o jornal impedido de retomar a sua publicação, de novo interrompida desde Agosto de 1914. Em Maio de 1915, Homem Cristo regressou a Portugal ao abrigo da amnistia Pimenta de Castro, que considerava «aceitável e eficaz» porque «decretada sobre o restabelecimento das garantias individuais e das liberdades públicas». Neste breve período, que durou apenas quinze dias, a folha aveirense não calou a sua voz contra a forma como os dirigentes republicanos conduziam o país à decadência, não hesitando mesmo, em nome da coerência, em fazer publicar artigos de oposição ao governo, recuperados do período anterior ao 5 de Outubro de 1910.

1.4 - A Grande Guerra e o final da Primeira República

A pesar de certa hesitação inicial, Homem Cristo acedeu à publicação de *O de Aveiro*, a 12 de Março de 1916. A subversão sintáctica evidente no novo título suscita alguma perplexidade, mesmo porque a única alusão às suas razões se

²⁷³ Em 1911, Homem Cristo foi convidado a tomar parte numa incursão monárquica dirigida por Paiva Couceiro, na Galiza. Por incompatibilidades com os revolucionários realistas, não chegou a combater, apesar do que foi julgado à revelia pelo governo da República e acusado de instigador e dirigente monárquico.

²⁷⁴ «A amnistia» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1394, 09 Maio 1915, p.1.

resume a uma breve referência de Homem Cristo: «tendo sido suprimido *O Povo de Aveiro*, e estando no poder (...) o meu velho amigo Afonso Costa, achei prudente evitar novos embaraços»²⁷⁵.

Aparentemente, abdicava-se do título anterior numa atitude apaziguadora, mas não seria mais acintosa a subversão sintáctica? Em alternativa, ou mesmo cumulativamente, a proposta poderá justificar-se como referência suficiente, em que a elisão do substantivo não impedia a identificação de uma entidade que se assumia sobejamente conhecida. A segunda hipótese interpretativa encontra-se, em boa medida, contida no seguinte comentário de Eduardo Cerqueira: «Poucos vultos terão unido mais estreitamente o seu, ao nome da terra natal. Homem Cristo foi o jornalista de Aveiro, o polemista, temido ou admirado, de Aveiro, mais sucintamente, *O de Aveiro*, como durante algum tempo designou o seu próprio jornal»²⁷⁶.

Para além de declarar, como habitualmente, não ser «de partido nem de seita nenhuma»²⁷⁷, a folha aveirense retomou, na última página, a transcrição de artigos publicados antes do 5 de Outubro de 1910, com o intuito de demonstrar a constância da sua postura.

Foi então declaradamente assumida, como garante de sobrevivência, a diversidade de conteúdos, patente na transmissão de tudo excepto «cenas de prostituição e de facadas», sendo *O de Aveiro* definido como «uma grande economia», dado que quem o lesse «não precisar[ia] de mais jornal nenhum»²⁷⁸. Esta ideia foi reforçada pela adopção, a 15 de Agosto de 1920, do subtítulo, *Órgão da Semana*, que traduzia a intenção de fornecer informação

²⁷⁵ *O Povo de Aveiro*, n.º 1, 01 Maio 1927, p.1.

²⁷⁶ Eduardo Cerqueira, «*O de Aveiro*» - *O Povo de Aveiro*, Número único de homenagem (...), 25 Fev.1944, p. 3.

²⁷⁷ *O de Aveiro*, n.º 27, 17 Set.1916, p.1.

²⁷⁸ *O de Aveiro*, n.º 180, 15 Ago.1920, p.1.

completa sobre «tudo quanto de importante ocorre[sse] durante [a semana] em Portugal e no estrangeiro».

Esta opção generalista implicou, em certa medida, o relegar da componente local, porque interessava apenas a «um número limitado de leitores»²⁷⁹, para um plano claramente secundário. Não obstante, os assuntos da região eram, por vezes, objecto de atenção, como aconteceu, por exemplo, aquando da introdução da luz eléctrica na iluminação pública da cidade (4 Mar.1917), do início da abertura da futura Avenida Dr. Lourenço Peixinho (9 Jun.1918) ou dos festejos do aniversário da Revolução Francesa em Aveiro (14 Jul.1918)²⁸⁰. *O de Aveiro* foi ainda veículo de denúncia de questões como o mau estado das vias públicas na região (1920) e tentativas de fraude eleitoral no concelho (Jun.1921). Pelo destaque verdadeiramente especial que mereceu, salienta-se, a partir de Agosto de 1920, a edição de uma série de artigos que indiciavam Marques Gomes como suposto autor de actos de corrupção e desvio de peças do Museu Regional de Aveiro, que então dirigia.

Um outro factor que terá contribuído, nesta fase, para a secundarização das questões locais foi o objectivo patriótico, de âmbito nacional, subjacente à acção intervencionista anti-germanófila desenvolvida sob o signo da Primeira Grande Guerra. Esta campanha, em que Homem Cristo defendeu a intervenção de Portugal no conflito europeu, foi entendida como «um sacrifício» cujo objectivo era diminuir «à força de chicotadas e de pedradas» a actuação das «rãs» que se acumulavam no país.²⁸¹

²⁷⁹ «Em Aveiro» - *O de Aveiro*, n.º 122, 15 Set.1918, p.1.

²⁸⁰ O destaque invulgar conferido às celebrações da Revolução Francesa em Aveiro (que incluiu a publicação dos hinos português e francês), não deve, em nossa opinião, ser apartado do facto de se viver, então, a ditadura sidonista.

²⁸¹ Cfr. Homem Cristo, «Pró-Pátria» - *O de Aveiro*, n.º 1, 12 Mar.1916, p.1.



Como suporte dessa campanha, em 1916, sob o título «Lições de História», foi iniciada a publicação de uma série de textos que, numa perspectiva patriótica, expunham casos exemplares da história de Portugal. Para além de acompanhar a participação de Portugal na Guerra, *O de Aveiro* comentava as

suas consequências económicas, nomeadamente a crise agrícola e a carência de produtos alimentares básicos.

Após o término da Guerra, em 1919, Sívio Pélico Filho centrou as atenções na Revolução Russa, «o terceiro elemento da trilogia revolucionária que constitui o mundo moderno»²⁸², através da publicação de uma série de artigos intitulados «O Bolchevismo».

A ideia de que os republicanos não possuíam a menor preparação para o regime democrático foi, então, repetidamente afirmada: «não há governo mais difícil (...) que o governo da democracia. Nenhum requer massas mais educadas, mais perfeitas elites. (...) Não são perfeitas as elites? Não são educadas as massas? Então não há democracia mas demagogia. Então não há ordem mas anarquia (...) Em Portugal não há nem houve jamais democracia. O erro dos constitucionais, não preparando o país para

²⁸² Sívio Pélico Filho, «O Bolchevismo» - *O de Aveiro*, n.º 133, 30 Mar.1919, p.3.

novo regime, nem antes nem depois, foi notavelmente agravado pelos republicanos, não preparando o povo para a república (...)»²⁸³.

O de Aveiro foi suspenso, por decisão governamental, sem aviso prévio, a 5 de Setembro de 1926, logo no primeiro número que se publicou após a revolução de 28 de Maio. Apesar de, na opinião de Homem Cristo, «não [ter] a censura achado nele coisa que lhe merecesse reparo»²⁸⁴, em artigo editorial desse mesmo número, destacava-se o seguinte: «quando recebi tal notícia [da revolução militar] (...) Exclamei de pronto, rindo-me (...): Não fazem nada. É a cacaborrada que eu esperava há muito. (...) Aparte o general Gomes da Costa (...) nenhum dos membros do governo era um nome nacional! Eram ilustres anónimos, ilustres compadres, saídos do compadrio revolucionário. Mediocridades, submediocridades. (...) Passam revoluções sobre revoluções sem atacar os problemas fundamentais da nação».²⁸⁵

1.5 - Ditadura e Estado Novo

Dando prova da perseverança a que já habituara os leitores, o periódico regressou ao prelo a 1 de Maio de 1927, recuperando o título original: «Fomos intimados a suspender *O de Aveiro* (...) Mas ninguém nos disse: Você fica proibido de fundar outro periódico. Fundamo-lo dentro da lei criada dentro da própria ditadura. (...) a ter de criar novo jornal, preferimos ressuscitar *O Povo de Aveiro*, de tradições inesquecíveis, de fama perdurável»²⁸⁶.

²⁸³ Homem Cristo, «A burla da democracia portuguesa» - *O de Aveiro*, n.º 212, 29 Maio 1912, p.1.

²⁸⁴ Cfr. Homem Cristo, «Explicando» - *O Povo de Aveiro*, n.º1 [3.ª série], 01 Maio 1927, p.1.

²⁸⁵ «Tudo inútil» - *O de Aveiro*, n.º , 05 Set. 1926, p.1.

²⁸⁶ Homem Cristo, «Explicando» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1, 01 Maio 1927, p.1.

Apesar de sujeito ao aval do selo da Comissão de Censura, os dois primeiros anos desta fase foram marcados por uma pujança considerável. Em Abril de 1929, porém, para além de ter de assegurar sozinho a componente administrativa, Homem Cristo tornou-se o único redactor permanente do jornal²⁸⁷, sendo perceptível o que, retrospectivamente, pode ser considerado o princípio do fim do periódico. Nesta fase, *O Povo de Aveiro* era frequentemente publicado com duas páginas apenas, tornando-se relativamente frequentes, se bem que breves, as interrupções por complicações de saúde de Homem Cristo. A primeira página era, de modo geral, dedicada à publicação de artigos de fundo com sequência temática, versando, sobretudo, assuntos da actualidade; quanto ao resto, o jornal escrevia-se com um noticiário conciso, correspondência e informações várias.

Tendo, até então, votado os assuntos do desporto a um esquecimento porventura involuntário, foi apenas em finais de 1939 que Homem Cristo explicitou o tríptico aspecto, «moral, intelectual e físico», da educação. Este episódio, que não deixa de ser curioso, verificou-se a propósito do seguinte comentário de João Sarabando, publicado no jornal *Sporting*, a propósito da publicação da primeira notícia desportiva de *O Povo de Aveiro*²⁸⁸: «É com evidente satisfação (...) que verificámos agora o facto de *O Povo de Aveiro* se ocupar pela primeira vez de assunto desportivo (...) *O Povo de Aveiro* pode prestar ao desporto nacional um auxílio magnífico. O desporto português está cada vez mais necessitado de uma pena como a de Homem Cristo»²⁸⁹.

A componente local reassumiu então expressão significativa. Logo em 1927, a situação sanitária da cidade foi objecto da atenção

²⁸⁷ Consultar capítulo III - 2 deste trabalho para informação adicional acerca da colaboração redactorial em *O Povo de Aveiro*.

²⁸⁸ Cfr. «Festival de natal» - *O Povo de Aveiro*, n.º 601, 01 Out.1939.

²⁸⁹ Artigo reproduzido em «Uma boa notícia» - *O Povo de Aveiro*, n.º 608, 19 Nov.1939, p.2.

do periódico, que repudiou a prática de envenenamento de animais vadios perpetrada pela Câmara Municipal, apelando à constituição, em Aveiro, de uma sociedade protectora de animais. Em Novembro de 1930, defendendo a urgência da reforma dos serviços de assistência, *O Povo de Aveiro* promoveu subscrições em benefício de vítimas da tuberculose, divulgando, para além disso, textos acerca da prevenção da doença. Fomentou, ainda, a fundação da Liga de Beneficência, que, a 22 de Março de 1931, inaugurou um lactário, nas instalações da Associação Comercial, para apoio sanitário e alimentar às crianças da região.

A partir de 1927, foram inúmeros os artigos publicados sobre as actividades da Junta Autónoma da Barra e do Porto de Aveiro, que tinha, então, Homem Cristo como presidente. Em 1930 (edição de 03 de Agosto) foi promovida uma intensa acção de denúncia da actuação do «caciquismo local» contra a administração daquela instituição. Por ocasião das eleições para a *Associação Comercial e Industrial de Aveiro*, em que saiu vitorioso, Homem Cristo manifestou a sua satisfação pelo triunfo de uma «nascente mentalidade», que se traduzia no facto de os «caciques» (Magalhães Lima²⁹⁰, o Conde de Águeda), terem perdido parte da sua influência local. Confessando ser este o «sonho» de toda a sua vida, alegrou-se por ter sido a «*alma mater* deste movimento de regeneração local, desta unidade moral, em que [via] unidos ricos e pobres, nobres e plebeus (...) homens de todas as crenças e de todos os partidos, membros de todas as classes».

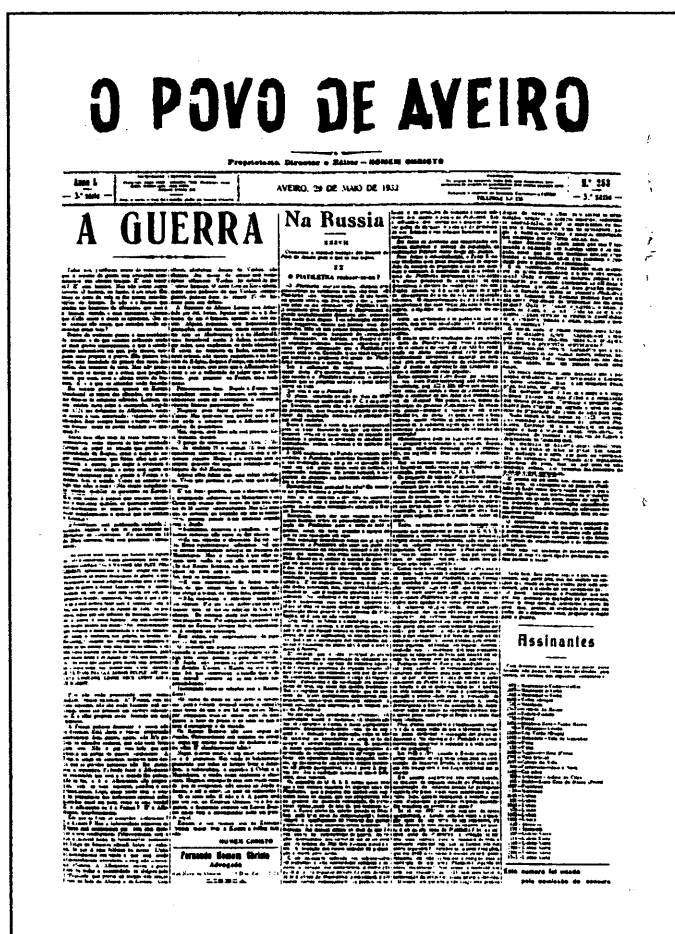
No centenário da revolta do 16 de Maio de 1828, *O Povo de Aveiro* homenageou os *Mártires da Liberdade*. Constituiu igualmente edição especial o número dedicado a João Franco, por ocasião da

²⁹⁰ Apesar das desinteligências com Jaime de Magalhães Lima, *O Povo de Aveiro* acompanhou, com a dignidade devida, a homenagem prestada ao ilustre aveirense, em 1934. Cfr. «Jaime da Magalhães Lima» - *O Povo de Aveiro*, n.º 344, 13 Maio 1934, p.1.

sua chegada a Portugal (14 Abr.1929). A edição de 19 de Janeiro de 1930 assinalou uma reunião pública distrital, presidida por Homem Cristo (em substituição do Governador Civil), em que foram tratadas questões ligadas ao porto de Aveiro, com destaque para as rivalidades com a Figueira da Foz. Em Maio de 1939 e até ao fim da publicação do jornal, foi publicada uma série de artigos sobre a história das pescas, sob um ponto de vista eminentemente económico.

Em Março de 1930 iniciava-se a publicação de uma série de artigos de análise da questão da União Ibérica. Sobre esta matéria foi apresentada a opinião de vários políticos da época, com algum destaque para a figura de António Ferro. A posição de *O Povo de Aveiro* era, então, contrária à afirmação do iberismo (edição de 10 de Maio e seguintes).

Em 1931, sob a epígrafe «Momento grave», «Nuvens negras» ou, simplesmente, «A guerra», foi iniciada a publicação de artigos sobre a eminência de uma nova guerra na Europa. Alegando que o exemplo de 1914-18 demonstrara que nas guerras modernas não havia «vencedores nem vencidos», apenas «vencidos»,



Homem Cristo condenava os «malucos» que pregavam a ideia contrária, e que se chamavam «na Rússia comunistas, na Itália fascistas, em Portugal integralistas».²⁹¹ Em 1935, assinou, numa base regular, artigos de análise do conflito etíope-italiano, que alargou posteriormente à situação histórico-política de todos os países envolvidos no contexto da guerra que se desenhou com crescente nitidez. Em 1935 foi criada uma secção, «Consultório», que tinha por objectivo dar resposta a questões várias colocadas pelos leitores, com destaque para as temáticas histórico-políticas.

Em Junho de 1939, iniciava-se uma polémica com Artur Inês²⁹², em torno da criação de uma escola de jornalismo em Portugal. Remetendo para a perspectiva defendida por Georges Gombault nos «Cahiers de la Presse», Homem Cristo defendia a necessidade de cursos de jornalismo, atendendo à urgência da extinção do «semi-analfabetismo» das classes «superiores e dirigentes», entre as quais contava a dos profissionais da informação. Considerava que a necessidade que estes tinham de uma «larguíssima cultura» não se compadecia com o facto de em Portugal «jornalistas, estadistas, génios da raça» serem todos de «geração espontânea». Porque considerava que o talento, só por si, era «sáfaro e inútil», produzindo «pedantes com frases rebuscadas e nada mais» via como urgente a necessidade de conhecer e tratar os grandes problemas da vida mundial e da vida nacional. Definindo a sua condição no contexto em apreço, Homem Cristo afirmou não se considerar «um grande jornalista» mas, tão somente, um

²⁹¹ Cfr. Homem Cristo, «Momento grave» - *O Povo de Aveiro*, n.º 209, 28 Ago.1931, p.1.

²⁹² Artur Inês desempenhou, ao longo da sua carreira de jornalista, as funções de director e colaborador de *O Diabo* e colaborador do *Alma da Mocidade*, do *Civilização*, de *O Estrondo*, de *A Novela*, da *Revista Feminina*, do *Sol Nascente*, da *Terras de Portugal*. Cfr. capítulo III - 2 deste trabalho.

«apóstolo da verdade», pelo que, apesar dos seus oitenta anos, «correria a inscrever-[se] nos cursos de jornalismo».²⁹³

Com uma projecção temporal mais reduzida, mas com impacto assinalável, salienta-se, em 1927, a publicação de uma série de textos que projectavam a acção de Homem Cristo Filho na Europa, em especial em Itália, onde desenvolvia importante acção pró-fascista ao lado de Mussolini. Em 1936, Alberto Souto assinou artigos sobre o retrato de Santa Joana existente no Museu de Aveiro. A edição de 09 de Outubro de 1938 e seguintes davam notícia da restauração do Bispado de Aveiro, com o Arcebispo João Evangelista de Lima Vidal.

Ao assinalar, em 1932, o cinquentenário do jornal, Homem Cristo fazia o seguinte balanço: «Se hoje (...) pudéssemos recomeçar, seguiríamos rigorosamente o caminho que, na imprensa jornalística e fora dela, durante esses cinquenta anos trilhámos»²⁹⁴.

2 - Edições especiais

Os vários períodos de publicação de *O Povo de Aveiro* foram permeados pela edição de números que, de formas e por motivos diferentes, se distinguiram dos demais. Assim, surgem as edições comemorativas, propriamente ditas, totalmente dedicadas à celebração de uma figura ou evento, os números temáticos, em que era destacado um determinado assunto sem que preenchesse, porém, a totalidade do espaço do jornal, e os suplementos, edições adicionais, justificadas por imperativos imediatos.

²⁹³ Cfr. Homem Cristo, «Jornais e jornalistas» - *O Povo de Aveiro*, n.º 588, 26 Jun.1939, p.3.

²⁹⁴ *O Povo de Aveiro*. 31 Jan.1932.


Tomando a forma de verdadeiros textos de intervenção, alguns suplementos veiculavam mensagens de declarada oposição, quer contra a administração concelhia ou outros grupos de influência local, quer contra o poder central. Para além de constituírem, também, exemplos de oposição, os números temáticos eram, ainda, dedicados à valorização de figuras (Garibaldi, Gambetta, Vítor Hugo) ou acontecimentos (Revolução Liberal, implantação da República no Brasil, Congresso do PRP) com os quais a folha aveirense pretendia algum tipo de compromisso ideológico.

No seu conjunto, o primeiro período de publicação de *O Povo de Aveiro* constituiu o momento de maior incidência de suplementos (alguns publicados em séries sucessivas) e de números com destaque temático. Foi ainda nesta fase que se publicaram as duas únicas edições comemorativas, dedicadas, respectivamente, ao Centenário do Marquês de Pombal (08 Maio 1882), no contexto mais alargado das celebrações republicanas, e ao tribuno José Estêvão (12 Ago.1889). Relativamente a este último, foi ainda publicado, em suplemento à edição comemorativa, um texto de Latino Coelho.

Ocupando a vertente anticlerical posição verdadeiramente central na mundividência do republicanismo portu-

O POVO DE AVEIRO
FOLHA DO POVO E PARA O POVO

HOMENAGEM A POMBAL



MARQUÊS DE POMBAL

SUMÁRIO

NOTA: Este jornal é que se publica em nome do Sr. Dr. António Francisco B. do Amaral, proprietário, e do Sr. Dr. João de Deus, administrador. O Sr. Dr. António Francisco B. do Amaral, proprietário, e o Sr. Dr. João de Deus, administrador, são os responsáveis pelo conteúdo deste jornal. O Sr. Dr. António Francisco B. do Amaral, proprietário, e o Sr. Dr. João de Deus, administrador, são os responsáveis pelo conteúdo deste jornal.

AVEIRO

O MARQUÊS DE POMBAL

Conteúdo que não se refere à... (text continues with detailed article content)

guês, não deixa de ser curioso verificar que estas duas figuras pátrias se destacaram, de uma ou outra forma, pela sua intervenção contra a ingerência das ordens religiosas nos assuntos de Estado.

Sem prejuízo da consulta do quadro apresentado no final deste capítulo, importa destacar alguns números que foram objecto de edição especial de *O Povo de Aveiro*.

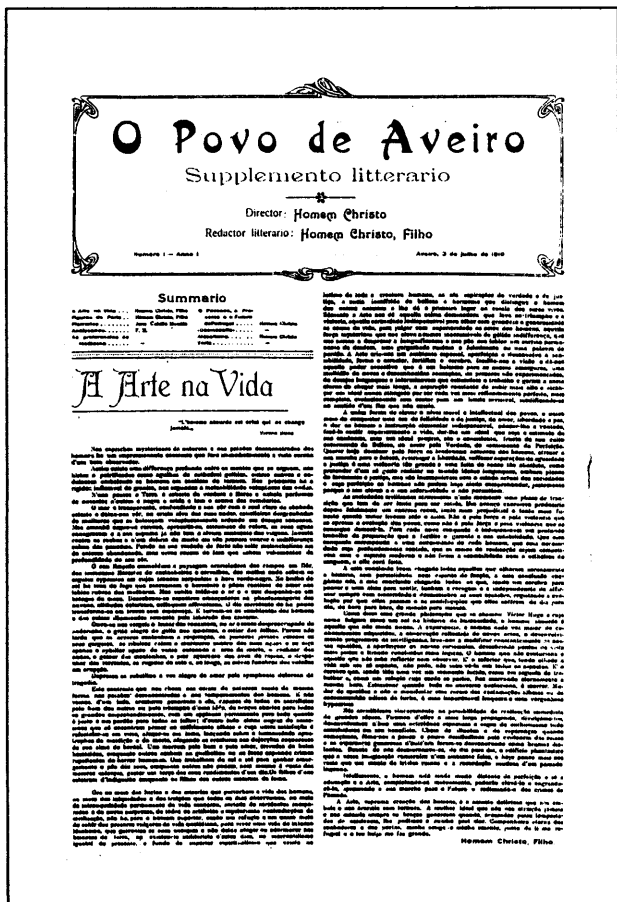
Entre os meses de Junho e Julho de 1888, foi notável a edição de suplementos sucessivos que marcaram a campanha contra a admissão das Irmãs de Caridade no Hospital de Aveiro²⁹⁵. Foram também significativos os suplementos e números temáticos de condenação do tratado com Inglaterra, publicados entre Agosto e Setembro de 1890.

Fosse com o propósito de reforçar posições políticas, fosse com o de denunciar fraudes praticadas, os actos eleitorais, designadamente os de 1889 e 1921, foram também objecto da edição de suplementos.

Se bem que com características distintas das demais edições especiais, importa mencionar a publicação, em corpo separado,



²⁹⁵ Consultar capítulo V - 3 deste trabalho para informação adicional acerca desta campanha.



entre Julho de 1910 e Janeiro de 1911, de um *Suplemento Literário*²⁹⁶ que tinha por objectivo fornecer ao leitor informação actualizada de âmbito político, social, científico, literário e artístico.

Partilhando com o pai a direcção deste *Suplemento*, Homem Cristo Filho foi quem redigiu o texto inaugural, acerca da influência da arte na vida, que fez

preceder da seguinte citação de Vítor Hugo: «O homem absurdo é aquele que não muda nunca». A segunda página desta edição dava continuidade às temáticas ligadas às artes, focando aspectos ligados ao desempenho da poetisa francesa Jane Catulle Mandès, da actriz polaca Modjeska e à obra «Itália coroada de rosas», de Justino de Montalvão. Incluía, ainda, um texto sobre o alcoolismo. Sob o título «O passado, o presente e o futuro de Portugal», Homem Cristo assinou, na terceira página, o primeiro de uma série de artigos sobre a História de Portugal, desde a formação da nacionalidade, sendo sensíveis as referências às teorias de Poincard. Foi também divulgado o início da publicação, em Paris, da revista *Cosmopolia*, de Homem Cristo Filho (que não chegaria, porém, a vingar). A partir de 23 de Outubro de 1910, o suplemento

²⁹⁶ Consultar capítulo II - 2.2 deste trabalho para informação adicional acerca das condições de publicação do *Suplemento Literário*.

passou a designar-se «Suplemento bimensal: Ciência, Arte e Literatura: Propaganda social».

A morte de Homem Cristo Filho, em Maio de 1928, num acidente de viação a caminho de um encontro com o *Duce*, foi amplamente assinalada nas páginas da folha aveirense (edição de 20 de Maio de 1928 e seguintes).

Destaca-se, ainda, a celebração do centenário da Revolução de 16 Maio de 1828 e, em Julho de 1930, um número dedicado à história económica de Aveiro. Entre Março e Maio de 1938 destacam-se as homenagens prestadas a Homem Cristo por ocasião do seu 78º aniversário, sucessivamente pela Casa da Imprensa, pelos estudantes do liceu de Aveiro e pela cidade e concelho.

Se bem que de forma discreta, em Janeiro de 1932 foi comemorado o quinquagésimo aniversário da fundação do jornal, que suscitou a publicação de textos de homenagem de jornalistas, escritores, estudantes e da cidade e concelho de Aveiro. Esta efeméride foi assinalada em inúmeros periódicos de todo o país.

	Edições comemorativas	Destques temáticos	Suplementos
Período			
08 Maio 1882	Centenário do Marquês de Pombal		
11 Jun. 1882		Morte de Garibaldi	
20 Jun. 1882			Condenação do Administrador do Concelho
09 Jul. 1882			Contra a política de impostos
07 Jan. 1883		Morte de Gambetta	
24 Ago. 1884		Aniversário da Revolução Liberal	
09 Nov. 1884			Incêndio na tipografia de <i>O Povo de Aveiro</i>
31 Maio 1885		Morte de Vítor Hugo	
23 Out. 1887		Morte de António A. Mourão (fundador de <i>O Povo de Aveiro</i>)	
17/24 Jun. 04/18 Jul. 1888			Contra a presença das Irmãs de Caridade no Hospital de Aveiro
09/17 Set. 1888			Eleições na Sta. Casa de Misericórdia
12 Ago. 1889	Homenagem a José Estêvão		Homenagem a José Estêvão

	Edições comemorativas	Destques temáticos	Suplementos
15 Set. 1889			Texto anti-clerical (contra o código penal)
Out. 1889			Eleições
24/31 Ago. 1890			Condenação do tratado com Inglaterra
07/14/27 Set. 1890		Condenação do Governo (tratado com Inglaterra)	
16 Nov. 1890		1º aniversário da República brasileira	
11/18 Jan. 1891		Congresso do Partido Republicano	
29 Nov. 1894		Denúncia de fraudes no Município de Lisboa	
II Período			
24 Nov. 1901			Contra regimentos de cavalaria em Aveiro
17 Jan. 1904		Contra a presença de João Franco em Aveiro	
31 Jul. / 07 Ago. 1904		Contra as ordens religiosas	
10/17 Out. 1909		Contra o General Dantas Baracho	
30 Jan. 1910		28º aniversário de <i>O Povo de Aveiro</i>	
03 Jul. 1910 a 22 Jan. 1911			Suplemento Literário
20 Jan. 1911			Resposta à intimação feita a <i>O Povo de Aveiro</i>
III Período			
29 Jan. 1914		Regicídio	
IV Período			
26 Jun. / 17 Jul. 1921			Denúncia de fraudes eleitorais em Aveiro
20 Jul. 1921		Homenagem à <i>Vista Alegre</i>	
V Período			
13/20 Maio 1928		Centenário da Revolução de 1828	
24 Jun. 1928		Morte de Homem Cristo, Filho	
14 Abr. 1928		João Franco	
19 Jan. 1930		Porto de Aveiro	
27 Jul. 1930		História económica de Aveiro	
17 Jan. 1932		Cinquentenário de <i>O Povo de Aveiro</i>	
13 Mar. 1938		Homenagem de jorna- listas e escritores a Homem Cristo	
17 Abr. 1938		Homenagem de estu- dantes de Aveiro a Homem Cristo	
29 Maio 1938		Homenagem da Cidade e do Concelho a Homem Cristo	
16 Jul. 1939		Evocação da tomada da Bastilha	

Capítulo V - Conteúdos temáticos dominantes

São individualizados e contextualizados, neste capítulo, conteúdos que, pelo destaque que lhes é conferido no espaço ideológico do jornal, reclamam uma abordagem mais atenta, designadamente a relação com os grupos dominantes do PRP, a questão clerical, a problemática da educação e instrução e as polémicas de maior relevo mantidas com personalidades da cena local e nacional.

1 - República e republicanos

Um factor que identificou de forma marcante o percurso de *O Povo de Aveiro* foi o antagonismo em relação às figuras dominantes do PRP. Essa oposição não se manifestou logo no início da publicação do jornal, quando este se afirmava ainda «francamente republicano»²⁹⁷, um órgão «do partido de amanhã», numa região onde, até então, apenas as cores monárquicas se faziam representar na imprensa.²⁹⁸

A temática do advento da República era, então, abordada, de forma expressiva, através de ensaios de figuras eminentes do panorama político português, como Sebastião de Magalhães Lima,

²⁹⁷ Cfr. circular que precedeu o lançamento do primeiro número de *O Povo de Aveiro*, transcrita integralmente no Anexo A deste trabalho.

²⁹⁸ Em texto editorial do primeiro número de *O Povo de Aveiro*, António Ponce Leão Barbosa escreveu: «Aparecemos enfim. (...) Os partidos monárquicos tinham todos neste distrito os seus órgãos na imprensa, e apenas ao partido dos *descontentes*, ao partido do povo, ao partido de amanhã, não obstante o humanitário das suas convicções, escasseava-lhe um meio comunicativo, um eco clamoroso e extensivo da sublimidade do seu credo e da superioridade das suas intenções. Finalmente o *Povo de Aveiro* hei-lo que surge para a luta». «O que somos e ao que viemos» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1, 29 Jan.1882, p.3.

Teófilo Braga, António de Castro, Gomes Leal ou, mesmo, em textos de índole narrativa, caso do folhetim «Danton», de Luís Filipe, que evocava episódios da Revolução Francesa. Se em Magalhães Lima ou em António de Castro a via da revolução era assumida como inevitável na transição para a República, Teófilo Braga subscrevia, antes, a via evolucionista. Marcavam ainda presença assídua na folha aveirense, notícias sobre as sublevações republicanas na Europa, especificamente em Espanha, sendo igualmente notável, em 1889, o destaque conferido à proclamação da República no Brasil.

Ao mesmo tempo que se afirmava defensor da ideologia republicana, *O Povo de Aveiro* assumia, no próprio número de lançamento, posição singular, ao demarcar-se, com notável clareza política, das contendas que opunham entre si as várias facções do movimento e que eram, por norma, evidenciadas no programa partidário dos periódicos da época: «É possível que alguém se admire de nós fugirmos às praxes jornalísticas, não declarando hoje no nosso artigo de fundo qual é o nosso programa político. (...) Apresentamo-nos francamente como republicanos (...) porque julgamos supérfluo e impolítico estabelecer matizes num partido que, estando na oposição, trabalha para um fim comum (...)»²⁹⁹.

Nesse período inicial, a influência positivista, que alimentava o republicanismo português³⁰⁰, perpassava o discurso de *O Povo de Aveiro*, manifestando-se, de forma significativa, no destaque conferido, em Setembro de 1886, ao aniversário da morte de Augusto Comte, ou no próprio articulado de alguns textos

²⁹⁹ «Declaração» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1, 29 Jan.1882, p.1.

³⁰⁰ Segundo Fernando Catroga, na sua obra *O Republicanismo*, foi a versão de Littré do positivismo de Comte que serviu de base aos ideólogos republicanos para a fundamentação filosófica da sua opção política. *Apud* Carlos Braga da Costa, *op. cit.*, p. 73.

publicados³⁰¹. Era, então, igualmente sensível o pendor socialista, patente em textos de primeira página, em que alguns colaboradores sustentavam o carácter «republicano», «democrata» e «igualitário» do cristianismo³⁰², que «a opulência se não base[asse] na miséria», o fim da «exploração» e que «os ricos» não roubassem os pobres³⁰³. Significativo é, ainda, o facto de, em 1891, por ocasião do 1.º de Maio, *O Povo de Aveiro* noticiar as manifestações do operariado nas principais cidades europeias.

Nesse período inicial, em que ainda tinha «a ingenuidade bastante para acompanhar os chefes em busca e à espera das suas levantadas concessões políticas», a folha aveirense era «o alvo dilecto das carícias dos cortesãos republicanos, sem exceptuar o próprio sol da corte [Sebastião de Magalhães Lima]», e os seus jornalistas eram referidos como «esperanças» e «talentos prometedores»³⁰⁴.

Apesar de muitos acreditarem, por terem apenas conhecido Homem Cristo após a revolta de 31 de Janeiro de 1891, ter sido só a partir dessa altura que o jornalista atacou «os figurões do partido republicano»³⁰⁵, em 1885 eram já claras as indicações de uma crescente demarcação de *O Povo de Aveiro* face à política oficial do PRP. A transigência política dos seus dirigentes era apontada como responsável pelo facto de o partido marchar «a passos acelerados para o abismo». Eram denunciadas divergências internas, que provocavam, entre outras consequências, o encerramento de jornais republicanos³⁰⁶. A política social do PRP, ditada por políticos que

³⁰¹ Tal é caso, por exemplo, da seguinte passagem de um texto dirigido aos operários aveirenses, que estabelece uma comparação entre a mudança social e as transformações químicas: «[nos artistas] está a farmácia que há-de manipular os remédios para a cura da enfermidade local». Carlos Faria, «Aos artistas de Aveiro» - *O Povo de Aveiro*, n.º 3, 12 Fev.1882, p.1.

³⁰² Eduardo Arvins, «A Revolução» - *O Povo de Aveiro*, n.º 4, 19 Fev.1882, p.1.

³⁰³ «A fome» - *O Povo de Aveiro*, n.º 72, 15 Jul.1883, p.1.

³⁰⁴ «Quinto ano» - *O Povo de Aveiro*, n.º 203, 05 Jan.1886, p.1.

³⁰⁵ Homem Cristo, «A malandragem» - *O Povo de Aveiro*, n.º 671, 24 Set.1893,p.1.

³⁰⁶ Cfr. «Não é mentira, é sofisma» - *O Povo de Aveiro*, 24 Maio 1885, p.1.

não sabiam «senão declamar contra a burguesia, enquanto como bo[ns] burgues[es] ganha[vam] um bom dinheirão nalgum estabelecimento do Estado»³⁰⁷, era vista como perniciosa, conduzindo mesmo a uma certa «má vontade contra todas as reivindicações do proletariado»³⁰⁸. Aqueles que alinhavam pela política oficial do partido eram, por sua vez, avaliados da seguinte forma: «como jornalistas, não os há mais medíocres (...) como escritores (...) não os há mais desgraçados». A única excepção era, então, aberta para Teófilo Braga, «uma verdadeira capacidade, um erudito, que perante a história est[ava] comprometendo o seu nome»³⁰⁹.

No tocante às eleições, o PRP era acusado de não desenvolver propaganda eleitoral «elevada e consciente» e de utilizar processos não democráticos ao impor a sua lista à margem da «sanção» do povo.³¹⁰ Não obstante, *O Povo de Aveiro* não hesitava, por ocasião dos actos eleitorais, «diante do interesse maior da república», em afirmar a ideia acima da crítica aos homens: «a nossa propaganda não prejudica, antes solidifica as ideias republicanas (...) votemos na República (...) e teremos vencido tudo»³¹¹.

Em 1886, cresceu a oposição contra o PRP, sobretudo contra Sebastião de Magalhães Lima e o seu jornal, declarando a folha aveirense, em 1887, não pretender fazer reservas na sua campanha jornalística contra «os chefes republicanos e com especialidade contra esse foco de intrigas, calúnias e tolices que se chama *O Século*»³¹². Foi então afirmado que apenas a realização de um congresso público, que definisse um programa republicano e

³⁰⁷ «Os do caleche» - *O Povo de Aveiro*, n.º 171, 24 Maio 1885, p.1.

³⁰⁸ «Opiniões dos tolerantes» - *O Povo de Aveiro*, n.º 221, 09 Maio 1886, p.1.

³⁰⁹ «Continuando» - *O Povo de Aveiro*, n.º 191, 11 Out.1885.

³¹⁰ Cfr. «Depois do combate» - *O Povo de Aveiro*, n.º 201, 20 Dez.1885, p.1.

³¹¹ «No período eleitoral» - *O Povo de Aveiro*, n.º 261, 13 Fev.1887, p.1.

³¹² «Sexto ano» - *O Povo de Aveiro*, n.º 255, 02 Jan.1887, p.1.

conferisse coesão interna ao Partido, poderia levar *O Povo de Aveiro* a «deixar em paz» os dirigentes do PRP e a assestar contra a Monarquia todas as suas forças e recursos.³¹³

Realizado o terceiro congresso, em 1887, tornou-se sensível uma nota de reconciliação: «como parece que se efectua um certo movimento de ressurreição no partido republicano, como muitos que erraram têm muito boa vontade de se emendar (...) temos pois muitos bons desejos de que a missão do *Povo de Aveiro* no oitavo ano da sua existência seja toda de solidariedade e de paz»³¹⁴.

A 4 de Janeiro de 1891 foi realizado novo congresso do PRP, considerado «uma necessidade que se imp[unha] desde o momento em que a monarquia, auxiliada pela inépcia e desleixo do directório republicano, [lançara] o país no estado deplorável em que se encontra[va]»³¹⁵. Em vésperas do 31 de Janeiro de 1891, nas edições de 18 e 25 de Janeiro, foram ainda publicados, sucessivamente, o manifesto do Directório do PRP e o primeiro de uma série de artigos de Albano Coutinho subordinados ao tema «Apontamentos para a História do Partido Republicano Português».

As rivalidades entre os republicanos extremavam-se, cada vez com mais agudeza, em torno de dois modelos estratégicos no combate à Monarquia, designadamente, o evolucionista - apostado na via do sufrágio - e o revolucionário. Homem Cristo e *O Povo de Aveiro* alinhavam pelo primeiro.

Nas edições que se seguiram ao lançamento do Ultimato inglês, a 11 de Janeiro de 1890, *O Povo de Aveiro*, apesar de publicar violentos protestos contra a crueza da afronta britânica, assumiu um patriotismo afirmativo e inconformista na denúncia do imobilismo das classes governantes. Ao fazer aumentar o sentimento geral de desconfiança em relação à Monarquia, a crise

³¹³ Cfr. «É exacto» - *O Povo de Aveiro*, n.º 271, 24 Abr.1887, p.1.

³¹⁴ «Oitavo ano» - *O Povo de Aveiro*, n.º 369, 27 Jan.1889, p.1.

³¹⁵ «Congresso Republicano» - *O Povo de Aveiro*, n.º 441, 15 Jun.1890, p.1.

que se gerou contribuiu para precipitar os acontecimentos de 31 de Janeiro de 1891.

Homem Cristo, então membro do directório do PRP, fez publicar uma circular em que se demarcava da sublevação do Porto, contrariando as posições partilhadas por Elias Garcia, Santos Cardoso e Alves da Veiga. Após o fracasso da revolta, acompanhada de perto nas edições de 2 e 8 de Fevereiro, o jornalista não foi poupado³¹⁶, sendo de imediato preso e o jornal suprimido. Anos mais tarde, referindo-se a este episódio, comentava: «*O Povo de Aveiro* teve a honra de ser o único jornal suprimido. Os outros foram suspensos»³¹⁷. Provada a fragilidade dos argumentos de que o acusavam, Homem Cristo saiu em liberdade alguns meses depois, inconformado com a falta de solidariedade demonstrada pelos dirigentes republicanos.

A edição do jornal foi retomada a 12 de Abril do mesmo ano, com a divulgação de uma Circular do PRP sobre os acontecimentos do Porto. Na edição de 6 de Setembro de 1891, Homem Cristo publicava em *O Povo de Aveiro* a sua carta de demissão do directório. Porque persistia em declarar que, apesar de ser «republicano e democrata», não pertencia ao PRP, a atitude do jornalista levantou «voz em grito, a turba muita partidária».³¹⁸ Do sucedido, avultou uma consequência: as desinteligências com as figuras de proa do republicanismo foram agravadas e *O Povo de Aveiro* assumiu o seu aspecto de «panfleto terrível», fustigando indistintamente monárquicos e republicanos.

Quando, a 11 de Setembro de 1892, após sete meses de interrupção, por decisão própria, *O Povo de Aveiro* retomou a publicação, e apesar de Homem Cristo continuar a afirmar ser *O*

³¹⁶ Consultar capítulo III - 2 deste trabalho para informação adicional acerca das implicações do 31 de Janeiro de 1891 no percurso de *O Povo de Aveiro*.

³¹⁷ Francisco Manuel Homem Cristo, *A anarquia em Portugal (...)*, p. 939.

³¹⁸ Cfr. «*Povo de Aveiro*» - *Povo de Aveiro*, n.º 1322, 22 Ago.1909, p. 1.

Povo de Aveiro «um jornal de republicanos», a redacção interrogava-se: «será possível dos destroços valorosos do partido republicano construir um novo partido do governo (...) morreram já para nós todas essas ilusões»³¹⁹. Na década de 1890, a folha aveirense experimentava, efectivamente, um pessimismo decadentista, típico do fim do século, para muitos autores associado à adesão ideológica a soluções governativas autoritárias.

Assim, e apesar de se afirmar contra as ditaduras³²⁰ Homem Cristo desenvolveu em *O Povo de Aveiro* a ideia de que «num país sem educação e sem tradições democráticas (...) com uma corrupção e um laxismo enorme a miná-lo até aos ossos, só um acto de violência e de força pod[ia] conseguir alguma coisa (...) Lei ampla, mas aplicada com mão de ferro»³²¹.

Porque considerava que os «quadrilheiros que desonravam e perdiam a causa democrática» se encontravam «completamente descobertos no seu jogo e perfeitamente conhecidos», *O Povo de Aveiro* afirmou, então, a intenção de se limitar à «crítica geral dos factos importantes».³²² Em 1893, foram, porém, retomadas as

³¹⁹ *O Povo de Aveiro*, n.º 564, 11 Set.1892, p.1.

³²⁰ De difícil definição, fruto de conjunturas históricas muito diversas, o conceito de ditadura encerra, de forma consistente, duas características: a «crise» e a «coacção». A primeira pode tomar a forma de dificuldades políticas, históricas e/ou económicas; a segunda pode variar da restrição das liberdades públicas à sua supressão ou, mesmo, ao terror ideológico ou policial. Só pode falar-se de ditadura, enquanto regime, após a Revolução Francesa, pois, ainda que muito radical, tem de se inserir num quadro de soberania popular e de participação política. Em Portugal, durante a Monarquia Constitucional, raros foram os governos que não recorreram a «actos ditatoriais». Algumas ditaduras resultaram mesmo em soluções sangrentas, como a revolução da *Maria da Fonte* (Costa Cabral) e o regicídio (João Franco). Os governos abertamente ditatoriais não acabaram com a Primeira República (casos paradigmáticos dos governos de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais). David Ferreira, «Ditadura», Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Iniciativas Editoriais, 1979. Vol 2. Perante a anarquia e a instabilidade que atravessava a sociedade portuguesa de então, alguns republicanos, entre eles Homem Cristo, apesar de partidários dos princípios da democracia, defendiam as vantagens da aplicação de métodos autoritários, de feição ditatorial, como via de restabelecimento da ordem ameaçada.

³²¹ *O Povo de Aveiro*, n.º 590, 11 Dez.1892, p.1.

³²² «Carta de Lisboa» - *O Povo de Aveiro*, n.º 564, 11 Set.1892, p.1.

críticas de índole pessoal ao PRP, justificadas com o afastamento do Partido da sua orientação original. Neste processo, foi particularmente visado Cunha e Costa, anterior colaborador da folha aveirense, um dos membros da chamada «geração académica do ultimato»³²³.

Foi na sequência do regicídio e da saída de Homem Cristo do exército (1909), que as divergências com os republicanos atingiram a fase mais aguda. Apesar de considerar que o PRP continuava a ser o único partido que representava, com probabilidades de próximo sucesso, a democracia portuguesa, *O Povo de Aveiro* apontava-lhe, mais que nunca, os «vícios», as «imoralidades» e os «crimes». Se considerava que, até então, era para nacionais e estrangeiros «um partido de doidos, mas de doidos mansos», após o 8 de Fevereiro de 1908 passou a designá-lo como «um partido de doidos maus», responsável pelo facto de as nações da Europa poderem vir a hostilizar Portugal «mais violentamente do que nunca».³²⁴

A ideia de que na transição da Monarquia para a República pouca coisa mudara, partilhada por alguns republicanos, era repetidamente defendida em *O Povo de Aveiro*. O congresso do PRP realizado em Coimbra, em Abril de 1908, foi considerado «a última prova cronológica de que o partido (...) [era] simplesmente um partido monárquico, e o pior partido monárquico que [havia] em Portugal»³²⁵. Em contrapartida, os monárquicos, concretamente os franquistas, passaram a ser tratados com benevolência, depois de terem sido, durante anos, atacados com rara violência. Fazendo publicar artigos anteriores de *O Povo de Aveiro* a imprensa aveirense acompanhava semanalmente esta reviravolta política.³²⁶

³²³ Francisco Manuel Homem Cristo, *Notas da minha vida* (...), vol. VI, p.28.

³²⁴ «Cartas de Lisboa» - *Povo de Aveiro*, n.º 1242, 09 Fev. 1908, p. 3.

³²⁵ «A propósito do congresso» - *Povo de Aveiro*, n.º 1253, 26 Abr.1908, p.1.

³²⁶ Cfr. Carlos Braga da Costa, *Percursos de Homem Cristo* (...), pp. 67-68.

Em Maio de 1909, antecipando a chegada da República, a folha aveirense iniciou a publicação de uma série de artigos intitulados «Hora grave». Na edição de 2 de Outubro de 1910, podia ler-se: «vamos então cair nos braços dessa formidável quadrilha (...) que ainda não estão no poder e já o maior dever cívico desta terra é combatê-los»³²⁷.

No primeiro número publicado após o 5 de Outubro, afirmava: «a república é uma aventura perigosíssima. Não afirmamos que dela resulte um cataclismo (...) Dissemos e dizemos: a república é prematura. A república não é compreendida por este povo inculto, anárquico, selvagem»³²⁸. Na mesma edição, num artigo intitulado «Os redentores», as invectivas redobravam de vigor: «Confesso, francamente, que me ri quando vi os redentores que vão levantar a pátria dos escombros. Ri-me porque os conheço como as palmas das minhas mãos! O António José de Almeida como ministro do interior! Esta não lembra ao diabo! E o maduro do António Luís Gomes como ministro das obras públicas? E o parvo do Calcinhas [Bernardino Machado] ministro dos estrangeiros! Parvo *doublé* de velhaco, é claro. (...) E o Afonso Costa ministro da justiça? Ó da guarda! Tudo isto presidido pelo nefelibatão do Teófilo Braga! Como eu estou vingado!»³²⁹.

Não obstante serem considerados inaptos para a governação do país, os dirigentes do PRP eram referidos como honestos. A única verdadeira excepção era Afonso Costa, apontado como «um Robespierre de papelão, um ditador ridículo»³³⁰. Segundo Carlos Braga da Costa, era justamente esse estilo obsessivo de Homem Cristo, recheado de frases injuriosas, «que fragiliza[va] e retira[va] credibilidade a um discurso que pretend[ia] assumir-se como o bom

³²⁷ Homem Cristo, «Fatal dilema!» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1380, 02 Out.1910, p.1.

³²⁸ «Enfim!» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1381, 09 Out.1910, p.1.

³²⁹ «Os redentores» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1381, 09 Out.1910, p.1.

³³⁰ Homem Cristo, «Haja vergonha» - *O Povo de Aveiro*, nº1391, 01 Jan.1911, p.1.

combate contra os representantes de um regime político que simultaneamente o agr[edia] e o nega[va]»³³¹.

A fragilidade do PRP era, nesse período, atribuída, sobretudo, à incompetência dos governantes e ao facto de estes não terem preparado o povo para um regime democrático. As divergências políticas e pessoais traduziram-se, de ora em diante, em acusações ferozes e sistemáticas contra as principais figuras do PRP, tanto mais que, na cisão interna que começava a estabelecer-se, era a facção liderada por Afonso Costa, que ganhava dominância.³³²

O discurso de *O Povo de Aveiro* tornava-se cada vez mais intolerável para os republicanos. Sendo inaceitável restringir *de direito* a liberdade de imprensa, o novo governo conseguiu-o *de facto*, através da instigação de actos de violência praticados pelas massas «indignadas», nomeadamente, assaltos às sedes dos jornais e a destruição de tipografias.³³³ O ambiente de intimidação que então se vivia levou Homem Cristo a declarar, logo a 9 de Outubro de 1910: «Eu chamava trinta nomes ao rei (...) com o simples perigo de deixar cem mil reis no tribunal. Agora são cem vozes a dizer-me: (...) - Acautele-se! Não diga mal do Afonso Costa! Poupe o Bernardino! Não faça referências ao António José de Almeida!»³³⁴.

Os receios manifestados confirmaram-se: a 23 do mesmo mês o jornalista recebia ordem de prisão e o jornal, depois de busca

³³¹ Carlos Braga da Costa, *Percursos de Homem Cristo* (...), p.127.

³³² A institucionalização do novo regime criou rupturas dentro do próprio PRP, que, um ano volvido sobre a proclamação da República, se fraccionava em *democráticos*, *evolucionistas* e *unionistas*, liderados, respectivamente, por Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho. Neste matizado, o Partido Democrático, assumiu clara vantagem, transformando-se no partido hegemónico.

³³³ Após o 5 de Outubro, apenas dois jornais monárquicos, *O Liberal* e *o Portugal*, mantiveram a edição. A 10 de Outubro foram ambos assaltados e saqueados e os respectivos directores presos. *Apud* Carlos Braga da Costa, *op. cit.*, pp. 94-95.

³³⁴ «Monarquia sem rei» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1381, 09 Out.1910, p.2.

rigorosa às instalações, foi suspenso.³³⁵ A publicação foi retomada um mês volvido, prossequindo a publicação de artigos - autênticos desafios - contra os republicanos, especificamente, contra Afonso Costa. Numa altura em que se assistia a nova onda de assaltos de populares à sede de jornais monárquicos³³⁶, *O Povo de Aveiro* voltou a ser alvo de provocações e ameaças, e contra Homem Cristo foi dirigida a acusação «de preparar um *complot* contra a república com os jesuítas e monárquicos que albergava em [sua] casa»³³⁷.

Em Janeiro de 1911, o jornalista era formalmente intimado pelo Conselho de Ministros a abster-se de utilizar «linguagem inconveniente», deliberação sustentada pela lei de imprensa da República, que proibia a venda de «publicações pornográficas ou redigidas em linguagem despejada e provocadora»³³⁸. Permanece em aberto, por nos parecer inconclusiva, a apreciação do facto de Homem Cristo considerar que essa lei fora construída expressamente contra *O Povo de Aveiro*, sustentando que a questão «não est[ava] na palavra, mas na forma de escrever e na ideia». Assim, sete anos mais tarde, ao relembrar aquele episódio, não deixou de salientar que ninguém teve coragem para invocar como razão jurídica de acusação, a sua violenta campanha contra os republicanos, apesar de ser esse o motivo real.

³³⁵ Homem Cristo foi, posteriormente, conduzido a Lisboa, onde o aguardava uma multidão em fúria. Supostamente, o objectivo era o de se descurar a protecção, esperando que, no meio da confusão, o jornalista fosse assassinado. Carlos Braga da Costa não considera a tese do assassinato de todo inconsistente, referindo procedimentos idênticos conduzidos pelos republicanos de então. Homem Cristo acabou por sair em liberdade, ajudando a fundar em Aveiro o Partido Nacional Democrático, «composto por gente independente e honesta», cujo objectivo era «libertar Aveiro de uma demagogia que a desonra». Cfr. «Novo partido» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1390, 25 Dez.1910, p.2.

³³⁶ Casos do *Diário Ilustrado*, de *O Liberal* e do *Correio da Manhã*.

³³⁷ Cfr. Homem Cristo, «Cá estamos para o que der e vier» - *O de Aveiro*, n.º 91, 23 Dez.1917, p.1.

³³⁸ Graça Franco, *op. cit.*, p. 37.

Afirmando-se ameaçado de morte, Homem Cristo acabou por abandonar o país, rumo a Tui. *O Povo de Aveiro* veio a ser suprimido a 22 de Janeiro de 1911.³³⁹

A 14 de Outubro do ano seguinte, surgia, em Paris, *O Povo de Aveiro no Exílio*³⁴⁰. O objectivo dos colaboradores do jornal, na sua maioria emigrados portugueses em França, entre os quais um «núcleo duro» de manuelistas, era restaurar a Monarquia Constitucional, sob a liderança de D. Manuel. Um jornal publicado no estrangeiro, sob a censura, afigurava-se a solução ideal para contestar a pretensão democrática do regime.³⁴¹ Para tanto, o jornal propunha-se publicar, além de peças dos colaboradores, matérias que «sendo rigorosamente verdadeiras» fossem interditas em Portugal.³⁴²

Homem Cristo aceitou a proposta, não sem antes declarar o propósito de a ela aderir «com a mais completa independência e a mais absoluta liberdade»³⁴³ quer em relação aos republicanos quer em relação aos monárquicos. Esse propósito era, em certa medida, difícil de conciliar com a presença de monárquicos convictos no jornal.

O objectivo do jornalista aveirense era, sobretudo, o de substituir no poder os republicanos radicais, em cuja lógica não se revia, por um governo mais conservador. Apesar de considerar a ideia de República superior à de Monarquia, até ao termo da edição de *O Povo de Aveiro no Exílio* (1914), acreditou ser preferível, em nome dos «interesses portugueses» e da «dignidade nacional», a restauração da segunda à «canga do Ligório [Afonso Costa]», que

³³⁹ Para mais pormenores acerca deste incidente, consultar capítulo II - 2.2 deste trabalho.

³⁴⁰ Para informação adicional acerca das condições objectivas de publicação de *O Povo de Aveiro no Exílio*, consultar capítulo II, ponto 2.3 deste trabalho.

³⁴¹ *Apud* Carlos Braga da Costa, *op. cit.*, pp.174-175.

³⁴² «Expediente» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 3, 28 Out.1912, p. 2.

³⁴³ Homem Cristo, «Palavras simples» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 1, 14 Out.1912, p.1.

afirmava não merecer o nome de República nem de democracia.³⁴⁴ Se essa opção se fundava, por um lado, na convicção de que era preferível «uma monarquia ordeira e digna» à «república desordeira e desmoralizada», também se baseava na crença de que as formas de governo não eram determinantes para a «salvação da pátria».³⁴⁵ Para tanto, duas alternativas se desenhavam: a revolução dentro da República, desencadeada pelos republicanos «dignos desse nome» ou, inevitavelmente, a sublevação monárquica.³⁴⁶

Nas suas investidas, o jornal utilizou, entre outros processos, a depreciação dos embaixadores portugueses no estrangeiro, em particular João Chagas³⁴⁷, então ministro em Paris. Segundo Carlos Braga da Costa, neste período, sempre que se enveredava pela «fulanização das questões políticas (...) os raciocínios lógicos cediam lugar à futilidade banal e agressiva».³⁴⁸ Na sequência das acusações que lhe eram dirigidas, em Novembro de 1912, João Chagas reclamou a expulsão de Homem Cristo e de seu filho junto do governo francês, que acabou, porém, por ceder aos protestos da imprensa parisiense a favor dos dois jornalistas. Este episódio, que se repetiu cerca de um mês depois (desta feita, os dois jornalistas foram forçados a permanecer cerca de um mês em Londres), chegou a ameaçar as relações diplomáticas entre Portugal e França

³⁴⁴ Cfr. Homem Cristo, «Fatal dilema» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 40. 30 Abr.1914, p.2. Apesar de unidos pelo projecto comum da publicação de *O Povo de Aveiro no Exílio*, as posições políticas de Homem Cristo e de seu filho homónimo divergiam no essencial no que dizia respeito aos monárquicos. Se o primeiro acedia à restauração da Monarquia como um mal menor, o segundo, futuro admirador de Mussolini, encontrava-se activamente comprometido com as ideologias da extrema direita. Foi assim que, quando Homem Cristo Filho convidou o pai a colaborar na recém fundada revista *A Ideia Nacional*, lhe impôs: «não se refira aos monárquicos» (na segunda série, iniciada em 1916, o nome do director de *O Povo de Aveiro no Exílio* já não constava entre os colaboradores da revista). Cfr. Carlos Braga da Costa, *op. cit.*, pp. 206-207.

³⁴⁵ Cfr. «O de Aveiro» - *O de Aveiro*, n.º 91, 23 Dez.1917, p.1.

³⁴⁶ Homem Cristo, «O dilema está posto» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 32, 10 Mar.1914, p.1.

³⁴⁷ João Pinheiro Chagas (1863-1925) destacou-se como jornalista, panfletário, escritor, diplomata e político republicano, vindo a chefiar o primeiro Governo Constitucional da República.

³⁴⁸ Carlos Braga da Costa, *op. cit.*, p. 182.

e correspondeu a um momento alto da actuação de *O Povo de Aveiro no Exílio* contra a República portuguesa.

Para além de desacreditar a diplomacia portuguesa, o jornal deteve-se na denúncia da actuação da carbonária, das prisões indiscriminadas e do tratamento dos prisioneiros políticos. Segundo Carlos Braga da Costa, a campanha de descrédito da República desenvolvida em *O Povo de Aveiro no Exílio* foi decisiva para, numa Europa essencialmente monárquica, se «adensar o ambiente internacional já de si pouco propício ao desenvolvimento da política externa republicana»³⁴⁹.

Em Maio de 1915, ao abrigo da amnistia geral do governo Pimenta de Castro, Homem Cristo regressou a Portugal, onde viveu dias de grande instabilidade³⁵⁰. Duas semanas depois, na sequência da revolução de 14 de Maio de 1915, rumava de novo ao exílio, em Tui. Assim que a Alemanha declarou guerra a Portugal (Março de 1916), o jornalista apresentou, no consulado português, a sua disponibilidade para servir a pátria, disposto, para tanto, a esquecer as diferenças com monárquicos e com republicanos.³⁵¹ Acabou por lhe ser concedida a amnistia, condição imposta por António José de Almeida (1866-1929) para aceitar a presidência do ministério da União Sagrada³⁵².

Definitivamente em Portugal, fundou, *O de Aveiro*³⁵³, em cujas páginas desencadeou uma notável campanha patriótica contra os

³⁴⁹ *Idem*, p. 193.

³⁵⁰ «Chego a Portugal. Mas não me atrevo a dar por findo o meu exílio (...) não mudei nem mudo. *O Povo de Aveiro* será amanhã o que foi sempre. (...) E sendo assim, é claro que não venho para Portugal. Venho a Portugal, certo que o menos que poderá acontecer-me será retomar o caminho do exílio (...)». *O Povo de Aveiro*, n.º1394, 09 Maio 1915, p. 1.

³⁵¹ Cfr. *O de Aveiro*, n.º 2, 19 Mar.1916, p.1.

³⁵² Cfr. Francisco Manuel Homem Cristo, *Notas da minha vida* (...), vol. VII, p.62.

³⁵³ Consultar capítulo II - 2.4 deste trabalho para informação adicional acerca das condições objectivas de publicação de *O de Aveiro*.

germanófilos portugueses.³⁵⁴ Era a esta campanha que se referia Alberto Souto quando afirmou não ter visto «na imprensa portuguesa escrever nem mais nem melhor» e que os «artigos doutrinários e profundos de *O de Aveiro* não [tinham] apenas posto esta questão no seu verdadeiro pé - [tinham] esgotado o assunto e a argumentação».³⁵⁵

Foi, justamente, no contexto da Primeira Grande Guerra que se acentuou em Homem Cristo a consciência do «abismo» que o separava dos monárquicos, que se declaravam, abertamente, do lado dos alemães: «Desde essa hora, a nossa ruptura com os monárquicos foi fulminante (...) e resolvemos tomar decidido partido pela república».³⁵⁶ A nova postura levou, ainda, à reformulação das anteriores convicções relativamente à situação política portuguesa nos últimos anos da Monarquia: «não foram os republicanos, afinal, quem armou o braço de Buiça e de Costa. D. Carlos não foi vítima dos republicanos. Foi vítima dos monárquicos, miseráveis»³⁵⁷.

As agruras passadas não estavam, porém, resolvidas, pelo que Homem Cristo não hesitou em reafirmar o seu sentimento de «ódio profundo e eterno» ao ministério no poder, integrado por Afonso Costa. Não obstante, e porque pensava, acima de tudo, no cenário de guerra e na «hora de perigo e angústia nacional», declarou: «governem que eu lhes facilito, por mim, o caminho».³⁵⁸

Em Dezembro de 1917, a acção de *O de Aveiro* contra o golpe de Estado de Sidónio Pais, considerado inútil e criminoso no contexto de guerra, e identificado com o triunfo do «espírito germanófilo e monárquico» contra «o espírito patriótico e

³⁵⁴ Essa campanha concretizou-se, sobretudo, na rubrica regular «Portugal na Guerra», posteriormente compilada na forma de livro, publicado com o mesmo título.

³⁵⁵ Cfr. «Palavras amigas» - *O Povo de Aveiro*, n.º 582, 14 Maio 1939, p. 2.

³⁵⁶ «O de Aveiro» - *O de Aveiro*, n.º 91, 23 Dez. 1917, p.1.

³⁵⁷ «Data trágica» - *O de Aveiro*, n.º 47, 04 Abr. 1917, p.1.

³⁵⁸ «Sem condições» - *O de Aveiro*, n.º 1, 12 Mar. 1916, p.1.

republicano»³⁵⁹, levou Homem Cristo à prisão e à suspensão do jornal por dois meses.³⁶⁰

No final da ditadura sidonista, a forma como eram criticadas as posições do governo relativamente à participação de Portugal na Guerra, custou a Homem Cristo nova ordem da prisão. Nas eleições de 1918, realizadas com o país em estado de guerra e sem a presença dos partidos constitucionais da República, *O de Aveiro* reclamou que os republicanos «empreg[assem] todos os esforços e exer[cessem] toda a propaganda para que a abstenção [tivesse] a maior extensão possível»³⁶¹. Significativamente, esta notícia foi cortada pela Comissão de Censura. Perante os resultados eleitorais, comentava Homem Cristo, na edição de 18 de Maio de 1919: «Eu bem dizia (...) que as eleições seriam uma bela bota do governo, mais um golpe na república, mais uma vergonha nacional»³⁶².

Para *O de Aveiro* a origem dos males que afligiam o país continuava a ser a política partidária («quadrilhas políticas»), que fazia depender os seus destinos de um partido e da vontade de meia dúzia de indivíduos, fechados em «capelinhas», situação que em pouco fazia divergir a República da Monarquia absolutista.³⁶³ A frontalidade da análise de Homem Cristo levou-o mais longe: «nunca estivemos tão dispostos a dar para baixo nestes patifes como agora (...) nos patifes republicanos e nos patifes monárquicos, nos patifes socialistas e nos patifes bolchevistas, no bandido

³⁵⁹ Cfr. «O de Aveiro» - *O de Aveiro*, n.º 91, 23 Dez.1917, p.1.

³⁶⁰ Homem Cristo considerou a repressão vivida neste período superior à que conhecera, mesmo nos anos que se seguiram à implantação da República: «(...) Logo no dia 10 (...) corríamos grave risco de ser encarcerado. Que tínhamos denunciado o movimento! Que teríamos chamado rancheiro mor da armada ao Sr. Machado dos Santos! (...) Comparem com o que chamei ao Sr. Afonso Costa (...)». Homem Cristo, «Cá estamos para o que der e vier» - *O de Aveiro*, n.º 91, 23 Dez.1917, p.1.

³⁶¹ «Abstenção eleitoral» - *O de Aveiro*, n.º 101, 21 Abr.1918, p.3.

³⁶² Homem Cristo, «Cada vez pior» - *O de Aveiro*, n.º 140, 18 Maio1919, p. 1.

³⁶³ Cfr. Homem Cristo, «Espírito de quadrilha» - *O de Aveiro*, n.º 141, 25 Maio 1919, p.1.

político, que é sempre o mesmo, afivele ele a máscara da extrema direita ou da extrema esquerda (...) A verdadeira revolução ainda se não fez em Portugal»³⁶⁴.

Restabelecida a paz em 1918, Homem Cristo confrontou-se de novo com os democráticos, que acusou de praticarem a arbitrariedade e a corrupção. Em Agosto de 1919, *O de Aveiro* apoiou a eleição de António José de Almeida para presidente da República e, a 18 de Abril de 1925, a tentativa de golpe de estado da direita autoritária, protagonizada pelos militares que no ano seguinte estariam à frente do 28 de Maio. O golpe de estado era então entendido como uma reacção inevitável à «ditadura comunista», que mergulhava o país numa «desaforada anarquia».

Por ocasião do 28 de Maio de 1926, porém, Homem Cristo reconsiderava a anterior opinião, reconhecendo que a revolução militar, ao invés de «salvar o país das garras dos partidos» o tornara «uma grande taberna de comes e bebes, nada mais. [Havia] um só pensamento, um objectivo: a gamela. Todas as bulhas entre os comensais [tinham] um único fim: a posse da gamela».³⁶⁵

No início do último período de publicação, a posição de *O Povo de Aveiro* perante o governo do país era de algum antagonismo: «Simpatia pelo governo não temos, pois não é esta a ditadura que reclamávamos (...) Há muito que criticar nesta sociedade (...) com isenção, desprendido de considerações por classes, pessoas, partidos».³⁶⁶

A edição de 25 de Maio de 1930 e seguintes reflectiam já uma alteração perceptível da posição de *O Povo de Aveiro* perante o salazarismo. Referindo-se à «guerra baixa e mesquinha que os quadrilheiros na sombra» moviam a Salazar, a folha aveirense

³⁶⁴ «O de Aveiro» - *O de Aveiro*, n.º 147, 27 Jul.1919, p.1.

³⁶⁵ Cfr. Homem Cristo, «Tudo inútil» - *O de Aveiro*, n.º 450, 05 Set.1926, p.1.

³⁶⁶ Homem Cristo, «Explicando» - *O Povo de Aveiro*, n.º1, 01 Maio 1927, p.1.

declarou pretender fazer justiça ao estadista, chegando a aventar a possibilidade de o país caminhar para a «normalidade».³⁶⁷

A análise da questão da democracia, designadamente das democracias europeias, tornou-se central a partir desta altura. Este facto parece, em si mesmo, significativo de uma oposição à orientação ideológica dominante. Não obstante, o facto de ter abandonado, em grande medida, o anterior espírito aguerrido, valeu a *O Povo de Aveiro* a acusação de ter sido domesticado pelo Estado Novo e a Homem Cristo a de colaborar com o salazarismo.

A este respeito afigura-se importante recordar que o discurso de *O Povo de Aveiro* sempre fora pautado por uma dialéctica de oposição a determinadas figuras da geração política de Homem Cristo. Encontrando-se essas individualidades, umas falecidas, outras afastadas das lides públicas, o referente para o jornalista passou a ser um estado abstracto, habitado por indivíduos que não conhecia pessoalmente, cuja índole não dominava. O conhecimento pessoal dos dirigentes republicanos havia constituído um elemento com significado especial nas análises que protagonizou.

Para além disso, o próprio período que medeia entre o 28 de Maio de 1926 e o fim da publicação do jornal não é propenso a análises redutoras, sobretudo se for tido em consideração o rigor da censura de então. Em carta a um amigo, redigida aos 81 anos, Homem Cristo confessou: «tudo a censura me cortava como incompatível com o decoro do regime (...) Razão por que suspendi *O Povo de Aveiro* embora o não dissesse claramente pois a censura não mo permitiria»³⁶⁸.

³⁶⁷ Cfr. Homem Cristo, «Para onde vamos?» - *O Povo de Aveiro*, n.º155, 25 Maio 1930, p.1.

³⁶⁸ *Apud* Carlos Braga da Costa, *op. cit.*, p. 31.

2 - A questão clerical

No início da sua publicação, *O Povo de Aveiro* afirmava um anticlericalismo incondicional evocando, como fundamento, o positivismo científico e tomando o partido da ciência contra os dogmas da religião: «a igreja... o clero... tem fatalmente de desaparecer: as agonias em que ela se debate, lutando contra todas as invenções da ciência, contra as massas industriais, contra os sábios e contra todos, são os arrancos da morte»³⁶⁹.

Eram então divulgados textos diversos, muitos deles anónimos, que versavam a questão da separação entre os poderes da Igreja e do Estado: «enquanto a Igreja for um estado dentro do estado, o padre há-de ser sempre um senhor feudal nas paróquias e o povo o seu servo»³⁷⁰. Salienta-se, neste contexto, a publicação de um ensaio de Yves Guyot, na forma de folhetim, que promovia uma análise crítica do cristianismo.

Foi ainda desencadeada, nesse período inicial, uma poderosa campanha anticlerical no contexto do movimento republicano a favor dos enterramentos civis e da secularização dos cemitérios lançado na década de 1870.³⁷¹ Se, em Lisboa, a influência marcante do republicanismo tornava ineficaz a proposta oficial de construção de um muro divisório dentro dos cemitérios,

³⁶⁹ «Excertos» - *O Povo de Aveiro*, n.º 81, 12 Ago.1883, p.2.

³⁷⁰ «Ribeira de Fráguas» - *O Povo de Aveiro*, n.º 111, 09 Mar.1884, p.1.

³⁷¹ Foi com o enraizamento das estruturas do novo Estado liberal, associado à campanha contra o catolicismo tradicionalista, que se reuniram, em Portugal, as condições essenciais à gradual aceitação das novas formas de sepultamento. Da primeira «legislação cemiterial», decretada em 1835, destacou-se a criação de cemitérios públicos cuja administração e inspeção passou a pertencer às autoridades políticas. Apesar da lei continuar a postular os cemitérios como lugares sagrados, a oposição inicial a estas medidas esbateu-se, gradualmente, graças à persistência médico-sanitária e ao apoio de uma parte significativa da própria Igreja. Na década de 1870, os republicanos lançaram campanhas a favor dos enterramentos civis, que, por sua vez, conduziram à luta pela secularização dos cemitérios. Fernando Catroga, «Morte romântica e religiosidade cívica», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 5.

noutros pontos do país o mesmo não acontecia, continuando a Igreja a usufruir da hegemonia cultural que lhe permitia o controlo sobre esses actos. A questão fundamental traduzia-se em conciliar a liberdade de pensamento e a proibição das perseguições por motivos religiosos, garantidos pela Carta Constitucional, com a exclusão praticada pela Igreja relativamente ao enterramento nos cemitérios públicos de um número cada vez maior de corpos de indivíduos que, na segunda metade do século XIX, se definiam livremente à margem do catolicismo.

Apesar de localizada na parte norte do país, historicamente mais conservadora e com índices elevados de resistências à penetração das novas medidas reguladoras, Aveiro possuía feição mais progressista comparativamente a locais como Braga e Viana.³⁷²

A campanha desencadeada neste contexto por *O Povo de Aveiro*, em Outubro de 1883, visava, justamente, a denúncia da forma discriminatória como as autoridades locais conduziram o primeiro funeral civil na região, do «operário e livre-pensador» Jerónimo Salgado, fazendo enterrar o caixão num espaço de acesso ao cemitério. Para além da abertura de uma subscrição pública para a aquisição de uma lápide (o início da sua construção foi anunciado quase um ano volvido, na edição de 27 de Julho de 1884), a campanha em apreço compreendeu a divulgação de textos diversos sobre a secularização dos cemitérios e enterros civis na Europa, a transcrição de artigos de solidariedade publicados noutros órgãos da imprensa periódica, a reprodução de cartas de protesto de figuras de nomeada do republicanismo português³⁷³, bem como a publicação da posição oficial do directório do PRP sobre a matéria em apreço.

³⁷² Em Aveiro, a construção do primeiro cemitério público data de 1838.

³⁷³ Cfr. *O Povo de Aveiro*, n.º 91, 21 Out.1883.

A postura anticlerical de *O Povo de Aveiro* manifestou-se, ainda, pela publicação de textos contra o aumento do jesuitismo em Portugal. A nível local, a denúncia dos «coitos» jesuíticos assumiu forma exemplar através da oposição contra a admissão das Irmãs de Caridade no hospital de Aveiro.³⁷⁴ A campanha foi iniciada a 18 de Março de 1888, e evocava, como fundamento histórico, as tradições liberais da cidade, concretamente a revolta de 16 de Maio de 1828 (Mártires da Liberdade), e as posições de José Estêvão sobre a mesma matéria³⁷⁵.

Manuel Firmino de Almeida Maia³⁷⁶, um dos principais opositores de José Estêvão e então governador civil de Aveiro, apoiado por José Luciano de Castro, ordenara a dissolução da mesa eleita da Santa Casa da Misericórdia e a subsequente nomeação de uma comissão, que despediu o pessoal civil do Hospital, admitindo, para o seu lugar, Irmãs de Caridade. Vendo, neste facto, uma afronta à memória do tribuno e aos sentimentos

³⁷⁴ Segundo Fernando Catroga, a chegada das Irmãs de Caridade francesas a Portugal, em 1857, obedeceu a uma «estratégia delineada pela cúria romana para o restabelecimento da influência da Igreja na sociedade portuguesa». Este acontecimento deu origem a uma confrontação ideológica entre clericais e anticlericais. Na Câmara dos Deputados, entre aqueles que contestam a presença das religiosas francesas em Portugal, contavam-se José Estêvão, Mendes Leal e Lobo de Ávila. Os católicos, fortalecidos com a reintrodução das ordens religiosas, desenvolveram organizações associativas, e, em resposta, os liberais e republicanos intensificaram, sobretudo a partir de 1880, a luta antijesuítica na imprensa, em debates parlamentares e através de comícios políticos. A partir de 1887, as Irmãs de Caridade penetraram nos hospitais da província, o que levantou protestos na imprensa e deu origem à realização de comícios anticlericais em várias cidades, entre elas Aveiro e Porto. Fernando Catroga, «O Estado e a Igreja», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 5.

³⁷⁵ Na sequência do alegado rapto das educandas do Convento de Sá (uma das quais sobrinha de José Estêvão), para se juntarem às Irmãs de Caridade, o tribuno aveirense pronunciou no Parlamento, em 1861, os famosos discursos contra aquela colectividade, alguns deles reproduzidos em *O Povo de Aveiro*, durante a campanha em apreço, tornando-se o grande adversário da sua introdução em Portugal. Significativamente, a inauguração da estátua do tribuno, no largo do Município, mesmo em frente ao hospital, encontrava-se prevista para o ano em que foi iniciada a campanha em *O Povo de Aveiro*.

³⁷⁶ Fortemente visado pela folha aveirense, em Agosto do mesmo ano, Manuel Firmino de Almeida Maia tentou processar o jornal. Cfr. *O Povo de Aveiro*, n.º 341, 19 Ago.1888, p.2.

liberais da cidade O Povo de Aveiro reclamou, em edições sucessivas até Setembro do mesmo ano, o fim do arbítrio da Santa Casa da Misericórdia, havendo semanas em que se publicavam suplementos diários. Quando o ministro do reino deu ordem de despejo às

Irmãs de Caridade, em artigo intitulado «Urra pela cidade de Aveiro!», a folha aveirense exultou: «As irmãs de caridade acabam de ser expulsas da pátria de José Estêvão. Não se despediram, como falsamente se apregoou por aí. Foram repelidas pela opinião pública (...) pelos liberais da nossa terra»³⁷⁷. Em números subsequentes transcreveram-se mensagens de apreço da imprensa nacional pela cobertura dada a esta questão.³⁷⁸

Em Abril de 1900 O Povo de Aveiro foi condenado por pretensas «ofensas à religião do Estado» (a descrição do processo consta das edições de Julho a Agosto do mesmo ano). Afonso Costa, incumbido da defesa, conseguiu a absolvição do jornal. Em Setembro do mesmo ano, foi lançada nova campanha anticlerical,



³⁷⁷ «Urra pela cidade de Aveiro!» - O Povo de Aveiro, n.º 346, 23 Set. 1888, p. 1.

³⁷⁸ Após esta vitória, prosseguiu a campanha contra Manuel Firmino de Almeida Maia (cfr. capítulo IV - 1.1 deste trabalho) e contra o corpo de administração da Santa Casa da Misericórdia, que veio a ser despejado em Novembro de 1888. Cfr. «Venceu a liberdade! Viva o povo!» - O Povo de Aveiro, n.º 360, 25 Nov. 1888, p. 1.

que duraria cerca de um ano, desta feita, de denúncia de «imoralidades nos conventos e recolhimentos religiosos» directamente motivada pela morte de uma freira no Convento das Trinas em Lisboa. Indicativo da verdadeira intenção da publicação desses artigos foi o facto de serem sucessivamente intitulados «O caso das Trinas», «A questão clerical: a propósito do caso das Trinas» e, por fim, simplesmente, «A questão clerical». Significativamente, também, neste período começaram a ser publicados, em folhetim, excertos da obra anticlerical de Eça de Queirós «O crime do Padre Amaro».

Em meados de 1902, a campanha anticlerical foi transitoriamente suplantada em importância pela questão da educação: «ainda hoje retirámos o artigo desta secção para dar lugar à momentosa questão do analfabetismo, que não admite demora pela sua extrema importância. A *Questão Clerical* não impõe agora urgência. Mas descansem que não a largaremos»³⁷⁹.

Sensivelmente um ano antes da proclamação da República, e após um anticlericalismo assumido, claramente demonstrado na organização temática e nas campanhas empreendidas, *O Povo de Aveiro* mudava de atitude perante o fenómeno religioso. Afirmava, então, não ser possível desaproveitar a contribuição da Igreja na obra de construção da sociedade portuguesa. A intransigência para com o padre passou a ser considerada «uma prova manifesta de inferioridade» e uma demonstração de «espírito de seita» e de «fanatismo». Em lugar de ser afastado, defendia que este devia ser estimulado a converter-se num «instrumento de civilização e de progresso público».³⁸⁰

Esta inflexão não significou, porém, a modificação das «opiniões religiosas», «filosóficas» e «políticas» de *O Povo de*

³⁷⁹ «A questão clerical» - *Povo de Aveiro*, n.º 947, 08 Jun.1902, p.1.

³⁸⁰ «Factos e críticas» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1324, 05 Set.1909, p.1.

Aveiro, mas, tão simplesmente, que a questão fundamental passara a ser identificada no perfil moral do indivíduo: «com um padre honesto (...) eu entendo-me, e podemos juntos, dentro da mútua tolerância e liberdade, servir as ideias, a pátria e a liberdade. Mas com bandidos, ou eles tenham etiqueta republicana, ou etiqueta monárquica, todo o acordo e entendimento é impossível». A solução para os males nacionais era vista na união dos «homens honestos de todos os partidos, de todos os cultos, de todas as escolas políticas, religiosas e filosóficas», na formação de uma «onda irresistível da opinião e das energias somadas».³⁸¹

Após a implantação da República, o período inicial de publicação de *O Povo de Aveiro no Exílio* foi marcado por uma influência perceptível dos monárquicos radicados em França, que se traduziu na abertura de algumas concessões ideológicas, designadamente em relação à questão religiosa. Assim, logo no primeiro número, foi publicado um artigo de Alberto Pinheiro Torres, «O problema religioso», que estabelecia a apologia da influência do «espírito cristão» sobre o poder político: «Esquecem as instituições (...) que a luta social que ameaçadoramente agita o mundo se agravou na hora terrível em que o espírito cristão desapareceu das leis e das instituições políticas».³⁸²

Basicamente, a ideia defendida em *O Povo de Aveiro no Exílio* era a de que a dissolução dos valores religiosos conduzia à anarquia política e à desagregação social, tanto mais que, processando-se de forma acelerada, instituía uma verdadeira ruptura com os valores tradicionais.³⁸³ O próprio Homem Cristo partilhava essa convicção, pois, mesmo «sem ser crente», compreendia «a parte prática e positiva do processo e da

³⁸¹ Cfr. «Vinte oito anos de luta» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1345, 30 Jan.1910, p.1.

³⁸² Alberto Pinheiro Torres, «O problema religioso» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 1, 14 Out.1912, p.1.

³⁸³ Cfr. Homem Cristo, «O espírito religioso» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 41, 07 Mar.1914, p.1.

doutrina». ³⁸⁴ As noções de religião, tradição, ordem e moralidade transmitidas durante a fase do exílio correspondiam, em suma, a uma perspectiva ideológica de oposição contra os republicanos no poder.

Em 1916, após o regresso a Portugal, *O de Aveiro* defendeu abertamente a liberdade religiosa e os direitos dos católicos ³⁸⁵ e declarou o benefício de integrar os jesuítas, apesar dos erros do passado, criticando, concomitantemente, os republicanos por não compreenderem que «a religião é uma grande força social quando bem aproveitada» ³⁸⁶. Esta reafirmação da supremacia do poder civil, associada à garantia da liberdade do culto a todas as crenças religiosas, irá manter-se até ao final da publicação de *O Povo de Aveiro*.

3 - Educação e instrução

Logo no início da publicação de *O Povo de Aveiro*, em 1882, os problemas da educação e do ensino ocuparam posição cimeira na sua ordenação temática. Esta preocupação inseria-se, claramente, no contexto do projecto republicano emergente, de inspiração positivista, que visava a reforma das mentalidades no sentido do progresso europeu, sobretudo pela via da instrução e da educação, e foi avivada pela consciência da falta de cultura intelectual do povo português, generalizada no final do século passado.

³⁸⁴ Cfr. Homem Cristo, «Alerta! Alerta!» - *O Povo de Aveiro no Exílio*, n.º 44, 28 Maio 1914, p.1.

³⁸⁵ «Católicos» - *O de Aveiro*, n.º 7, 30 Abr.1916, p.2.

³⁸⁶ «Os Jesuítas» - *O de Aveiro*, n.º 51, 04 Mar.1917, p.2.

Apesar dos esforços empreendidos por constitucionais e republicanos no sentido da abertura democrática, foi denunciada a incapacidade de implementação efectiva da instrução pública, que se traduzia na conservação de elevados índices de analfabetismo e, também, do analfabetismo latente das elites.³⁸⁷ O facto de a instrução pública não se encontrar generalizada implicava que continuassem a vigorar os antigos processos de ensino, considerados manifestamente insuficientes numa sociedade em que os progressos materiais operavam uma transformação completa e repentina. Somando a este quadro o afastamento geográfico de Portugal relativamente aos circuitos mundiais da comunicação e da troca das ideias, *O Povo de Aveiro* considerava fatal a emergência de enormes desequilíbrios externos e internos se a educação não fosse cumprida de forma inteiramente nova.

A folha aveirense fazia, então, publicar ensaios doutrinários, que estabeleciam a educação enquanto condição de liberdade e da democracia, comentava os programas de ensino vigentes, analisava os elevados índices de analfabetismo do país, apelava à obrigatoriedade do ensino. O Método de João de Deus e a Associação de Escolas Móveis de Casimiro Freire eram referidos, neste contexto, como objecto de especial apreço.

Para além do próprio Estado, o exército era apontado como um dos pilares em que se devia apoiar a tarefa de erradicação do analfabetismo, no campo específico da educação de adultos, mediante a generalização do ensino escolar obrigatório por

³⁸⁷ Apesar dos esforços empreendidos pelos governos de então, o analfabetismo diminuiu apenas cerca de 1% por década entre os anos de 1870 e a República e, na Europa, apenas a Roménia e a Sérvia revelavam índices superiores aos portugueses. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p.636.

Companhias³⁸⁸. Como exemplo de viabilidade desta proposta, foram apontados os resultados obtidos por Homem Cristo nas campanhas de alfabetização realizadas, a partir de 1900, no *Regimento de Infantaria 14*, divulgadas no *Povo de Aveiro*, com periodicidade regular, entre 1901 e 1904.

A negligência a que era votada a instrução pública em Portugal era atribuída, entre outros factores, ao predomínio do catolicismo. Ao contrário dos países protestantes, em que todos os esforços, públicos e privados se concentravam no desenvolvimento da sociedade através do ensino, os países católicos eram identificados pelo desprezo a que lançavam o ensino do povo. As posições fortemente anticlericais defendidas em *O Povo de Aveiro* foram atenuadas, nos últimos anos da Monarquia, ganhando relevo as propostas de participação das estruturas da Igreja no combate, em larga escala, ao analfabetismo.³⁸⁹

Após o regresso de Homem Cristo do exílio, a folha aveirense continuou a privilegiar os assuntos da Educação, porque acreditava, como anteriormente, que a regeneração nacional não dependia exclusivamente da acção dos políticos, mas sim dos vários sectores da sociedade e, sobretudo, de uma verdadeira reforma das mentalidades e da instrução do povo.

Foram, então, publicadas, numa base regular as «Cartas de longe»³⁹⁰, que promoviam, entre outros, a análise do sistema de ensino português por comparação com o de outros países da

³⁸⁸ Remonta a 1815 uma tentativa de criação de escolas nos quartéis, medida pioneira da educação de adultos em Portugal. Provavelmente da iniciativa de Beresford, este projecto não correspondia, porém, a um plano global de combate ao analfabetismo, mas antes à necessidade de elevação da cultura do exército, vindo a ter, aliás, curta duração. Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, pp. 525-528.

³⁸⁹ Consultar capítulo V - 3 deste trabalho para informação adicional acerca da mudança de atitude de *O Povo de Aveiro* relativamente à questão clerical.

³⁹⁰ Redigidas durante a estadia de Homem Cristo no exílio, estas «Cartas» abordavam questões várias relacionadas com a sociedade portuguesa de então, com destaque para os assuntos da educação, perspectivados no contexto europeu.

Europa, designadamente a França. Ressaltava a ideia de que a perda de qualidade do ensino em Portugal era agravada pela curta duração do ano escolar português comparativamente ao francês³⁹¹, pelo facto de os feriados e as férias serem em maior número em Portugal do que em França e pela diferença dos horários semanais³⁹². A desigualdade entre os dois sistemas era identificada, também, numa maior extensão dos programas franceses. Quanto à organização curricular, foi evidenciada a valorização acrítica e superficial de modelos estrangeiros, nomeadamente o inglês e o alemão, considerados arquétipos de desenvolvimento sócio-económico.

Em Maio de 1916, salienta-se o início da longa polémica que opôs Homem Cristo e Alfredo Pimenta, que teve por base a questão da instrução pública e conceitos divergentes de educação.³⁹³

Em 1918 (edição de 15 de Setembro) publicaram-se comentários sobre a situação preocupante do país, patente no «aterrorador inquérito ao saber nacional». Em 1919, *O de Aveiro* noticiava a fundação por Homem Cristo de uma Liga de Educação Nacional³⁹⁴, com características suprapartidárias.

Em 1923, teve início a publicação da célebre polémica em torno da Faculdade de Letras da Universidade do Porto travada entre Homem Cristo e Leonardo Coimbra³⁹⁵, marcada por uma

³⁹¹ Estes decorriam, respectivamente, de 16 de Outubro a 30 de Junho, e de 1 de Outubro a 14 de Julho, ou seja, o ano escolar em Portugal durava menos um mês que em França.

³⁹² Em Portugal, no ensino secundário, a nenhuma disciplina eram concedidas seis horas de aula por semana; em contrapartida, em França não faltavam disciplinas com seis, sete, oito e nove tempos lectivos semanais.

³⁹³ Consultar capítulo V - 1.5 deste trabalho para informação mais pormenorizada sobre essa polémica.

³⁹⁴ Homem Cristo, seu fundador, entendia esta Liga como uma «uma escola, e de modo nenhum, no sentido vulgar do termo, um partido», afirmando, mesmo, que «só será verdadeiramente forte quando estiver fora e acima dos partidos». A posição do jornalista à frente da Liga não pretendia ser a de um «chefe», mas a de um «ponto de concentração». Cfr. «Liga de Educação Nacional» - *O de Aveiro*, n.º 170, 11 Jan.1920, p.2.

³⁹⁵ Consultar capítulo V - 1.6 deste trabalho para informação mais pormenorizada sobre essa polémica.

enorme frontalidade: «Se os leitores sabiam já que todo o ensino era uma burla (...) nenhum podia esperar que ele viesse a converter-se numa indecência pública, como na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob a batuta do filósofo Leonardo»³⁹⁶.

Entre 1921 e 1922, Sílvio Pélico Filho analisou, demoradamente, a necessidade da reforma do ensino técnico em Portugal, os problemas do ensino normal primário, a questão do recrutamento de professores e a sua competência pedagógica. Comparando o sistema educativo português com os dos países mais avançados da Europa, nomeadamente, os inglês, francês e alemão, propôs a reorganização e intensificação do ensino técnico e o alargamento do ensino secundário liceal para oito anos (que podia ser mais caro, visto destinar-se preferencialmente e por natureza às classes abastadas, com tradição fortemente literária).

Em 1927, o jornal acompanhou de perto o congresso dos professores primários, fazendo publicar, em paralelo, textos de análise do fenómeno do analfabetismo como «causa proeminente» da «estagnação» do país.³⁹⁷ Em 1934, sob o título «Portugal lê pouco», eram analisados os insuficientes hábitos de leitura dos portugueses. Para além disso, e a título de exemplo, em 1936 foram divulgados textos de Alexandre Herculano sobre a instrução pública e uma série de artigos sobre o ensino da História em Portugal.

³⁹⁶ «Universidade do Porto» - *O de Aveiro*, n.º 301, 25 Fev.1923, p.1.

³⁹⁷ Fernando Homem Cristo, «O analfabetismo» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1, 01 Maio 1917, p.2.

4 - As polémicas

Ao longo das seis décadas da sua edição, *O Povo de Aveiro* publicou inúmeras polémicas³⁹⁸ que opuseram Homem Cristo a diversas personalidades da cena local e nacional. As respostas dos visados eram tornadas públicas através de órgãos da comunicação periódica que, por razões políticas ou outras, com eles se identificavam. As contendas possuíam motivações distintas, oscilando entre uma natureza predominantemente filosófica e, simples divergências profissionais.

Apresenta-se, seguidamente, um breve esboço de seis polémicas - com o Padre Fernandes, Jaime de Magalhães Lima, Afonso Costa, Dantas Baracho, Alfredo Pimenta e Leonardo Coimbra - seleccionadas pela dimensão que assumiram no espaço do jornal.³⁹⁹

4.1 - Padre Fernandes

Em Outubro de 1899, foi publicado no *Povo de Aveiro* o primeiro texto de uma polémica que duraria até ao final do

³⁹⁸ Entende-se aqui por polémica uma controvérsia que opõe, de forma manifesta, as partes envolvidas (normalmente duas).

³⁹⁹ A abordagem das polémicas em apreço deveria incluir a análise das respostas dos antagonistas nos jornais em que foram publicadas. As condições objectivas de realização deste trabalho, agravadas pela dificuldade de consulta das fontes, apenas permitiram o tratamento das mesmas sobretudo através da informação contida em *O Povo de Aveiro*.

ano seguinte, travada entre Homem Cristo e o Padre Fernandes⁴⁰⁰, que respondia no jornal *Vitalidade*⁴⁰¹. Em causa encontrava-se, inicialmente, o facto de este rejeitar a teoria *darwinista* da evolução, o que, para Homem Cristo constituía mais uma prova da incompatibilidade, histórica e actual, da Igreja com a Ciência. Esta polémica constituía, aliás, uma oportunidade para visar, não a «entidade Fernandes» mas a «entidade padre»⁴⁰².

Fundamentando-se na «autoridade científica» de um amplo leque de autores e num vasto e erudito conjunto de obras⁴⁰³, Homem Cristo propunha-se demonstrar que o cristianismo não havia sido «um progresso mas um recuo na civilização»⁴⁰⁴.

O artigo polémico de propaganda anti-religiosa e anticlerical deu gradualmente lugar ao texto doutrinário, onde se transcreviam excertos das obras referidas, com destaque para autores como Yves Guyot, Letourneau e Alexandre Herculano.

Na sequência da polémica em apreço, *O Povo de Aveiro* foi condenado «por ofensas à religião do Estado», tendo sido

⁴⁰⁰ A ausência de referência completa sobre o nome do «Padre Fernandes», não permitiu a determinação rigorosa da sua identidade. Avança-se a hipótese de se tratar de Manuel Fernandes Santana (1864-1910), jesuíta, ordenado sacerdote em 1895, especialista em exegese bíblica. Em finais do século XIX, no contexto da emergência, em Portugal, das concepções materialistas e positivistas, o Padre Fernandes Santana tornou-se conhecido quando, no seu livro *Questões de Biologia* (1899-1900), criticou as posições defendidas pelo Prof. Miguel Bombarda, revelando um elevado nível filosófico e ampla informação científica. Consciente da debilidade da imprensa católica, dedicou-se, então, ao jornalismo de fundo no periódico *A Opinião*, colaborando em vários outros órgãos. Destaca-se, ainda, a sua importante acção em prol da educação das classes populares.

⁴⁰¹ Consultar capítulo I - 2 deste trabalho para informação acerca do jornal *Vitalidade*.

⁴⁰² «O Reverendo Fernandes» - *Povo de Aveiro*, n.º 10, 22 Out.1899, p. 2.

⁴⁰³ Entre as obras e os autores citados contam-se os seguintes: *L'évolution des Mondes et des Sociétés*, de Camille Dreyfus, *Bible de l'Humanité*, de Michelet, *Révolution Chrétienne et Révolution Social*, de Charles Malato, *Les Conflits de la Science et de la Religion*, de John William Draper, *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, *L'évolution Religieuse dans les Diverses Races Humaines*, de Letourneau, *Études sur les Doctrines Sociales du Christianisme*, de Yves Guyot, *História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, de Herculano, *A Ciência e o Jesuitismo*, de Miguel Bombarda.

⁴⁰⁴ «O Reverendo Fernandes» - *Povo de Aveiro*, n.º 14, 10 Nov.1899, p. 2.

defendido em tribunal por Afonso Costa, então lente da Universidade de Coimbra e deputado pelo Porto.⁴⁰⁵

4.2 - Jaime de Magalhães Lima

No início da década de 1900, alguns republicanos de Aveiro aderiram ao Partido Regenerador, representado na localidade por Jaime de Magalhães Lima⁴⁰⁶, dando origem, na opinião do *Povo de Aveiro*, a «um grupo verdadeiramente daninho para a causa liberal».

Com início em Outubro de 1901, a polémica teve origem imediata no facto de Homem Cristo denunciar o apoio inicialmente prestado por Jaime de Magalhães Lima à candidatura para a presidência da Câmara Municipal de Aveiro do ex republicano Francisco Regala (Francisco «Carranca»). Se, até então, Homem Cristo se revelara relativamente indiferente à política local, daí em diante passou a declarar-se «o adversário mais irreconciliável dos

⁴⁰⁵ Cfr. «O Reverendo Fernandes» - *Povo de Aveiro*, n.º 36, 22 Abr.1900, p. 1. O *Povo de Aveiro* vem a ser condenado a pena de prisão ou caução de 500\$000 reis. Afonso Costa apela, porém, da sentença e o jornal é absolvido.

⁴⁰⁶ Jaime de Magalhães Lima (1859-1936), natural de Aveiro, concluiu o curso de Direito em 1880, dedicando-se, desde cedo, ao estudo dos grandes problemas sociais. Foi deputado e dirigiu, em Aveiro, o Partido Regenerador. Em 1892 foi eleito presidente do Município de Aveiro. Abandonou, mais tarde, a política, para se dedicar aos livros e à sua colecção de eucaliptos, em Eixo, então considerada a mais notável da Península. Ensaísta, conferencista, contista, romancista, defendeu uma democracia baseada nos conceitos da moral cristã, num nacionalismo transcendental e num universalismo de raízes panteístas. Para além de assídua colaboração na imprensa, chegou a publicar cerca de duas dezenas de títulos, entre os quais, *Estudos sobre a literatura contemporânea* (1886), *A Democracia* (1888), *Cidades e paisagens* (1889), *As doutrinas de Leão Tolstoi* (1892), *Sonho de perfeição* (1901), *Na paz do Senhor* (1903), *Reino da saudade* (1904), *A língua portuguesa e os seus mistérios* (1923), *Dificuldades étnicas e históricas da insinuação do nacionalismo na arte contemporânea* (1931), *O amor das nossas coisas e alguns que bem o serviram* (1933).

jaimistas»⁴⁰⁷. Segundo o jornalista aveirense, «Jaime de Magalhães Lima [era] muito bom para se extasiar diante de Tolstoi, das flores e da Virgem Santa, mas completamente nulo como valor prático, mas inteiramente incapaz de prestar à cidade de Aveiro um serviço importante»⁴⁰⁸.

No seguimento da desinteligência, Homem Cristo denunciou a hipocrisia inerente à distinção do antagonista como «filho da terra», recordando que, já em 1886, este fora visado pela folha aveirense por apoiar, no jornal *A Província* (Porto), a supressão de Aveiro como sede de unidade administrativa ou militar⁴⁰⁹, argumentando que «o concelho da Mealhada termina[va] a dois passos de Coimbra e Espinho (...) parec[ia] um bairro do Porto».⁴¹⁰ Proclamou, ainda, que, quando foi presidente do município aveirense, Magalhães Lima «fez o que fazem todos os morgados: arranjou um procurador, um substituto, e foi passear»⁴¹¹, pelo que «não [tinha] direitos nenhuns à veneração que intenta[va] impor. Em face dos princípios, (...) só merec[ia] a guerra aberta de todos aqueles que [tivessem] amor à liberdade».⁴¹²

No jornal *Vitalidade*⁴¹³ Homem Cristo passou a ser «apedrejado» e Jaime de Magalhães Lima pôs em tribunal o editor do *Povo de Aveiro*, na altura João Pinto Evangelista. O motivo da acusação eram os «escritos publicados sobre a epígrafe *Pulhas*», entre eles, «covarde», «repugnante poltrão», «canalha» e

⁴⁰⁷ «O Carranca» - *Povo de Aveiro*, n.º 914, 20 Out.1901, p.1.

⁴⁰⁸ «O Carranca» - *Povo de Aveiro*, n.º 915, 27 Out.1901, p.1.

⁴⁰⁹ Esta posição foi tida como oportunista, uma vez que João Franco, que também pertencia ao Partido Regenerador e era, então, ministro, defendia a abolição de unidades concelhias e distritais, em função dos interesses do Tesouro. Homem Cristo referia-se a Jaime de Magalhães Lima como «francáceo» justamente devido à sua afinidade com aquele estadista.

⁴¹⁰ Cfr. *Povo de Aveiro*, n.º 930, 09 Fev.1902, e n.º 931, 16 Fev.1902, pp. 1, 2.

⁴¹¹ «O Sr. Lima» - *Povo de Aveiro*, n.º 956, 10 Ago.1902, pp. 1, 2.

⁴¹² «O Sr. Lima» - *Povo de Aveiro*, n.º 956, 10 Ago.1902, pp. 1, 2.

⁴¹³ Cfr. capítulo I - 2 deste trabalho para informação acerca do jornal *Vitalidade*.

«garoto».⁴¹⁴ A folha aveirense respondeu com indignação: «O Sr. Homem Cristo há-de-lhe meter os artigos pela boca abaixo em pleno tribunal. E o Sr. Lima há-de-os engolir (...) Olaré!».⁴¹⁵

A defesa do *Povo de Aveiro* ficaria a cargo de Alexandre de Albuquerque, advogado de Estarreja, vindo o editor a ser condenado a trinta dias de prisão e quinze dias de multa a 500 réis por dia.⁴¹⁶

4.3 - Afonso Costa

As desinteligências com Afonso Costa⁴¹⁷ remontavam ao julgamento do *Povo de Aveiro* referido na polémica com Jaime de Magalhães Lima. O advogado republicano recusara, na altura, defender o jornal, ou seja, Homem Cristo, autor da maior parte dos artigos processados, evocando as relações de amizade

⁴¹⁴ As acusações reportavam-se aos números 932, 933 e 934 do *Povo de Aveiro* (respectivamente de 23 de Fevereiro e de 02 e 09 de Março de 1902). Cfr. Autos de corpo de delito (A: Jaime de Magalhães Lima, R: João Pinto Evangelista), Comarca de Aveiro - 1902. N.º 132, Maio n.º 9.

⁴¹⁵ «O Sr. Lima» - *Povo de Aveiro*, n.º 956, 10 Ago.1902, pp. 1, 2.

⁴¹⁶ O *Povo de Aveiro* apelou da sentença ao Tribunal de Relação do Porto, que reduziu a pena para apenas dez dias de multa a 500 réis por dia. Cfr. «Nós e o Sr. Juiz de Aveiro» - *Povo de Aveiro*, n.º 958, 24 Ago.1902, p.1.

⁴¹⁷ Afonso Augusto da Costa (1871-1937), formado em Direito, foi lente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1896) e deputado pelo PRP (1900). Combateu com violência a ditadura de João Franco. Com a República, foi ministro da Justiça do Governo Provisório, tendo partido da sua legislatura as leis basilares do novo regime, nomeadamente, a da Separação da Igreja e do Estado, da Imprensa, do Divórcio e do Casamento Civil. Ao definirem-se as forças partidárias do novo regime, fundou o Partido Democrático. Ocupou, posteriormente, os cargos de Chefe de Governo e de ministro das Finanças (1913 e 1915). Defendeu a participação de Portugal na Primeira Grande Guerra. Reconciliado com António José de Almeida, constituiu a União Sagrada. Em Abril 1917 foi de novo eleito Chefe de Governo. Exilado em França durante a ditadura de Sidónio Pais, não voltou a residir em Portugal. Com a queda deste estadista, foi nomeado chefe da delegação portuguesa à Conferência da Paz e à Sociedade das Nações.

que o ligavam aos indivíduos visados nos mesmos. Na altura, a folha aveirense não comentara este gesto de Afonso Costa.

Em Dezembro do mesmo ano (1902), porém, na sequência da elevação do imposto do piso, o grupo de Magalhães Lima terá incitado o povo das aldeias que, entre outros distúrbios, apedrejou o edifício da Câmara Municipal e assaltou a fábrica de moagem de Manuel Homem Cristo, um velho republicano e editor de *O Povo de Aveiro*. Tendo sido processados alguns dos infractores, Magalhães Lima conseguiu que Afonso Costa assumisse a sua defesa. Homem Cristo bradou: «o doutor Afonso não se pode dizer republicano para, à sombra desta etiqueta, prejudicar os princípios democráticos. (...) Se o doutor Afonso se declarar *francáceo* amanhã, não prejudica com isso a causa republicana»⁴¹⁸.

As hostilidades estavam abertas: «depois de [Afonso Costa] tomar partido abertamente pelo grupo de Jaime Magalhães Lima, (...) ainda investiu connosco descabeladamente. Ai sim? Pois, doutor Afonso, estamos como o outro: em legítima defesa. Conte connosco»⁴¹⁹. Ao longo de 1903, foram continuamente publicados artigos contra Afonso Costa.

A contenda foi retomada em Janeiro de 1907, quando, sob as epígrafes «Centros Republicanos» e «Democracia», Homem Cristo criticou Bernardino Machado⁴²⁰ por este ter afirmado «a necessidade de uma religião republicana e aconselh[ado] a idolatria dos santos dessa nova religião», alegando que esta afirmação

⁴¹⁸ Cfr. «Dr. Afonso Costa» - *Povo de Aveiro*, n.º 975, 21 Dez.1902, p.2.

⁴¹⁹ Cfr. «Dr. Afonso Costa» - *Povo de Aveiro*, n.º 975, 21 Dez.1902, p.2.

⁴²⁰ Bernardino Machado (1851-1944), formado em Filosofia e Grão-mestre da Maçonaria, foi, durante a Monarquia, Par do Reino (1890) e ministro das Obras Públicas (1893). Em 1903, aderiu ao PRP, integrando o seu Directório um ano depois. Após o 5 de Outubro, ocupou os cargos de ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório e, posteriormente, de primeiro ministro (1913) e de presidente da República (1915 e 1925). Em 1927 partiu para o exílio de onde desenvolveu notável acção de propaganda contra a ditadura.

contrariava o princípio da democracia, «contrária a todos os cultos e a todos os dogmas»⁴²¹.

Através de artigos publicados em *O Mundo*⁴²², Afonso Costa tomou o partido de Bernardino Machado e, a dada altura, desafiou Homem Cristo na sua honra militar, provocando-o para um duelo.⁴²³ Este não chegou a realizar-se porque o jornalista aveirense se recusou a agir contra a lei que o proibia, se opunha a esse género de desafronta e, ainda, porque o Directório do PRP considerara, em tribunal de honra, não haver motivo para desagravo entre os polemistas. Por ter acatado este veredicto, foi julgado em Conselho de Disciplina Militar, que determinou a sua passagem à reforma.

4.4 - Dantas Baracho

No contexto da cerrada oposição de Homem Cristo contra o PRP, *O Povo de Aveiro* publicou, em Setembro de 1909, um artigo de censura contra o general Dantas Baracho⁴²⁴, pelo facto de, em 1902, este ter abandonado o Partido Regenerador, supostamente por verificar que Hintze Ribeiro não cumpria a promessa de o nomear para o cargo de ministro da

⁴²¹ «Democracia» - *Povo de Aveiro*, n.º 1190, 10 Fev.1907, p.1.

⁴²² Fundado em 1900, o jornal *O Mundo*, dirigido por França Borges, é considerado um dos elementos decisivos da propaganda e informação republicanas.

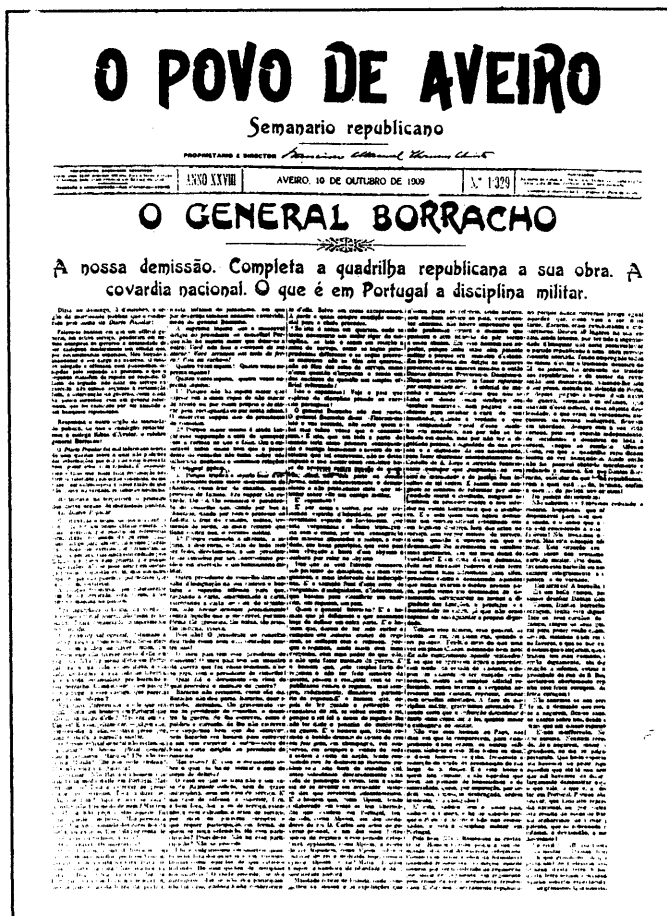
⁴²³ Cfr. «O caso Homem Cristo: história resumida» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1201, 28 Abr.1907, p.1.

⁴²⁴ Sebastião de Sousa Dantas Baracho (1844-1921) foi militar, escritor e político. Aluno do Colégio Militar, assentou praça em cavalaria em 1861, vindo a alcançar o posto de general. Na década de 1880 iniciou-se em política, defendendo os seus ideais com extraordinário vigor. Foi comissário régio para a delimitação de fronteiras da África Ocidental (1891-92). Perante a dissolução das instituições monárquicas, atacou o regime nos derradeiros anos da sua existência, vindo a aderir à causa republicana. Para além de colaboração na imprensa (*O Mundo*, *Gazeta Comercial*, *O Imparcial*, *Diário Ilustrado*, etc.), publicou, entre outros livros, *A questão ibérica* (1881), *Questões militares* (1888), *O convénio* (1902), *A defesa nacional* (1904), *Entre duas reacções* (1917-1919).

Guerra. O general foi apodado de ser, simultaneamente, «republicano», porque passou a privar com os jornalistas de *O Mundo*, e «monárquico», porque não chegou a filiar-se no PRP e mantinha as prerrogativas do cargo que ocupava no exército.⁴²⁵

Em *O Mundo*, o visado limitou-se, inicialmente, a anunciar o seu propósito de «desprezar» as insinuações da folha aveirense.

Homem Cristo intensificou o ataque, propondo a reforma «por incapacidade moral» do general (que passou a chamar *Dantas Borracho*), por este ter beneficiado de comissões durante a sua longa carreira militar, por ser «amimado» e «festejado» apesar do seu «jogo bifronte com monarquia e



república». Por extensão, a crítica de Homem Cristo dirigia-se também ao PRP, que demonstrava não passar de «uma edição correcta e aumentada da podridão monárquica» ao erguer Baracho a «símbolo de cavalheiro nacional», apesar de este não se declarar republicano porque lhe convinha «ser republicano e monárquico».⁴²⁶

Desta feita, o general queixou-se ao ministro da Guerra. *O Povo de Aveiro* interpretou a acusação como obra do «bandido

⁴²⁵ «Factos e críticas» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1324, 05 Set.1909, p.1.

⁴²⁶ «Ex-Dantas Borracho» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1327, 26 Set. 1909, p.2.

Afonso Costa», planeada «no *Mundo* e entre a gente do *Mundo*» com o objectivo de «liquidar» Homem Cristo, já que não o conseguiam reduzir à «obediência» e à «passividade».⁴²⁷ O jornalista exprimiu a sua indignação por este conflito ter sido levado para a esfera militar, pois considerava que o ataque não se dera entre o «general» e o «capitão reformado», mas entre o «redactor do *Mundo*» e o de *O Povo de Aveiro*, entre «o amigo da quadrilha republicana» e o «o inimigo dessa quadrilha».⁴²⁸

Homem Cristo veio a ser condenado a trinta dias de prisão correcional, cumpridos na Torre de S. Julião, na Barra. Na sequência deste litígio, pediu a demissão do exército, pois rejeitava a possibilidade de ser de novo limitado por estar ligado a essa instituição, ainda que na situação de reservista.

4.5 - Alfredo Pimenta

Em Abril de 1916, teve início a longa polémica entre Homem Cristo e Alfredo Pimenta⁴²⁹ (a quem o primeiro também

⁴²⁷ «Dantas...» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1328, 03 Out.1909, p.2.

⁴²⁸ «Resposta mansa» - *O Povo de Aveiro*, n.º 1330, 17 Out.1909, p.1.

⁴²⁹ Alfredo Augusto Lopes Pimenta (1882-1950), formado em Direito, investigador da História Nacional, foi professor liceal em Lisboa, dedicando-se, posteriormente, à política e ao jornalismo. Colaborou, entre outros, no jornal evolucionista, *República*, de António José de Almeida, no jornal *A Restauração*, de Homem Cristo Filho, e na secção «Cultura estrangeira - Cultura portuguesa» do *Diário de Notícias*. Ocupou o cargo de conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1931), de director do Arquivo Municipal de Guimarães (1931), de vogal do Conselho Superior de Instrução Pública (1932) e de director da Torre do Tombo (1949). Foi fundador do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e da Academia Portuguesa de História. Na sequência da revolução de 14 de Maio de 1915, tomou-se adepto das soluções monárquicas e, mais tarde, defensor do germanismo. Pelos seus ideais políticos foi uma das figuras mais discutidas do seu tempo. Publicou cerca de centena e meia de livros e opúsculos, entre os quais, *Política portuguesa - Elementos para a solução da crise nacional* (1913), *A solução monárquica* (1915), *Estudos filosóficos e críticos* (1930), *História de Portugal* (1934), *Subsídios para a História de Portugal* (1937), *Estudos históricos* (1937-1948), *Idade Média* (1946).

chamava «parvo intelectualizado», «pulha de bem» e «Monsieur le Pepinou»), que duraria, com diversas interrupções, até 1930.

O pomo da controvérsia era a questão, muito discutida em Portugal na primeira metade deste século, da relação entre «instrução» (dirigida à inteligência) e «educação» (dirigida ao carácter).⁴³⁰ Alfredo Pimenta entendia que o povo português era mais mal educado que ignorante, declarando, no jornal *A Voz*, que este «não precisa[va] de instrução, pois sab[ia] demais para a educação que [tinha]». Para este publicista, era necessário, antes de mais, educar, civilizar, o povo e, só depois, dar-lhe instrução.⁴³¹

Homem Cristo contestou vigorosamente estas posições, sustentando que a instrução era o principal instrumento da educação, sobretudo nas sociedades modernas, que não comportavam já os processos tradicionais.

Esta questão prendia-se, inevitavelmente, com outra, também amplamente debatida na época: a da relação entre instrução popular e criminalidade. Baseando-se na lógica anterior, Alfredo Pimenta proclamava que «abrir uma escola» equivalia «a abrir dez cadeias»⁴³²: «Ensinar o povo português a ler e a escrever para tomar conhecimento das doutrinas corrosivas de panfletários sem escrúpulos, ou das facécias malcheirosas que no seu beco escuro vomita todos os dias qualquer garoto da vida airada, ou das mentiras criminosas dos foliculários políticos, é inadmissível».⁴³³

⁴³⁰ No período liberal, os termos «educação» e «instrução» eram quase sempre empregues indistintamente, apesar de algumas tentativas de distinguir os dois conceitos, nomeadamente na revista *O Panorama* (1839): «A educação é mais ampla que a instrução, porque abrange todos os meios para desenvolver e cultivar todas as faculdades do homem (...) a instrução, porém, é um desses meios, destina-se a exercitar só uma espécie dessas faculdades, isto é, as intelectuais». Luís Reis Torgal, «Instrução Pública - O sentido e a força de um conceito liberal», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 5, pp. 609-610.

⁴³¹ Cfr. Homem Cristo, «Eduquem o povo» - *O de Aveiro*, n.º 9, 14 Maio 1916, p.2.

⁴³² *Idem, ibidem*. Esta afirmação pretende contrapor-se ao dito de Vítor Hugo «por cada escola que se abre um cárcere se fecha».

⁴³³ *Apud* Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 727.

O jornalista aveirense considerava que as posições do antagonista chegavam a ser atentatórias, considerando os índices de analfabetismo do país (na altura ainda na ordem dos 62%). Apesar de reconhecer as limitações da acção da escola nos meios socio-económicos degradados, socorreu-se de várias estatísticas europeias e da opinião de autores eminentes para concluir que a instrução tinha o poder de diminuir a criminalidade.

Após alguma hesitação, Alfredo Pimenta acabou por reagir às provocações que lhe eram dirigidas: «O senhor [Homem Cristo] está velho e doente (...) Nada lhe diria se não visse hoje a afirmação de que lhe tenho medo. Eu medo do senhor? Que riso!».⁴³⁴ Sob a epígrafe «Educação e Instrução», procurou, no jornal *O Dia*, «destruir o efeito das vergalhadas [que o deixavam] a escorrer sangue». ⁴³⁵

A polémica foi ainda retomada, com várias interrupções, entre 1928 e 1930.⁴³⁶ Alfredo Pimenta, que publicava, desta feita, os seus artigos no jornal *A Voz*, solicitou ao governo a demissão de Homem Cristo de professor de História da Faculdade de Letras do Porto, alegando falta de legitimidade científica do mesmo.

Comentando, ainda, a questão da relação entre instrução e criminalidade, o jornalista justificou, então, a sua convicção com algum humor: «você o prova, Pimenta. Sem a escola, você, que tem péssimas qualidades, já estava no cárcere há muito tempo. Com a

⁴³⁴ «O traidor Pimenta» - *O de Aveiro*, n.º 11, 28 Maio 1916, p.1.

⁴³⁵ «Educação e instrução» - *O de Aveiro*, n.º 11, 28 Maio 1916, p.3.

⁴³⁶ A temática da polémica sobre educação e instrução foi ainda retomada, em 1934, num tom significativamente mais moderado, com o cónego arouquense Inocêncio Peres de Noronha Galvão, director do *Jornal da Beira*, sob a rubrica «Eduquemo-nos». À pergunta «Eduquemo-nos como? Em que cartilha? Quais os princípios basilares da preconizada educação? Onde estão os mestres, os modelos a imitar?», Homem Cristo respondeu: «Em que cartilha? Mas o ilustre articulista não tem na mão uma magnífica cartilha, que é o seu jornal? (...) O mestre? Os modelos a imitar? O mestre é o jornalista. O mestre é o senhor. E sendo bom o jornalista, probo, íntegro, culto, inteligente, não há melhor modelo a imitar». Cfr. Homem Cristo, «Eduquemo-nos» - *O Povo de Aveiro*, n.º 359, 26 Ago.1934, p.1.

escola você ficou no tiro civil. Sem a escola teria ido muito além disso. Foi a escola que o deteve (...).⁴³⁷

Neste período, Homem Cristo escolheu, também, como motivo de crítica, o facto de Alfredo Pimenta, no seu livro *Tratado de Versificação Portuguesa*, considerar *Os Lusíadas* «uma obra medíocre, senão detestável» e Camões «uma espécie de poeta... de água doce». Indignado, desabafou: «Eu bato-lhe com a pena. Mas ele precisa que lhe batam com o bico da bota e com a pena».⁴³⁸

4.6 - Leonardo Coimbra

Em 1923, estalava, em *O de Aveiro*, a polémica entre Leonardo Coimbra⁴³⁹, director da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e Homem Cristo, então professor de História da mesma Faculdade.

⁴³⁷ «Sempre o parvalhão» - *O Povo de Aveiro*, n.º 146, 23 Mar.1930, p.1.

⁴³⁸ «O orelhudo Pimenta» - *O Povo de Aveiro*, n.º 89, 27 Jan.1929, p.1.

⁴³⁹ Leonardo Coimbra (1883-1936), filósofo, escritor e professor, desenvolveu a maior parte da sua actividade no Porto, com posição de relevo quer do ponto de vista académico quer no campo da cultura. Em 1907, com Cláudio Basto, Jaime Cortesão e Álvaro Pinto, fundou a revista *Nova Silva*, onde exprimiu um pensamento de tendência anarquista. Em 1908, encontrava-se entre os fundadores da sociedade dos *Amigos do ABC*, destinada a combater o analfabetismo. Em 1910, após a proclamação da República, colaborou na primeira série da revista *A Águia*. Foi também figura destacada da *Renascença Portuguesa*. Foi ministro da Instrução em 1919 (criação das Escolas Primárias Superiores, reforma da Biblioteca Nacional, criação da Faculdade de Letras do Porto) e em 1923 (defesa da manutenção do ensino religioso nas escolas particulares). Desde o anarquismo da juventude, a evolução de Leonardo Coimbra fez-se em sentido marcadamente religioso, vindo a converter-se ao Catolicismo. Publicou os livros *Criacionismo* (1912), *A Morte* (1913), *Pensamento criacionista* (1915), *A Alegria, a Dor e a Graça* (1916), *A luta pela imortalidade* (1919), *O pensamento filosófico de Antero de Quental* (1921), *A razão experimental* (1923), *Jesus* (1923), *S. Francisco de Assis* (1927), *Notas sobre a abstracção científica e o silogismo* (1927), *A Filosofia de Bergson* (1934) e *A Rússia de hoje e o Homem de sempre* (1935), tendo saído, postumamente, *O Homem às mãos com o destino* (1950).

Homem Cristo acusava opositor, a quem também chamava o «Imbra» (alusão à suposta homossexualidade do visado, forjada por alunos da Faculdade), de promover a nomeação arbitrária de professores, de sub-arrendar parte do edifício da Faculdade, de faltar ou se atrasar frequentemente às reuniões do conselho escolar, de consentir que se não lavrassem actas das mesmas reuniões, de criticar professores nos cafés públicos, de consentir que «outros professores» faltassem sucessivamente às aulas, de tolerar que os alunos copiassem nos exercícios escritos: «Estava abandalhada, achincalhada, exautorada, a alta e nobre missão do professor (...) [Leonardo Coimbra] nunca se manteve nos limites legais e honestos de director da Faculdade».⁴⁴⁰

A causa imediata do litígio foi o afastamento de Homem Cristo da Faculdade na sequência de uma acusação de fraude por este apresentada contra um aluno: «quem foi expulso (...) não foi o estudante insolente (...) a quem já se tinha perdoado o crime (...) de ter assinado por outro numa prova de exame (...) mas o professor, que no rigoroso cumprimento do seu dever o reprovava (...)».⁴⁴¹

O escândalo causado pelos artigos de *O de Aveiro* deu origem a uma sindicância à Faculdade de Letras do Porto, que terminou com a absolvição do seu director. Homem Cristo, impedido de voltar à Faculdade devido à incompatibilidade pessoal e profissional criada, solicitou nova averiguação. Leonardo Coimbra

⁴⁴⁰ Cfr. «Universidade do Porto: a Faculdade de Letras» - *O de Aveiro*, n.º 300, 18 Fev.1923, pp. 1, 2. Em 1919, quando ocupava a pasta de ministro da Instrução Pública, Leonardo Coimbra criou a Faculdade de Letras do Porto por transferência da de Coimbra. Após forte contestação desta decisão, o Parlamento viria a confirmar a criação daquela Faculdade, ficando Leonardo Coimbra como seu Director, mantendo, porém, a de Coimbra. Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, pp.690-691, 705-706.

⁴⁴¹ «Universidade do Porto: a Faculdade de Letras» - *O de Aveiro*, n.º 300, 18 Fev.1923, pp. 1, 2. Em homenagem aos seus méritos e cultura, pouco depois do termo da Segunda Grande Guerra, Homem Cristo foi nomeado professor catedrático da recém-criada Faculdade de Letras da Universidade do Porto, função que desempenhou até atingir o limite de idade, com alguns anos de interrupção da docência por incompatibilização com outros docentes.

antecipou-se, porém, anunciando a sua ida à Câmara dos Deputados, onde se propunha questionar a competência científica e moral do jornalista aveirense. Este contra-atacou, de imediato, em *O de Aveiro*: «Ai vai? Pois lá me encontrará!»⁴⁴².

Em Novembro de 1914, Leonardo Coimbra levava o assunto para a Câmara dos Deputados, onde o ambiente lhe era afecto. A sensação generalizada no final do seu discurso foi a de que Homem Cristo ficara esfrangalhado e desmoralizado. O velho jornalista respondeu, porém, com intervenções que deixaram marca.⁴⁴³ Comentou, a propósito, Moreira de Almeida em *O Dia*: «Ai, Sr. Leonardo Coimbra, mais lhe valia ter quebrado uma perna do que subir àquela tribuna».⁴⁴⁴

A oração de Homem Cristo foi considerada, por alguns comentadores, «um dos casos mais singulares da nossa vida parlamentar, a que raros antecedentes congéneres se poderão apontar - como, salvaguardadas as diferenças de estilo, das personalidades e das circunstâncias, os de Garrett contra Rodrigo da Fonseca Guimarães, de José Estêvão contra Costa Cabral, e alguns mais».⁴⁴⁵

A partir de Abril de 1923, além de atacar Leonardo Coimbra pessoalmente e como director da Faculdade, Homem Cristo passou a atacá-lo também como escritor: «(...) nunca supusemos que se houvesse descido tanto neste país (...) Porque é necessário que seja enorme, enormíssima, excedendo tudo quanto se poderia imaginar, a degradação intelectual deste povo, para se colocar num

⁴⁴² Homem Cristo era, na altura, deputado pelo círculo eleitoral de Timor.

⁴⁴³ Os discursos de Homem Cristo foram integralmente publicados nos n.ºs 378 e 379 de *O de Aveiro*, respectivamente de 16 e 23 de Novembro de 1924.

⁴⁴⁴ *Apud* Eduardo Cerqueira, «Homem Cristo», *Aveiro e o seu Distrito: Publicação semestral da Junta Distrital de Aveiro*. Águeda: Gráfica Ideal, 1969. N.º 8, p 49.

⁴⁴⁵ *Idem, ibidem*.

trono, como se colocou, o autor de tantas e tantas baboseiras, que não passa afinal de um chapado imbecil». ⁴⁴⁶

Em números sucessivos de *O de Aveiro*, Homem Cristo dedicou-se, então, a meter a ridículo passagens da obra de Leonardo Coimbra. Do livro *A Alegria, a Dor e a Graça*, seleccionava a expressão: «para coexistir é preciso, antes de mais nada, existir», destacando a evidência: «Verdadeiro calino. Porque chove? Porque cai chuva». Da obra *Luta pela imortalidade*, salientava: «tirar um copo de água dos flancos duma serra é um acto de piedade filial», declarando-se «mudo de espanto, sem saber que comentário (...) fazer».

Chamou ainda a atenção para o facto de os aspectos que colocava em evidência serem gerais e não exclusivos de uma ou outra das obras de Leonardo Coimbra, «feitas em horas infelizes ou em períodos de menor cultura do filósofo». ⁴⁴⁷ No contexto da sua actividade autoral, o director da Faculdade de Letras do Porto foi ainda acusado de plagiar, em *O pensamento criacionista*, o livro *Genealogia dos símbolos*, do filósofo catalão Diego Ruiz.

No que diz respeito à reacção dos leitores a estes artigos, não deixou de fazer notar que «a gargalhada, e estrondosa, [foi] geral». Referiu, a propósito, o caso de um professor de um liceu de Lisboa que afirmava numa carta: «Provavelmente vou deixar de ler *O de Aveiro* - As transcrições e comentários que V. Ex.a faz dos livros do *Imbra* fazem-me rebentar a rir e eu tenho muita vontade de viver mais algum tempo (...)». ⁴⁴⁸

⁴⁴⁶ «Os mil e um pensamentos do Imbra» - *O de Aveiro*, n.º 310, 29 Abr.1923, p.2.

⁴⁴⁷ Cfr. «Os mil e um pensamentos do Imbra» - *O de Aveiro*, n.º 310, 29 Abr.1923, p.2.

⁴⁴⁸ Cfr. «Os mil e um pensamentos do Imbra» - *O de Aveiro*, n.º 309, 22 Abr.1923, p.1.

CONCLUSÕES

A fundação de *O Povo de Aveiro*, em 1882, inscreveu-se numa época de decisivo desenvolvimento da imprensa. O radicalismo do discurso dos órgãos da oposição denotava já o poder notável dos meios de comunicação de massas e certificava, simultaneamente, o vigor de uma acção política travada num plano mais alargado, que tinha como alvo o poder instituído.

A implantação do republicanismo era então significativa apenas nos grandes centros urbanos do país: na sua região, a folha aveirense constituiu-se como o primeiro jornal representativo daquele movimento.

Num momento inicial, a conformidade de *O Povo de Aveiro* com as forças dominantes do PRP era manifesta. A sua actuação inscrevia-se, claramente, no contexto do paradigma emergente, de inspiração positivista e socializante, exemplarmente evidenciado no destaque conferido aos assuntos da educação e do ensino e no forte pendor anticlerical.

Apesar de continuar a afirmar o ideal republicano, três anos após a sua fundação, o jornal iniciou um percurso de progressiva desvinculação de qualquer grupo instituído ou programa partidário. Esta viragem política, assinalada já com bastante clareza na crítica à ambiguidade de alguns dirigentes republicanos perante o Ultimato, radicalizou-se no contexto do pós-31 de Janeiro, tanto por influência da difícil posição de Homem Cristo (que passou a ser alvo do antagonismo dos monárquicos e da crítica dos republicanos), quanto da desagregação ocorrida dentro do próprio PRP.

A nova orientação passou a caracterizar-se, sobretudo, por uma tendência simultaneamente radical e conservadora: radical na ruptura

frontal com o poder instituído, nomeadamente com a política oficial do PRP, conservadora na postura evolucionista que preconizava. Progressivamente, esta atitude foi secundada por uma maior abertura ideológica, sobretudo em relação à Igreja, à qual passa a ser reconhecido valor particular no combate à anarquia e à desagregação social.

Após o 5 de Outubro de 1910, *O Povo de Aveiro* intensificou a anterior oposição, demarcando-se quer do recuo prudente dos jornais monárquicos, quer do entusiasmo da imprensa republicana. O predomínio assumido pela facção do PRP liderada por Afonso Costa agravou a incompatibilidade de Homem Cristo com o projecto da República e os novos dirigentes eram abertamente censurados por não terem preparado o povo para um regime democrático. O ministério no poder não relevou esses ataques frontais, suprimindo a folha aveirense passados três meses sobre a proclamação da República.

A publicação de *O Povo de Aveiro no Exílio*, sob censura, proporcionou uma conjuntura ideal para se retomar a crítica da presunção democrática do regime, assumindo especial relevância, neste âmbito, a denúncia das perseguições políticas em Portugal. A noção então privilegiada era a de uma monarquia «ordeira e digna» era preferível a uma república «desordeira e desorganizada».

Foi no contexto da campanha patriótica anti-germanófila, desencadeada durante a Primeira Grande Guerra, que a folha aveirense acedeu, pela primeira vez, à colaboração com o governo da República, apesar de se encontrar então no poder a União Sagrada, que integrava o Partido Democrático e Afonso Costa, até então alvos preferenciais das suas investidas.

A acção contra o excesso repressivo da ditadura sidonista levou à suspensão do jornal e à prisão de Homem Cristo. Perante o estado de anarquia prevalecente após o término da Guerra e o assassinato de Sidónio Pais, o jornalista defendeu soluções governativas autoritárias, acolhendo mesmo, com algum favor, o golpe militar de 1926. A radicalização das posições da ditadura, corporizada, em 1928, através da ascensão do general Carmona e de Salazar, afastou, porém, as expectativas anteriores.

Com o Estado Novo verificou-se uma certa neutralização do ímpeto crítico da folha aveirense. Para tanto terá concorrido, indubitavelmente, o rigor da censura de então. Não pode também ser desprezada a circunstância dos tradicionais adversários de Homem Cristo se encontrarem já falecidos, exilados, ou, simplesmente, demasiado idosos para qualquer participação nos círculos políticos activos. Não obstante, o facto da análise da questão das democracias europeias ter ocupado, então, posição de destaque afigura-se, por si só, significativo de uma oposição à orientação ideológica vigente.

O aspecto eminentemente político de *O Povo de Aveiro* é indissociável do facto dos seus períodos de publicação terem sido determinados por momentos marcantes da história política e social, designadamente, o 31 de Janeiro de 1891, a implantação da República, a participação de Portugal na Guerra e o fim da Primeira República. A circunstância dos vários decretos reguladores da liberdade de imprensa terem, quase sempre, resultado na prisão de Homem Cristo e/ou na suspensão, supressão ou mudança de título do jornal, é igualmente indicativa, se não de uma perseguição deliberada, pelo menos de uma grande adequação de *O Povo de Aveiro* aos imperativos políticos da sua época.

*F*oi ao nível da região que se manifestaram os resultados mais expressivos da acção de *O Povo de Aveiro* no âmbito doutrinário, designadamente no que se refere à penetração da ideologia republicana e à superação de contextos sócio-políticos perversos, como foi considerado o caso do caciquismo local.

Essa constatação não é, em si, suficiente para inscrever o jornal como órgão da imprensa local. As questões específicas da região não foram, aliás, determinantes na construção da sua identidade: eram investidas de maior relevância sobretudo na medida em que contribuíam para concretizar preceitos de natureza ideológica, que inscreviam o periódico num quadro mais abrangente, de âmbito nacional.

O alcance da recepção de *O Povo de Aveiro* é certificado não só através da amplitude das temáticas, como do universo dos seus assinantes, rapidamente alargado às várias regiões do país, às ilhas adjacentes, ao Brasil e a África e, posteriormente, a vários países europeus e do continente americano. Este acolhimento, que se traduziu num aumento significativo da tiragem, afere o verdadeiro vigor da proposta do jornal e não deve ser desvalorizado pelo facto de ter sido conflituosa a sua aceitação junto das classes dominantes, atendendo, sobretudo, aos inúmeros factores de desinteligência entre Homem Cristo e a linha hegemónica do PRP. O sucesso ao nível da recepção contribuiu, aliás, em grande medida, para tornar intolerável, aos olhos dos republicanos, a irreverência do discurso do jornal.

A influência de Francisco Manuel Homem Cristo na definição do carácter inconfundível de *O Povo de Aveiro* é incontestável. A própria vida do jornal acompanhou de muito próximo a existência do

seu redactor principal. Com excepção dos primeiros anos, em que foram publicados artigos assinados por nomes ilustres do republicanismo português, os trabalhos de colaboração, sobretudo os artigos de opinião, foram pouco expressivos, o que, em certa medida, contribuiu para uma progressiva identificação do periódico com a figura do jornalista.

O progressivo isolamento de *O Povo de Aveiro* é indissociável do facto de Homem Cristo ter sido ostracizado pelas elites das várias vertentes sociais e políticas, designadamente após os acontecimentos do 31 de Janeiro de 1891, pelo que deve ser avaliado, sobretudo, como consequência da recusa de uma relação pacífica com os grupos hegemónicos vigentes.

As circunstâncias apontadas não podem, porém, ser tomadas como um factor de desvalorização da imagem e significado do jornal, redutor da sua dimensão plural e da sua representatividade ideológica. Em *O Povo de Aveiro* repercute-se um impacto que ultrapassa a expressão de um indivíduo. Foi certamente uma voz minoritária, mas foi uma voz nacional e que representou a voz pública de muitos cidadãos.

A caracterização de *O Povo de Aveiro*, em obras de reconhecido mérito, como jornal sensacionalista é igualmente redutora. Sem pretender iludir as razões que, porventura, sustentam essa apreciação, parece no entanto evidente que a folha aveirense alcançou mais longe, dado que, mesmo nos seus períodos mais virulentos, não se resumiu a um «lavar de roupa suja». Por outro lado, é importante salientar que o artigo sensacionalista não era, de forma alguma, exclusivo de *O Povo de Aveiro*, mas se encontrava generalizado na imprensa da época, merecendo a preferência do público.

Não obstante as suas fases de «panfleto terrível», da publicação de *O Povo de Aveiro* destacam-se, sobretudo, os inúmeros momentos de doutrinação pura e a intenção pedagógica, que o inscrevem, com nitidez, como órgão da imprensa de opinião.

A escassez de referências a *O Povo de Aveiro*, que tem confinado o periódico a uma posição subalterna, semelhante ou, mesmo, inferior à de pequenos e efémeros jornais de província, não impede o reconhecimento do seu legado para a fixação de quase sessenta anos da memória local e, porventura, nacional.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

O Povo de Aveiro (29 Jan.1882 - 21 Fev.1892; 29 Ago.1909 - 22 Jan.1911; 09/16 Maio 1915; 01 Maio 1927 - 29 Jun.1941)

Povo de Aveiro (20 Ago.1899 - 14 Mar.1909)

O Povo de Aveiro no Exílio (14 Out.1912 - 08 Ago.1914)

O de Aveiro (12 Mar.1916 - 05 Set.1926)

O Povo de Aveiro, (Número único de homenagem à memória de Homem Cristo, aniversário da sua morte - 25 Fev.1944)

Obras de Francisco Manuel Homem Cristo

Banditismo Político. A Anarquia em Portugal. Madrid: Imprensa de Gabriel Lopez del Horno, 1912.

Cartas de longe [2.ª série]. Em defesa da instrução do povo. Aveiro: Tipografia Nacional, de Homem Cristo, 1922.

Cartas de longe. A instrução secundária em Portugal e em França. Aveiro: Tipografia de António Conceição Rocha, 1915.

Monárquicos e republicanos. Porto: Livraria Escolar Progrédior, 1928.

Notas da Minha Vida e do Meu Tempo. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C^a, s.d. [1936], [7 vol.].

O Bolchevismo na Rússia. Aveiro: Tipografia Nacional, 1919.

Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão. Lisboa: Empresa Editora J. J. Nunes & C.^a, 1891.

Portugal na Guerra. Aveiro: Tipografia Nacional, 1917.

Pró pátria. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.^a, [1937, 1^a edição 1905].

Outras obras de referência

BARRADAS, Luís, *Homem Cristo e Leonardo Coimbra no Parlamento*. Lisboa: Latineia, 1941.

BARREIROS, Cecília, *Nacionalismo e modernismo; de Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981.

BARTHES, Roland, *O grau zero da escrita*. Lisboa: Edições 70, 1989.

CARQUEJA, Bento, *O Comércio do Porto: notas para a sua história*. Porto: Oficinas gráficas de O Comércio do Porto, 1934.

CARVALHO, Alberto Arons de, *A censura e as leis de imprensa*. Lisboa: Seara Nova, 1973.

CARVALHO, Alberto Martins de, «Democracia em Portugal», Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Iniciativas Editoriais, 1979. Vol 2.

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CATROGA, Fernando, «Cientismo, política e anticlericalismo», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 5.

- CATROGA, Fernando, «Morte romântica e religiosidade cívica», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 5.
- CATROGA, Fernando, «O Estado e a Igreja», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 5.
- CATROGA, Fernando, «Os caminhos polémicos da “geração nova”», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 5.
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991. Vol. 1.
- CERQUEIRA, Eduardo - «Jornais e jornalistas aveirenses», *Aveiro e o seu Distrito: Publicação semestral da Junta Distrital de Aveiro*. Águeda: Gráfica Ideal, 1968. N.ºs 5 e 6.
- CERQUEIRA, Eduardo - «Homem Cristo», *Aveiro e o seu Distrito: Publicação semestral da Junta Distrital de Aveiro*. Águeda: Gráfica Ideal, 1969. N.º 8.
- CERQUEIRA, Eduardo - «Notas sobre a implantação da República em Aveiro e seus antecedentes», Separata da revista *Aveiro e o seu Distrito: Publicação semestral da Junta Distrital de Aveiro*. Águeda: Gráfica Ideal, 1976.
- CERQUEIRA, Eduardo - «Três cartas de reconciliação com Homem Cristo», *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro, 1964. N.º 119.
- COSTA, Carlos Manuel Braga da, «Homem Cristo Jornalista», in *Homem Cristo: O homem, a obra e o seu tempo. Comunicações apresentadas no quinquagenário da sua morte*. Aveiro: Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1995.
- COSTA, Carlos Manuel Braga da, *Percursos de Homem Cristo: Ideologia e política na «República Velha» (1910-1917)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996. Tese de mestrado.

- CRATO, Nuno, *Comunicação Social: A Imprensa*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- CRISTO, António e GASPAR, João Gonçalves, *Calendário histórico de Aveiro*. Aveiro: Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1986.
- FERREIRA, David, «Ditadura», Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Iniciativas Editoriais, 1979. Vol 2.
- FRANCO, Graça, *A censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- GONÇALVES, Maria Alice Oliveira Lusitano e GONÇALVES, António Augusto, *Agitada vida de Homem Cristo*. Aveiro: Edição dos autores, 1975.
- GONÇALVES, Maria Alice Oliveira Lusitano e GONÇALVES, António Augusto, *Singular vida de Homem Cristo Filho*. Aveiro: Edição dos autores, 1972.
- MARQUES, A. H. de Oliveira [coord.], «Portugal da Monarquia para a República», *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. Vol. 11.
- MATTOSO, José, «A consciência nacional», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 1.
- NETO, Vítor, «O Estado e a Igreja», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 5.
- OLIVEIRA, Barradas de, «Homem Cristo: o dragão de Aveiro», Vitorino Nemésio [dir.], *As Grandes Polémicas Portuguesas*. Lisboa: Editorial Verbo, 1967. Vol.2.
- PIRES, Daniel, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1900-1940)*. Lisboa: Grifo, 1996.
- QUADROS, Rangel de, «Imprensa e jornais» (1835-1901), *Aveiro: Apontamentos históricos*. Aveiro, s.d., Vol. VIII.
- RAMOS, Rui, «A nação intelectual», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 6.

- RODRIGUES, Manuel Ferreira, «Homem Cristo e o 1.º de Maio, em Aveiro, 1899-1912», in *Homem Cristo: O homem, a obra e o seu tempo. Comunicações apresentadas no quinquagenário da sua morte*. Aveiro: Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1995.
- SANTOS, António Zagalo dos, «Imprensa periódica do distrito de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943. Vol. 9.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, «Homem Cristo e a Grande Guerra», in *Homem Cristo: O homem, a obra e o seu tempo. Comunicações apresentadas no quinquagenário da sua morte*. Aveiro: Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1995.
- TENGARRINHA, José M., *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- TENGARRINHA, José M., «Imprensa», Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979. Vol. 3.
- TORGAL, Luís Reis, «Instrução Pública - O sentido e a força de um conceito liberal», José Mattoso [dir.], *História de Portugal*. Círculo de Leitores, 1994. Vol. 5.
- VALENTE, Vasco Pulido, *A «República Velha» (1910-1917). Ensaio*. Lisboa: Gradiva, 1997.

ANEXO A

Circular que precede a criação de *O Povo de Aveiro* *

«Ex.^{mo} Sr.

Vai-se publicar brevemente nesta cidade um novo jornal intitulado *O Povo de Aveiro*, para o qual temos a honra de solicitar a assinatura de V. Ex.^a.

As deploráveis condições económicas e políticas em que se acha este país obrigam-nos a sair a campo pugnando energicamente pela nossa existência, que se atrofia e perde dia a dia. Ao passo que a Suíça, a pequenina nação republicana, se desenvolve consideravelmente na sua vida interna e se faz respeitar na sua vida externa, tendo quase por única fonte de riqueza a indústria, a que se agarrou como seu recurso supremo, Portugal, uma das primeiras nações coloniais e agrícolas, podendo por isso chegar a um imenso grau de esplendor se explorasse e desenvolvesse convenientemente as suas colónias e se desse à agricultura o impulso vigoroso de que carece, jaze para aí, sem reformas sociais e políticas, e com uma considerável dívida pública, abatido e pobre. Infelizmente, aqui não há indústria nem comércio em que se possam empregar as actividades perdidas nos meios burocráticos e tantas inteligências anuladas nos meios militares. Não pudemos continuar nessa vida, numa desordem colectiva que gera a desordem individual. Ou conseguimos mudar de processos, com governos activos, enérgicos, patriotas, ou corremos o risco de

* Circular transcrita do livro de Homem Cristo, *Notas da minha vida e do meu tempo*, vol. 3, pp. 21-22.

perder a própria nacionalidade. E não foi possível, até hoje, encontrar esses governos dentro do regime monárquico.

O *Povo de Aveiro* apresenta-se, portanto, francamente republicano, já por nos parecer a forma republicana superior às outras formas políticas, já por entendermos que só um governo saído da revolução terá a força precisa para nos salvar.

À sombra dessa bandeira fará sempre *O Povo de Aveiro* uma política honrada e leal, empregando os esforços necessários a favor da instrução das classes populares, cujos interesses tem principalmente em vista, fustigando todos os escândalos sem piedade, sem a menos contemplação pelos agentes do poder venais e facciosos, que por aí cometem todos os dias prepotências sem que haja quem os reprima e ataque.

É com este honrado programa que nos apresentamos solicitando o auxílio de V. Ex.^a, convencidos de que a república já não mete medo a ninguém, depois de ter mostrado quanto pode e quanto vale nas nações onde existe, como a França, a Suíça, os Estados Unidos, etc.

No caso de V. Ex.^a não aceder ao nosso pedido, rogamos o favor de devolver esta circular ao segundo dos signatários, Rua do Espírito Santo, Aveiro, até ao dia... , pois que de contrário teremos a honra de considerar V. Ex.^a assinante do nosso jornal.

De V. Ex.^a

M.^{to} att.^{os} venerad.^{es}

Pela Empresa

Manuel Homem de Carvalho Cristo

Artur Pais.»

ANEXO B

O Povo de Aveiro: evolução dos preços praticados

Edição	Número avulso	Preço em réis		
		Assinaturas anuais	Anúncios	
			Secção própria	Corpo do jornal
29 Jan. 1882	30	Aveiro: 1\$000 Resto do país: 1\$125	30	60
03 Jul. 1883	20	Brasil e África: 1\$500	15	20
20 Ago. 1899	30	Aveiro: 1\$200	25	30
19 Nov. 1899		Resto do país: 1\$300	30	40
15 Mar. 1908		Brasil e África: 2\$500	20	30
14 Jun. 1908			30	60
14 Mar. 1909			20	40
14 Out. 1912	25 cêntimos	Europa: 12 francos/ ano Outros países: 18 francos / ano		
09 Maio 1915	20	Portugal e Espanha: 1\$300 Colónias: 1\$600 Outros países: 2\$500	40	120
16 Nov. 1919	40	Portugal e Espanha: 2\$000 Colónias: 2\$500 Outros países: 3\$000	200	300
15 Ago. 1920	100	Portugal e Espanha: 3\$500 Colónias: 4\$000 Outros países: 5\$000	400	600
26 Jun. 1921		Portugal e Espanha: 5\$000 Colónias: 6\$000 Outros países: 11\$000		
04 Fev. 1923	150	Portugal e Espanha: 7\$500 Colónias: 13\$000 Outros países: 20\$000		
31 Out. 1923	200	Portugal e Espanha: 10\$000 Colónias: 15\$500 Outros países: 22\$500		
09 Mar. 1923	250	Portugal e Espanha: 12\$500 Colónias: 18\$000 Outros países: 31\$000		
01 Maio 1927	300	Portugal: 15\$000 Colónias: 21\$000 Estrangeiro: 34\$000	1\$000	2\$000
03 Nov. 1935	400	Portugal: 20\$000 Colónias: 30\$000 Estrangeiro: 40\$000	800	1\$500
04 Fev. 1940	500	Portugal: 25\$000 Colónias: 40\$000 Estrangeiro: 50\$000	Único: 1\$250	

ANEXO C

O Povo de Aveiro: distribuição geográfica dos leitores

Períodos de publicação			
1880-1894 (1)	1909-1911 (2)	1916-1926 (1)	1927-1941 (1)
Portugal continental			
<p>Águeda, Albergaria, Alcobaça, Almada, Almeirim, Alquerubim, Alverca, Anadia, Arada, Arouca, Arrudas dos Vinhos, Azambuja, Barcelos, Barrancos, Beja, Bombarral, Braga, Bragança, Cadaval, Castelo de Paiva, Castelo de Vide, Chamusca, Coimbra, Costa do Valado, Covilhã, Eixo, Elvas, Esgueira, Estarreja, Felgueiras, Fermentelos, Ferreira do Alentejo, Figueira da Foz, Gondomar, Gouveia, Grândola, Guarda, Lagos, Leiria, Linheiro, Lisboa, Loulé, Lourinhã, Mamarroza, Marvão, Mealhada, Mira, Miranda, Mirandela, Mogofores, Odemira, Oeiras, O. do Bairro, Ouca, Ovar, Pampilhosa, Palhaça, Penela, Portimão, Pesqueira, Porto, P. Lanhoso, S. Bernardo, S. Pedro do Sul, Santarém, Santiago de Cacém, Setúbal, Sever do Vouga, Silveiro, Sines, Soure, Tomar, Torres Novas, Vagos, Válega, Verdemilho, Feira, V. F. de Xira, V. Pouca de Aguiar, V. Real de Santo António, V. Real de Trás os Montes, Vilar, Viseu.</p>	<p>Albergaria-a-Velha, Alcobaça, Alcochete, Alpedrinha, Arronches, Aveiro, Belmonte, Bragança, Cadaval, Cascais, Castelo Branco, Castelo de Vide, Chaves, Coimbra, Cortegana, Elvas, Espinho, Évora, Faro, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Fundão, Gouveia, Cabeção, Guarda, Guimarães, Lamego, Lisboa (25 quiosques), Lousã, Mangualde, Matosinhos, Mira, Moita da Ribatejo, Moita do Alentejo, Monte Estoril, Montemor-o-Novo, Moura, Mourão, Olhão, Oliveira de Azeméis, Pavia, Pinhel, Ponte de Lima, Portalegre, Porto (7 quiosques), Porto-de-Mós, Reguengos de Monsarás, S. Bartolomeu de Messines, S. João da Madeira, S. Pedro do Sul, Santarém, Santiago de Cacém, Serpa, Setúbal, Tondela, Torres Novas, Vendas Novas, Viana do Castelo, Viana do Alentejo, Vila Nova de Baronia, Vila Nova de Famalicão, Vila Real, Vila Viçosa, Viseu.</p>	<p>Abrantes, Águeda, Albergaria-a-Velha, Alcochete, Amadora, Anadia, Barcelos, Belmonte, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Espinho, Faro, Figueira da Foz, Fornos de Algôdres, Guarda, Guimarães, Idanha-a-Nova, Lagos, Lamego, Leiria, Lisboa, Mafra, Mesão Frio, Mirandela, Moncorvo, Nazaré, Penamacor, Pombal, Porto-de-Mós, Porto, Sabugal, Santarém, Seia, Tarouca, Tomar, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, Viseu.</p>	<p>Abrantes, Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Barcelos, Belmonte, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Espinho, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Idanha-a-Nova, Lagos, Lamego, Lisboa, Porto-de-Mós, Porto, Ceia, Tarouca, Viseu.</p>

Períodos de publicação			
1880-1894 (1)	1909-1911 (2)	1916-1926 (1)	1927-1941 (1)
	Ilhas Adjacentes	Ilhas Adjacentes	Ilhas Adjacentes
África	África	Colónias: Angola (Luanda, Malange); Cabo Verde; Guiné Portuguesa; Índia Portuguesa (Deli, Nova Goa, Pangim); Macau; Moçambique (Lourenço Marques, Inhambane, Tete, Quelimane); S. Tomé; Timor.	Colónias: Angola (Luanda, Malange); Cabo Verde; Guiné Portuguesa; Índia Portuguesa (Nova Goa, Pangim); Macau; Moçambique (Lourenço Marques); S. Tomé; Timor.
Brasil	Brasil (Rio de Janeiro - 6 quiosques, Manaus, Santos, Pará); Europa.	Outros países: África do Sul (Johanesburgo); Brasil (Rio de Janeiro, Santos, S. Paulo, Pernambuco); Congo Belga; Espanha; E.U.A. (Filadélfia, Nova Iorque); França; Itália.	Outros países: África do Sul (Johanesburgo); Brasil; Congo Belga; Espanha; E.U.A. (Filadélfia, Nova Iorque); França; Itália.

- (1) Locais apurados com base na publicação, no próprio jornal, dos nomes e proveniência dos assinantes em dívida.
- (2) Locais apurados com base na publicação dos locais de venda do jornal.